

**EDEMILSON DIAS**

**A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA  
GUILHERMINA DA SILVA PARA A COMUNIDADE TERENA DA  
ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO  
GROSSO DO SUL**



**CAMPO GRANDE, MS**

**Fevereiro/2023**

**EDEMILSON DIAS**

**A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA  
GUILHERMINA DA SILVA PARA A COMUNIDADE TERENA DA  
ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO  
GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

**Área de Concentração:** Educação

**Linha de Pesquisa:** Diversidade Cultural e Educação Indígena

**Orientador:** Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO**

**CAMPO GRANDE/MS**

**Fevereiro/2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

D541c Dias, Edemilson

A contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade terena da aldeia aldeinha no município de Anastácio, Mato Grosso do Sul/ Edemilson Dias sob orientação do Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros.-- Campo Grande, MS : 2023.

129 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS, 2023

Bibliografia: p. 100- 103

1. Educação escolar indígena. 2. Comunidade terena. 3. Aldeia aldeinha - Anastácio MS I.Medeiros, Heitor Queiroz de. II. Título.

CDD: 373

**“A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA  
PARA A COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE  
ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL”**

**EDEMILSON DIAS**

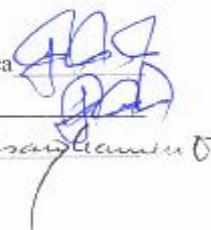
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros (PPGE/UCDB) Orientador e Presidente da Banca

Prof.ª. Dr.ª. Marta Coelho Castro Troquez (PPGE/UFGD) Examinadora Externa

Prof.ª. Dr.ª. Adir Casaro Nascimento (PPGE/UCDB) Examinadora Interna



Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2023.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO E DOUTORADO**

## **DEDICATÓRIA**

Neste momento único em minha vida, dedico esta conquista em especial a comunidade Terena da Aldeia Terena Urbana Aldeinha, município de Anastácio, Estado de Mato Grosso do Sul.

## AGRADECIMENTOS

A Ituko'oviti, pelo milagre da vida ao acordar e poder respirar todas as manhãs, pelo dom da vida!

A todos os momentos que passei durante esta caminhada, alegrias, tristezas, ansiedade, preocupações, dificuldades, inquietações, isso me fez acreditar que logo, logo, tudo passaria e com isto o crescimento aconteceria no tempo certo.

Em especial a minha esposa, Jacqueline, todo meu AMOR e carinho, pois sempre soube do meu sonho/desejo e a vontade de estar no Mestrado, a ela a qual estive comigo nesta caminhada de alegrias, tristezas, dificuldades, porém nunca deixou eu me abalar com os percalços da vida, dando-me incentivo, carinho e o apoio, inclusive financeiro, pela compreensão nesses momentos que a vida me apresentava, o meu muito obrigado é pouco diante da conquista no final desta etapa.

A minha família, mãe Dilza, irmãs Gleice (mana), Gláucia (nenê), que sempre estiveram intercedendo a DEUS, pela minha vida neste propósito.

Agradeço às inúmeras pessoas as quais tive o privilégio de conhecer neste período do Mestrado, o Senhor que os colocou na estrada da minha vida.

Aos gestores, docentes, egressos da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, e aos meus patrícios/irmãos Terenas, entrevistados da minha comunidade, que muito contribuiu para a construção desta dissertação, momentos de grande valia em poder estar e compartilhar com vocês minhas inquietações.

A todos os professores do Mestrado em especial da Linha 3- Diversidade Cultural e Educação Indígena, Professora Doutora Adir Casaro, Professor Doutor José Licínio, Professor Doutor Carlos Magno, meu muito obrigado de coração pelos momentos de muito aprendizado que obtive com vocês todos.

Aos colegas do Mestrado em especial da Linha 3- Diversidade Cultural e Educação Indígena, pela troca de experiências, convivência e de muito aprendizado.

Ao Professor Doutor Heitor Queiroz de Medeiros, meu orientador que me deu o aceite e me acompanhou nesse trabalho em prol de uma construção identitária

educacional da minha comunidade Terena, grato pelos ensinamentos e os momentos de muito aprendizado e crescimento intelectual.

Contigo professor HEITOR, aprendi muito mesmo.

Grato, PROFESSOR.

Enfim, foi um momento de extrema relevância em minha vida, crescimento em todos os aspectos: profissional, pessoal, familiar, além de amigos, parceiros, que de certa forma somaram/contribuíram para que este momento, agora/hoje, se tornasse uma realidade e um grande feito conquistado em minha vida. A todos e todas que estiveram comigo nesta trajetória de forma direta ou indiretamente.

De todo o meu coração, muito **OBRIGADO**.

## RESUMO

Este trabalho de dissertação ligado ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) vinculado a linha de pesquisa “Diversidade Cultural e Educação Indígena” tem como objetivo geral: analisar junto à comunidade Terena da Aldeia Aldeinha em Anastácio, no estado de Mato Grosso do Sul, bem como junto aos gestores, docentes e egressos indígenas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, se a escola tem contribuído com o fortalecimento da comunidade da aldeia. Os objetivos específicos são: 1- Discutir o alcance dos marcos legais que regem a Educação Escolar Indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul; 2- Entender como se deu a participação das lideranças da comunidade indígena Terena da Aldeia Aldeinha para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul; 3- Analisar, junto à comunidade Terena da Aldeia Aldeinha em Anastácio, Mato Grosso do Sul, se a Educação desenvolvida na aldeia pela Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, tem contribuído com o fortalecimento da comunidade Terena da aldeia; 4- Analisar, junto aos gestores, docentes e egressos da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, da Aldeia Aldeinha, se a Escola tem contribuído com o fortalecimento da comunidade Terena da aldeia. A pesquisa é baseada no método autoetnográfico, sabendo que para RAMIRES (2016), a autoetnografia, através de concepções do sujeito, traz uma descrição da cosmovisão de seu povo/comunidade de dentro para fora, onde ele transita praticando e constituindo os saberes conforme os fundamentos cosmológicos. A opção pelo método autoetnográfico se deve ao fato do mestrando ser indígena da etnia Terena, neto de Terena, filho de Terena, morador da Aldeia Aldeinha (Aldeia Terena), onde foi realizada a pesquisa. Foi feito levantamento bibliográfico do tema estudado, dos fundamentos legais da Educação Escolar Indígena, além de uma pesquisa documental na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para análise do seu regimento escolar, proposta pedagógica, currículo e práticas docentes. Também se realizou conversas informais com lideranças da comunidade e registradas em caderno de campo, além da gravação de entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado. Essas entrevistas também foram realizadas com gestores, docentes e egressos da escola, além de um registro fotográfico com a finalidade de contribuir com o entendimento da pesquisa realizada. Consultou-se documentos oficiais e observou-se o contexto na unidade escolar (alunos, professores, gestores, funcionários em geral, pais, espaço físico, estrutura física). Estivemos em contato com a liderança, anciãos e comunidade em geral, isso proporcionou-me ver de que forma a comunidade da aldeinha se fortalece a partir da inserção da escola na aldeia. Para além, observou-se como os Terenas da aldeinha tem se identificado em seu dia-a-dia junto à sociedade envolvente, pois a escola ali presente, os

Terenas se posicionam em toda a sua forma de ser, “Terena mesmo da Aldeia Aldeinha”, e afirmando isso com toda propriedade, em todos os espaços culturais e sociais.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena, Comunidade Terena, Aldeia Aldeinha-Anastácio (MS).

## RESUMEN

Este trabajo de disertación vinculado a la maestría del Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidad Católica Dom Bosco (UCDB) vinculado a la línea de investigación "Diversidad Cultural y Educación Indígena" tiene como objetivo general analizar con la comunidad Terena de Aldeia Aldeinha en Anastácio en el estado de Mato Grosso do Sul, así como con los directores, profesores y egresados indígenas de la Escuela Estatal Indígena Guilhermina da Silva, si la escuela ha contribuido al fortalecimiento de la comunidad aldeana. Los objetivos específicos son: discutir el alcance de los marcos legales que rigen la Educación Escolar Indígena en Brasil y Mato Grosso do Sul; Comprender cómo los líderes de la comunidad indígena Terena de Aldeia Aldeinha participaron en la estructuración de la Educación Escolar Indígena en Mato Grosso do Sul; Analizar con la comunidad Terena de Aldeia Aldeinha en Anastácio, Mato Grosso do Sul, si la Educación desarrollada en la aldea por la Escuela Estadual Indígena Guilhermina da Silva ha contribuido para el fortalecimiento de la comunidad Terena de la aldea; Analizar con los directivos, docentes y egresados de la Escuela Estadual Indígena Guilhermina da Silva, de Aldeia Aldeinha, si la Escuela ha contribuido para el fortalecimiento de la comunidad Terena en la aldea. La investigación se basa en el método autoetnográfico, sabiendo que para RAMIRES (2016), la autoetnografía, a través de las concepciones del sujeto, trae una descripción de la cosmovisión de su pueblo/comunidad desde adentro hacia afuera, donde transita practicando y constituyendo conocimiento. Según los fundamentos cosmológicos. La opción por el método autoetnográfico se debe al hecho de que el estudiante de maestría es un indígena de la etnia Terena, nieto de Terena, hijo de Terena, residente de Aldeia Aldeinha (Aldeia Terena), donde se está realizando la investigación. Se realizó un levantamiento bibliográfico sobre el tema estudiado, sobre los fundamentos jurídicos de la educación escolar indígena, además de una investigación documental en la Escuela Estatal Indígena Guilhermina da Silva para analizar su regimiento escolar, propuesta pedagógica, currículo y prácticas docentes. También mantuvimos conversaciones informales con líderes comunitarios y las registramos en un cuaderno de campo, además de grabar las entrevistas mediante un guión semiestructurado. Estas entrevistas también se realizaron a directivos y docentes y egresados de la escuela, además de un registro fotográfico con el fin de contribuir a la comprensión de la investigación realizada. Consultamos documentos oficiales, observamos el contexto en la unidad escolar (alumnos, docentes, directivos, empleados en general, padres de familia, espacio físico, estructura física). Estuvimos en contacto con los líderes, los ancianos y la comunidad en general, esto me permitió ver cómo la comunidad de la aldea se fortalece a partir de la inserción de la escuela en la aldea, observé cómo las Terenas da aldeinha se identificaron en su vida cotidiana. –Día junto a la sociedad circundante, como escuela presente en la aldea, las Terenas se posicionan en toda su forma de ser, “Terena incluso de la Aldeia Aldeinha”, y afirmando esto con toda propiedad, en todos los espacios, culturales, sociales.

Palabras clave: Educación Escolar Indígena, Comunidad Terena, Aldea Aldeinha-Anastácio (MS).

## YUTOUTI

Enepora yutouti koahati dissertação na ra mestrado na ra programa na ra pós-graduação ra ihikaxovokuti (PPGE) na ra Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) linha na ra yutoiti “kixovoku itukeovo Yoko ihikaxovoku kopenoti” hara veopono yutoxa kixovoku kali ipuxovovokuti koahati aldeinha pitivokonake Anastácio yayeke Mato Grosso do Sul ke, kahaine kixoati ra koituketi híko yara ihíkaxovokuti Guilhermina da Silva, motovati exeokono huvo`oxea kaxunakea ra itukeovo ra ipuxovoku viyeno, motovati vitoponea ihikaxovoku kopenoti kuteati koeku ya Lei na ke ihikaxovokuti koahati Guilhermina da Silva yayeke kali vipuxovoku (aldeinha). Enepora yutoiti hara isu`okovo método autoetnográfico, ya iyeuke RAMIRES (2016) ra auto etnografia, motovati isu`okea ra sujeito eno`okoatimo ra koahati cosmovisão ra vitukeovo yara vipuxovoku motovati kopuhikea yone koane itukeokono ra kixoneti cosmológico. Enepora hokone autoetnográfico ra yutoeti mestrado vo`oku induke`ovo tereno amoru kopenoti ihae kali vipuxovoku. Nzouxopa ra referência bibliográfico yara yutoiti motovati visuokea ra lei ra purutuye ya ihikaxovoku kopenoti, ouke ra yutoiti ya documentu ke, ra ihikaxovokuti kopenoti Guilhermina da Silva komoma uti ra regimentu ra ihikaxovokuti, itukovoti apêti ya curriculu nake, motovati hokea ihikaxoti. Koane ngamokenoa ra usoti xané Yoko nâti undoxopa cadernuke ra emouinonuhíko. Koane xapakuke ra koituketi ya ihíkaxovokuti yokomaka urukovati venhea none ya veopeti noneti motovati huvo`oxeanu yara undoe yara pesquisa. Ngomoma documentuke apeti ya ihíkaxovokuti (ihíkaxovoti, ihíkaxoti, xapakuke koituketi, há`ati Yoko kixovoku pêti ra ihíkaxovokuti). Nzimoa xapakuke nâti, usoti xané Yoko xapakuke kopenoti eno huvo`oxeanu motovati vexea kixoku huvo`oxea kaxunakopea vitukeo tereno ra ihíkaxovokuti yara vipuxovoku. Uti tereno ihae kali vipuxovoku (Aldeinha) vapeyea kixoku vitukeovo.

**Emoû ra:** ihikaxovoku kopenoti, ipuxovoku tereno, kali vipuxovoku Anastacio ke (MS)

## **LISTA DE SIGLAS**

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MS – Mato Grosso do Sul

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

MEC – Ministério da Educação

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado

CNBB- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNI- União das Nações Indígenas

PPP- Projeto Político Pedagógico

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CTI- Centro de Trabalho Indigenista

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

## LISTA DE FOTOS

Foto 1: Edemilson Dias (desfile em homenagem ao aniversário município de Anastácio - MS) Escola Estadual Umbelina Jorge.....	22
Foto 2: Guerreiro Edemilson Dias (comemorações- Dia do Índio/19 de abril).....	23
Foto 3: 4º Fórum Indígena/2011.....	31
Foto 4: Assinatura de autorização para pesquisa junto à comunidade - Cacique Vanderson Silva de Freitas - Mestrando PPGE/UCDB Edemilson Dias.....	33
Foto 5: Semana dos Povos Indígenas/2014.....	34
Foto 6: Festa do Dia do Índio/1996- Aldeia Aldeinha (kipa'e -dança masculina).....	53
Foto 7: Ex cacique da Aldeia Aldeinha Sr. Elias Nimbú e sua esposa Ivanir Nimbú.....	55
Foto 8: Escola da Aldeia Aldeinha/1992.....	56
Foto 9: A Escola da Aldeinha (extensão da Escola Municipal Jardim Independência)..	57
Foto 10: Liderança da Aldeia Aldeinha/ 1994.....	61
Foto 11: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva/2008.....	65
Foto 12: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva (fachada modelo cocar)....	66
Foto 13: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva/2022.....	68
Foto 14: Semana dos Povos Indígenas (2012).....	70
Foto 15: Entrevista com o professor Terena Gedeão Jorge.....	71
Foto 16: Descendente Futebol Clube da Aldeia Aldeinha.....	72
Foto 17: Entrevista com a professora Terena Ana Carina Paulo.....	75
Foto 18: Entrevista com a diretora da Escola Estadual Indígena professora Josefa Luzia da Silva.....	78
Foto 19: Entrevista com a egressa Terena Prof. <sup>a</sup> Mestre Evelin Tatiane.....	81
Foto 20: Entrevista com o professor Terena Eliezer Gregório.....	85
Foto 21: Entrevista com dona Ivanir Cardoso Nimbú.....	88
Foto 22: Entrevista com ex cacique Flávio Pereira Martins.....	92

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mapa da Aldeia Aldeinha município de Anastácio/Estado de Mato Grosso do Sul.....	18
Figura 2: Decreto de que cria a Sala de aula Aldeinha (extensão da Escola Municipal Jardim Independência).....	58
Figura 3: Decreto de criação da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva/2005..	64
Figura 4: Tabela de Resultados e Metas do IDEB.....	70

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Trajetória de um Terena da família “Dias” com a chegada no mestrado .....	21
2 METODOLOGIA, REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA.....	33
3 MARCOS LEGAIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL.....	42
4 CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ALDEINHA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA.....	48
4.1 O mito sobre a origem Terena .....	48
4.2 Exetina uke`aku terenoe.....	49
4.3 Histórico da constituição da comunidade da Aldeia Aldeinha.....	50
4.4 A escola da Aldeia Aldeinha e a participação das lideranças da comunidade.....	56
5 CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA, DA ALDEIA ALDEINHA PARA O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE TERENA SEGUNDO OS GESTORES, DOCENTES, EGRESSOS INDÍGENAS DA ESCOLA, ANCIÕES E LIDERANÇAS DA ALDEIA. ....	66
5.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP).....	66
5.2 As entrevistas.....	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	100
8 APÊNDICES .....	104
9 ANEXOS.....	128

## 1 INTRODUÇÃO

É sabedor que desde os séculos XVI, a oferta de programas de Educação Escolar às comunidades indígenas esteve pautada pela catequização, civilização e integração forçada dos índios à sociedade brasileira. Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do ensino catequético ao ensino bilíngue, a tônica foi uma só: negar a diferença e fazer com que os povos indígenas se transformassem em algo diferente do que eram. No que tange este assunto, o Conselho Estadual de Educação/MS, nos afirma que:

Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas surgiu concomitantemente com início do processo de colonização do país e serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidades e culturas diferenciadas. Em um primeiro momento a escola aparece como instrumento privilegiado para a catequese, depois para a formação de mão-de-obra e, por fim, para incorporar os índios definitivamente à nação como trabalhadores nacionais. (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/MS-CEE/MS)

Por volta da metade dos anos 70, começa a haver uma mudança nesse contexto, com a mobilização de setores da população brasileira para a criação de entidades de apoio e colaboração com os povos indígenas. Várias comunidades e povos indígenas, superando o processo de dominação e perda de seus contingentes de população, passam a se reorganizar para fazer frente às ações integracionistas do Estado brasileiro.

O movimento ganhou corpo e visibilidade nacional com as grandes reuniões, organizadas pela União da Nações Indígenas-UNI. A partir da UNI forma-se outras organizações indígenas de representações mais regional e étnica. Estruturam-se igualmente associações e organizações de professores e agentes de saúde indígenas. Desde então, intensificam-se em todo o país a realização de “Encontros de Professores Indígenas” ou “Encontro de Educação Indígena, nos quais eram discutidas questões relativas à Escola que os índios queriam para suas comunidades. RCNEi (1998, p. 28).

O protagonismo dos povos indígenas diante da sociedade brasileira resulta na sobrevivência e na existência da grande diversidade cultural do Brasil. A respeito da auto declaração por indígenas, o site do IBGE aponta que, no censo de 2010, foram declaradas e identificadas 896 mil indígenas, 305 etnias ou povos e 274 línguas faladas

A ideia de integração firmou-se na política indigenista brasileira do período colonial até o final dos anos 80, quando um novo marco se construiu com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A Constituição de 1988 e a LDB 9394/96, assegurou às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica e bilíngue, além dos princípios educacionais dirigidos a toda a sociedade brasileira, isto é: igualdade de condições no acesso e permanência na escola; liberdade na aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, arte e saber; pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência das instituições de ensino; gratuidade do ensino público; garantia de padrão de qualidade, entre outros.

Destaque-se que, no Estado de Mato Grosso do Sul, está concentrada a segunda maior população indígena do País, com 77.025 pessoas (IBGE 2010), distribuídas em nove etnias: Guató (município de Corumbá); Ofayé (município de Brasilândia); Kadiwéu (municípios de Bodoquena, Bonito e Porto Murtinho); Terena (municípios de Sidrolândia, Campo Grande, Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque, Miranda, Dourados e Rochedo); Guarani/Nandeva, Guarani/Kaiowá (municípios de Dourados, Iguatemi, Caarapó, Douradina, Amambai, Antônio João, Rio Brillhante, Aral Moreira, Camapuã, Maracaju, Juti); Kinikinawa (município de Porto Murtinho); Kamba (município de Corumbá); Atikum (município de Nioaque). Segundo, Chamorro e Combès (2015, p. 20) nos afirma que:

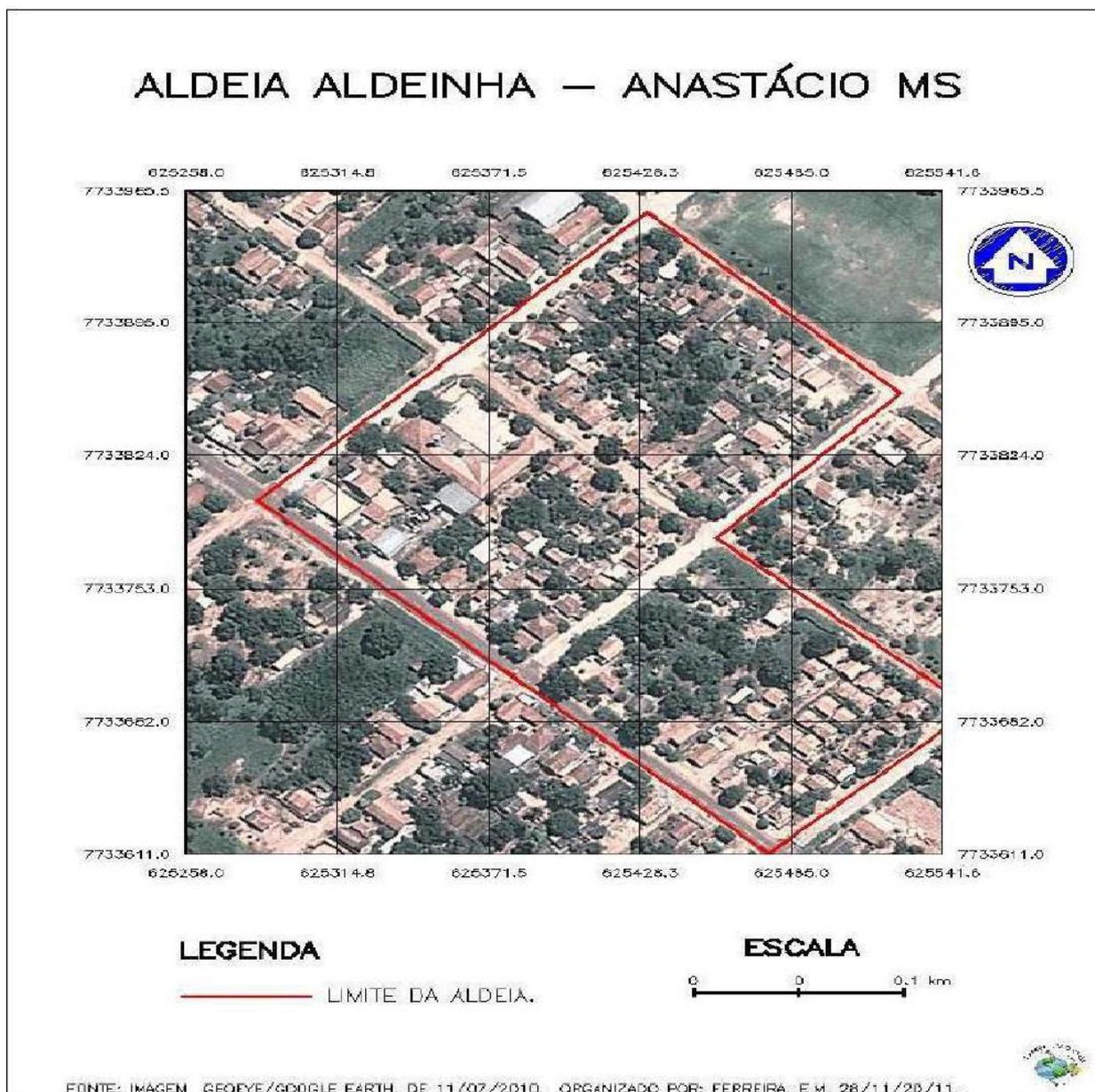
Os povos indígenas atualmente assentados em Mato Grosso do Sul são onze: Terena e Kinikinau, ambos da família linguística arawak; Kaiowa e Guarani, da família linguística tupi-guarani; Kadiwéu, de língua guaikurú; Ofaié (também conhecidos como Ofaié-xavante) e Guató, do tronco macrojê; Chamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Camba, cada um com uma língua original isolada, que hoje não falam mais (CHAMORRO; COMBÈS, 2015, p. 20).

Dentro da cidade de Aquidauana, em zona suburbana, vivem 39 famílias de índios Terena e mestiços, que constituem uma população de pouco menos de 250 indivíduos. Residentes a dois quilômetros da margem esquerda do rio Aquidauana, em terras por eles mesmos adquiridas, esses Terena são identificados como gente da Aldeinha (OLIVEIRA, 1976, p.81).

Localizada no Município de Anastácio, a 127 km de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste, a Aldeia Aldeinha se encontra em um contexto urbano e em função do crescimento e do avanço desordenado da população Anastaciana, e também devido a não demarcação da terra indígena, o uso cotidiano da Língua Terena por parte dos moradores

dessa comunidade tem diminuído significativamente, alterando os espaços físico e cultural. (PEREIRA, 2017, p. 24, 25).

Figura 1: Mapa da Aldeia Aldeinha município de Anastácio/Estado de Mato Grosso do Sul



Atualmente, na Aldeinha, vivem 91 famílias e uma população de 350 habitantes (SESAI, 2015), composta por Terena e Aneyé - que no idioma Terena significa mistura de indígenas com purutuye/não indígena. São denominados como pessoas híbridas, uma vez que as culturas são como identidades nacionais, cada nação tem sua própria identidade e as culturas

constroem as identidades (HALL, 2003). Então, a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha se hibridizou diante da situação de viver entre as fronteiras de uma aldeia urbana, rodeada por uma sociedade em torno da comunidade. Diante disso se integrou em uma sociedade não indígena, aprendeu-se a conviver com essa população que está invadindo o território Terena e, conseqüentemente, o Terena da aldeinha. Assimilou-se essa sociedade sem deixar de ser Terena, com sua identidade própria, afirmando através da língua e cultura dos Terenas da Aldeia urbana Aldeinha.

Considerando ainda, todo esse processo histórico, cultural e social de lutas e resistência dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, mais precisamente da Aldeia urbana Aldeinha, habitada pela etnia Terena, é que me senti desafiado em pesquisar e estudar sobre o Terena, meu povo, enfocando a Escola da aldeinha face à Educação Escolar Indígena analisando se a Escola Indígena tem contribuído para que o Terena se fortaleça como povo e se identifique através da sua identidade étnica e cultural enquanto Terena.

Portanto esta pesquisa aborda, fundamentalmente no campo da Educação Escolar Indígena, a contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha que está inserida no espaço urbano da cidade de Anastácio em Mato Grosso do Sul.

O objetivo geral desta pesquisa foi: analisar junto à comunidade Terena da Aldeia Aldeinha em Anastácio no estado de Mato Grosso do Sul, bem como junto aos gestores, docentes e egressos indígenas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva e se a escola tem contribuído com o fortalecimento da comunidade da aldeia.

Já os objetivos específicos para dar conta em atender o objetivo geral são: 1- discutir o alcance dos marcos legais que regem a Educação Escolar Indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul; 2- Entender como se deu a participação das lideranças da comunidade indígena Terena da Aldeia Aldeinha para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul; 3- Analisar junto à comunidade Terena da Aldeia Aldeinha em Anastácio, Mato Grosso do Sul, se a Educação desenvolvida na aldeia pela Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem contribuído com o fortalecimento da comunidade Terena da aldeia; 4- Analisar junto aos gestores indígenas, docentes indígena e egressos indígena da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, da Aldeia Aldeinha e se a Escola tem contribuído com o fortalecimento da comunidade Terena da aldeia.

O texto encontra-se estruturado da maneira exposta a seguir. No primeiro capítulo: Trajetória de um Terena da família “Dias” com a chegada no mestrado. Já no segundo capítulo:

Metodologia, referencial teórico e normatização da escola indígena. No terceiro capítulo: Marcos legais que regem a Educação Escolar Indígena no Mato Grosso do Sul. O quarto capítulo: Constituição da comunidade Terena da Aldeia Aldeinha e sua participação na construção da escola indígena; O mito da origem Terena; Exetina uke`aku terenoe; Histórico da constituição da comunidade da Aldeia Aldeinha; A escola da Aldeia Aldeinha e a participação das lideranças da comunidade. E, por fim, o quinto capítulo: Contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, da Aldeia Aldeinha para o fortalecimento da comunidade Terena segundo os gestores, docentes, egressos indígenas da escola, anciões e lideranças da aldeia.

Os procedimentos metodológicos utilizados para produção dos dados da pesquisa se baseiam na pesquisa qualitativa, a partir da autoetnografia. A opção pelo método autoetnográfico se deve ao fato do mestrando ser indígena da etnia Terena, neto de Terena, filho de Terena, casado com uma Terena, morador anteriormente na Vila Umbelina (vila basicamente habitada por Terena), estudante de uma Escola chamada Umbelina Jorge nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde a maioria eram estudantes Terena, e atualmente morador da Aldeia Aldeinha, uma aldeia Terena, onde realizei a pesquisa. Além disto, a Aldeia Aldeinha e a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, é onde atuei como professor no período de 2010 a 2016.

Ademais, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca do tema estudado, os fundamentos legais da Educação Escolar Indígena, além de uma pesquisa documental na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para análise do seu regimento escolar, proposta pedagógica, currículo e prática docente.

Para produção dos dados foram realizadas conversas informais com a liderança da comunidade utilizando um caderno de campo para anotações dos diálogos realizados, ademais realizou-se a gravação das entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado para posterior transcrição. Essas entrevistas também foram realizadas com gestores, docentes e egressos indígenas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva. Além disso, foi realizado um registro fotográfico com a finalidade de contribuir com o entendimento da pesquisa realizada. Tais ferramentas são de grande importância para a pesquisa do ponto de vista do pesquisador.

Os diálogos com as lideranças da aldeia e gestores da escola possibilitaram também um registro de memória desses sujeitos que se configuram como uma contribuição da pesquisa no campo da história oral, que segundo Brand (1997, p.26): “são as técnicas de registro e

interpretação das evidências orais ou das memórias individuais ou coletivas, transmitidas oralmente”.

Os resultados da pesquisa mostram que os desafios são muitos, pois mesmo a comunidade reconhecendo que a escola é um local que tem contribuído com a comunidade, relatam que passam por grandes dificuldades, pelo fato da escola atender alunos indígenas e não indígenas.

### **1.1 Trajetória de um Terena da família “Dias” com a chegada no mestrado.**

Meus primeiros passos e caminhos percorridos, caminhos que parecem não ter fim, por onde andei, o que vi e li a respeito (FIGUEIREDO, 2017), assim como disse o parente, vou iniciar a minha escrita. Lembro-me da minha infância, quando ainda perambulando pelas estradas da vida, meados da década de 70, mais uma mudança de local de residência, tivemos que “destocar”, limpar, a nova terra que seria habitada pela família DIAS. Ainda hoje essa passagem muito nítida na minha mente, em torno de uns 9 (nove) anos de idade, mudávamos para a rua Índio Neco, vila Umbelina, onde moramos por décadas.

A passagem por essa nova residência ecoa como um sino que ainda soa na minha mente, rua Índio Neco, passamos junto com a família por várias situações, enfrentando a luta do dia-dia. Situações de preconceitos raciais vindo de um povo que nos menospreza como indígenas, tudo o que nos cercava eram olhares e atitudes preconceituosas, porém tínhamos que enfrentar, pois a vida nos exigia muito. “O racismo colonial não difere dos outros racismos” (FANON, 2008 p.87).

Meu pai Cezário Dias (*in-memorian*), trabalhava de sol a sol pra levar o sustento para dentro de casa, todo o tempo de sua vida ganhando o pão de cada dia, como operador de máquinas pesadas (pá-carregadeira), funcionário exemplar da Prefeitura de Anastácio, a qual, mais a frente, falarei sobre como se deu a minha vida e carreira profissional dentro da Prefeitura, espaço conseguido pelo meu amado pai, que me enche e que hoje falo com muito orgulho e muita saudade que invade o peito e o olhos me enchem de lágrimas, escrevendo um pouco do PAI TERENA que tive que me ensinou a caminhar pela vida, pois valeu e ainda hoje está valendo muito “PAI”, se de repente isso não tivesse acontecido comigo, o caminho talvez seria outro. A trajetória percorrida até aqui não foi fácil, passei por essa e outras situações que hoje me enchem de orgulho e as lágrimas hoje derramadas, são de lembranças e muita saudade do tempo que passamos juntos, e que hoje são lágrimas de alegrias, de poder lembrar e escrever da minha trajetória TERENA.

Foto 1: Edemilson Dias (desfile em homenagem ao aniversário município de Anastácio - MS)  
Escola Estadual Umbelina Jorge- Terena/1980



Fonte: Acervo do autor (1980)

Iniciei minha fase de estudante na Escola Estadual Umbelina Jorge (Terena), na década de 70, cursando do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, uma escola onde havia a miscigenação de povos: negros, indígenas, brancos, pardos, éramos de todos os tipos de alunos naquela escola, mesmo assim lembro-me que na semana dos Povos Indígenas, dia 19 de abril, em todos os anos, havia na escola comemorações a respeito do nosso povo, e em algumas vezes eu colocava o traje de um guerreiro que vai enfrentar seu inimigo. Desta forma torna possível compreender o valor da cultura e identidade de cada grupo e se respeitar cada qual com o seu valor, pois os grupos só passam a se entender e se aceitar quando passam a se conhecer, onde a identidade mostra a diferença (ALVES, 2016).

Foto 2: Guerreiro Edemilson Dias (comemorações- Dia do Índio/19 de abril) - Escola Estadual Umbelina Jorge - 1978



Fonte: Acervo do autor (1978)

Terminado essa fase dos anos iniciais, tive que ir para a escola do centro da cidade, pois na Escola Umbelina Jorge funcionava somente até a quarta série do Ensino Fundamental. A década de 80 foi de anos cobertos de estranheza, de estranhos aos meus olhos, na casa de estranhos aos meus tímidos olhos, o que me assustava muito, me dava medo, calafrios, vergonha, era taxado de BUGRE aos olhos OUTRO. O ano era 1982, o regime militar governava o Brasil, eu não tinha a mínima noção o que era isso, e que nos situavam como sujeitos colonizados, dominados, subalternos.

A luta continuou, ao olhar do OUTRO, me causava estranheza, a região era dominada pela elite da cidade nesse período. O espaço que falo é a Escola Estadual Roberto Scaff, estudei nessa escola do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º terceiro ano do Ensino Médio, uma escola elitizada, e diante disto o preconceito e os olhares, de aluno tanto dentro quanto fora de sala de

aula, ainda se somava a alguns professores, isso me causava um desconforto muito grande. Nessa escola repeti de ano/série por várias vezes, no Ensino Fundamental, 5º e 6º ano, já no Ensino Médio no 1º ano, lembro-me que foram dois anos consecutivos. Entre mudanças e resistência, a minha identidade já possui um repertório híbrido (CANCLINI, 2003).

No ano de 1987, cursando o 9º ano do Ensino Fundamental no período noturno, tive que arrumar um emprego para poder ajudar nas despesas de casa, fui trabalhar em uma serraria de madeiras, meu serviço era conhecido como “pózeiro”, aquele que limpava o depósito do pó das madeiras serradas. A minha irmã mais nova, Glaucia (nenê), estava encarregada pela minha mãe a levar um lanche para mim, todos os dias de segunda a sexta-feira, em torno de 8h30min. Ela chegava no meu local de trabalho, portando uma sacola de plástico, dentro uns bolinhos de chuva feito no fogão à lenha, às vezes uns pães com manteiga e uma garrafa de vidro, aliás, uma garrafa de tubaína onde continha chá de mate queimado na brasa de lenha, ou leite com café quando meu pai conseguia comprar, foi um dos momentos de muito esforço físico, além do trabalho pesado as aulas no noturno eram até as 23h15min., e o outro dia meu expediente começava às 6h da manhã.

Nessa época, até minha mãe teve que arrumar um emprego como empregada doméstica, trabalhava de segunda-feira a sábado. Quando minha mãe recebia seu salário mensal ela passava em uma padaria no município de Aquidauana comprava pães, leite, salgado, doces e vários tipos de guloseimas, para nós: eu Mirso, apelidado pelo meu pai, minha irmã Gleice, que tem um apelido de “mana” e a mais nova, a Glaucia, conhecida como “nenê”, ficávamos felizes pois a barriga estava cheia pelos esforços da minha mãe. O que meu pai ganhava já não era suficiente para pagar a mercearia onde tínhamos uma conta, a situação financeira estava muito mal, meu pai recebia uma certa quantia e o valor mal conseguia pagar o que tínhamos consumidos durante o mês, pagava somente 50% da compra realizada e consumida no mês, o dono da mercearia sempre atendia com um olhar de mal gosto, isso me causava um desconforto ao ver essa situação e sempre tive comigo que um dia tudo seria uma lembrança do que passamos na vida.

Em agosto de 1987, por intermédio do meu pai, iniciei minha vida profissional na Prefeitura de Anastácio, fui contratado no regime CLT com carteira de trabalho assinada, como serviços gerais. Minhas atividades eram de todo o tipo na Secretaria Municipal de Obras: lavar os banheiros, varrer a calçada da frente da secretaria, varrer o pátio, a oficina, lavar os carros da prefeitura e dos meus chefes também, porém, sempre desempenhado com muito esforço e dedicação. Desde essa época fiz várias amizades que perduram até hoje, quando nos encontramos sempre há umas falas e lembranças desse tempo. Em 1990, a Prefeitura lançou o

Concurso Municipal, me inscrevi e fui aprovado em 9º lugar como serviços gerais, logo em seguida fui chamado para assumir a vaga, fiquei muito feliz em me tornar um servidor efetivo de carreira.

A minha permanência na Secretaria Municipal de Obras perdurou até julho de 1997, nesse período era acadêmico do 2º ano do Curso de História da UFMS – Campus de Aquidauana. Em um belo dia a professora Maria José Ferreira (Secretária Municipal de Educação), ligou na Secretaria de Obras pedindo para me chamar, eu atendi o telefone então me fez a seguinte proposta: *“Ede, você não quer vir trabalhar conosco na Secretaria de Educação para dar aulas de História na zona rural? Soube que você está fazendo faculdade de História, e além do mais te daremos um aumento salarial de 30%”*, naquele momento perdi o chão, fiquei emocionado, e respondi a ela, *“a senhora me dá um tempo até sexta-feira, vou pensar um pouco”*, aquele dia era quarta-feira, período de férias escolares de julho e as aulas retornariam na segunda-feira seguinte.

Chegando em casa fui correndo contar ao meu pai o fato, nesse tempo ele estava de licença médica, em virtude de uma cirurgia no coração, como sempre sábio que era, me disse: *“Mirso (apelido) você está estudando pra quê? Pois mais dia menos dia, você vai ter que se molhar na chuva né, e aí? ”*. Diante disso, na sexta-feira daquela semana, fui falar com a Secretária de Educação do Município de Anastácio, enfim iniciei minha vida como profissional do magistério em julho de 1997, em uma escola da zona rural, mais precisamente em uma colônia de migrantes não indígena que vieram do estado do Pernambuco. Chegando na escola me apresentei a diretora da escola, dizendo a ela que a partir daquele dia eu estaria assumindo as aulas da disciplina História do 6º ao 9º ano, tive uma recepção daquelas me dizendo assim: *“a sala é aquela, o giz está no armário e seus diários de classe também”*. Fiquei assustado com a forma que fui recebido e dos olhares estranhos a minha pessoa, pois eu era um indígena trabalhando em uma escola exclusivamente de colonos que vieram do estado do Pernambuco.

Os olhares me rodeavam o tempo todo que estive na escola, enfim, trabalhei nessa escola uns 2 (dois) anos, depois disso, no ano de 1999, fui deslocado para outra escola da zona rural, também recebido com olhar de desconfiança pela comunidade escolar, o tempo durou pouco ali, apenas 4 (quatro) meses de trabalho.

Em maio de 1999, fui deslocado para trabalhar na Secretaria Municipal de Educação de Anastácio, convidado pela mesma secretária que tinha feito o convite para mudar da Secretaria de Obras para a de Educação, agora com uma nova empreitada, designado para atuar como um dos técnicos da Secretaria de Educação. A fase agora era outra, porém os olhares de

desconfiança e estranheza foram também se configurando. Os anos se passaram tive novas experiências enquanto técnico da Secretaria de Educação, o aprendizado foi muito, de forma que me deu um grande destaque na Rede Municipal de Educação no município de Anastácio.

O ano de 2000 foi de conquista, terminei minha graduação em História, porém continuava ainda no velho concurso como serviços gerais, apenas emprestado para a Secretaria de Educação, isso me causava uma série de preocupações. No primeiro semestre do ano de 2000 a Prefeitura de Anastácio realizou um novo concurso agora para professores, fiz o concurso ficando em quarto lugar, e a vaga era apenas para um professor de História.

De 2000 a 2002 foram chamados o primeiro, o segundo e o terceiro colocado que não assumiram a vaga, pois o local o qual assumiriam era na zona rural do município e o salário não os satisfazia.

O ano de 2002 foi de extrema relevância na minha vida profissional na Prefeitura de Anastácio, onde tinha iniciado em 1987 como serviços gerais, pois minha vida deu uma guinada profissional. A partir de maio de 2002 fui convocado e nomeado como professor efetivo da Prefeitura de Anastácio, lotado na Rede Municipal de Educação, um ano que jamais me esquecerei em minha vida, pois após anos de lutas, a conquista agora chegou enquanto profissional do magistério no município de Anastácio.

Retornando um pouco, pois sei que desde a minha infância era visto, taxado como *bugre da aldeia*, isso acontecendo me deixava sempre envergonhado, assustado, com medo, cabeça-baixa, e, ainda mais porque morava/moro na fronteira da exclusão (aldeia/cidade) rodeado por purutuyés<sup>1</sup>, para mim tinha desprezo e preconceito de muitas pessoas. Porém jamais pensei em desistir, sempre a luta me impulsionava em persistir no dia-a-dia enquanto Terena. Já que vivem no meio, na fenda entre dois mundos (CANCLINI, 2003).

A minha carreira no serviço público começou em 1987, como mencionado anteriormente, e volto a falar um pouco mais aqui. Tinha dezessete anos de idade e estudava no período noturno, em uma escola elitizada no município de Anastácio. Durante o dia eu trabalhava como auxiliar de serviços gerais e ajudante de oficina mecânica na Prefeitura de Anastácio, nesse período havia também muito preconceito e menosprezo por mim, um indígena, e também pelo meu pai, que era operador de máquinas pesadas. Sempre éramos motivos de piadas, principalmente por pessoas não índias, sobre nós indígenas. Como eles diziam: “*bugre Cezário* (pai) e *bugre Ede* (flechinha)”, foi um apelido que me deram pois diziam que meu pai

---

<sup>1</sup> Não-índios

era o flechão (flecha grande), imagina o tamanho do preconceito vindo de pessoas que nos rodeavam, erámos visto como o OUTRO.

Segundo Skliar (2001, p. 08) diz:

O outro diferente funciona como depositário de todos os males, como o portador das *falhas* sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência do violento; o problema da aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; e a exclusão, do excluído.

A minha vida na academia não foi diferente, acadêmico de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus de Aquidauana de 1996 a 1999, éramos 3 (três) alunos indígenas na universidade, estávamos cercados todas as noites na sala de aula, e fora dela, por acadêmicos não indígenas, o estranho nos cercava. Na sala de aula se completava, pois, as piadinhas e os olhares sobre nós continuavam, o medo nos cercava e assustados do meio que nós nos encontrávamos ali, com eles os europeus (purutuyés), como algumas vezes comentávamos entre nós os Terenas.

Essa situação fez com que eu encarasse a situação com muita determinação, pois acreditava em uma vida melhor, não sabia como e nem quando, no entanto, imaginava que um dia isso iria acontecer, acreditava que só aconteceria depois de muitos anos e dedicação, e a vontade de vencer o medo e o preconceito. “O processo deve ser de descoberta, reconstrução e afirmação de identidades“ (CANDAU, 2016, p. 195).

A chegada à sala de aula, enquanto professor indígena, não foi diferente de outros momentos já vividos enquanto Terena, eu via os olhos dos purutuyés nitidamente a forma preconceituosa que me tratavam. “Nossa existência hoje é marcada por uma tenebrosa sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente”(BHABHA, 1998, p.15).

Na escola eu observava que não era bem visto aos olhos dos purutuyés, e ainda mais um bugre, como às vezes me contavam sobre a minha pessoa: “*Esse bugre quer ensinar o que para os nossos filhos? O que ele pensa que é? E ainda mais esses bugres, que só sabem tomar cachaça e ainda são preguiçosos*”, eram situações dessas que várias vezes me causava um desconforto e envergonhado pela forma de como eu era tratado. “Identidades dominadoras, consideradas superiores-branca, ocidental, heterossexual, patriarcal, cristã-concentradoras de poder” (CANDAU, 2016, p. 195).

Lembro-me da primeira vez quando cheguei em uma escola para ministrar aula de História para substituir uma professora não indígena, foram olhares de desconfiança e preconceito vindo de todos os lados, me apresentei à sala de aula e os olhares se cruzavam, às

vezes algum aluno me perguntava: “*Professor você é índio? Você sabe falar a língua indígena? Fala para nós uma palavra na língua indígena*”. Isso me deixava constrangido pois observava a forma com que me olhavam, com o estranho ao meu redor. Essa situação acontecia, e ainda acontece, tornando visível, por muitas vezes, a forma preconceituosa vivida, das marcas e situações deixadas pelo colonizador.

A vida profissional enquanto professor estava apenas começando, uma nova etapa se iniciava e aquilo que me cercava seria minha nova rotina diária, várias vezes pensei em desistir, pois muitos olhos me cercavam de todos os lados e em todos os sentidos.

O tempo foi passando e a minha vida profissional foi tomando forma, diariamente tinha que encarar certas situações, hora de colegas de profissão, hora de alunos que sempre me olhavam de forma diferente e também da sociedade envolvente no município, e a cada dia essa situação aumentava sua frequência e intensidade. Não foi um tempo fácil de enfrentar, porém a carreira no magistério me trouxe um grande aprendizado, momentos em que eu necessitava aprender a lidar com certas situações, desde os primeiros dias no ensino. Até os dias de hoje, os olhares estranhos me olham e me observam. “Ela renova o passado, refigurando-o como um entre lugar contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O passado-presente torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 1998, p.23).

Hoje isso ocorre de forma mais tranquila, pois aprendi a ser o que sou, um autêntico indígena da etnia Terena e ainda firmo e afirmo, com muita propriedade, indo além, sou indígena da etnia Terena, neto de Terena, filho de Terena, casado com uma Terena, moro na Aldeia Aldeinha, e ainda digo, “e aí? ”. Acredito que jamais posso deixar de faltar a essência do sangue Terena em mim.

Hall (1997, p. 08) afirma sobre a nossa identidade:

A identidade emerge, não tanto de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são representados para nós pelo discurso de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados, de sermos interpelados por eles, de assumirmos as posições de sujeito construídas para nós.

Sendo assim, tenho afirmado em todos os espaços a forma de ser e pensar Terena, o que tenho conseguido até os dias de hoje foi com muita luta e derramamento de sangue de nossos ancestrais, cheguei até aqui, e tenho conseguido ser o que sou. Devo continuar lutando em prol da vida e a forma Terena de ser, mesmo em algumas situações nas quais, aqueles que nos cercam, desrespeitam os nossos valores, colocando-nos como os subalternos, colonizados e

dominados, os ditos excluídos da sociedade. O Terena se tornou hibridizado para viver entre dois espaços: cidade/aldeia e continuar firme e forte. Este espaço se desenvolve em movimentos de zigzaguear (MEYER; PARAÍSO, 2012).

A luta continua, e hoje lutando firme por uma Educação Escolar Indígena diferenciada, que nenhuma pessoa, nos falte com o respeito, pois são mais de quinhentos anos vivendo e resistindo a forma indígena de ser, e eu hoje mestrando do PPGE-UCDB, com determinação afirmo, com toda a propriedade minha identidade indígena Terena da Aldeia urbana Aldeinha (aldeia pequena), o jeito Terena de ser. Resistir é fundamental, lutar é preciso, e sempre em busca do direito de falar e discordar, em prol da igualdade para um povo que clama justiça para realizar os direitos garantidos na constituição (ALVES, 2016).

Mesmo vivendo na fronteira da exclusão, vivo a zigzaguear entre dois mundos, vida urbana/Aldeia-Aldeinha, porém sem deixar de ser o professor Ede, morador da Aldeinha como alguns me situam. Este grupo esteve hibridizado desta sua origem, pois conseguem estar, ou se colocar na posição do outro, tornando-se assim um ser negociador para então fazer acontecer suas conquistas. “O Terena então transita entre dois espaços, pois é capaz de compreender o seu mundo e do outro também” (ALVES, 2016, p.30). E em determinados momentos ainda fica a indagação por alguns: UM PROFESSOR INDIGENA? OU UM INDIGENA PROFESSOR?

Após a posse no Concurso Público em 2002, entrei em uma nova fase como professor concursado na Rede Municipal de Anastácio, e atuando ainda como técnico da Secretaria Municipal de Educação, diante disso, vieram outras oportunidades de crescimento profissional, atuei nas mais diversas esferas dentro da Secretaria de Educação como: transporte escolar, recursos humanos, Presidente Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Presidente do Conselho do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo do Magistério de Anastácio (FUNDEF), Membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE), Conselheiro do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo do Magistério de Anastácio (FUNDEB), atuei na Secretaria de Educação do Município até junho de 2013.

No ano de 2004, tive a oportunidade de fazer uma pós-graduação *Lato Sensu* em História do Brasil, área de concentração em História Regional, na UFMS-Campus de Aquidauana, concluído em 2005, com o título: Panorama da Educação Escolar Indígena da Aldeia Aldeinha, “Sala Aldeinha”- zona urbana do município de Anastácio (1.992-2.005). Concluída a especialização eu já visualizava o mestrado da UCDB, para dar continuidade no tema outrora pesquisado, neste período a Educação Escolar Indígena na Aldeia Aldeinha

começava a dar seus primeiros passos a partir da construção de uma nova escola e a garantia de uma educação escolar específica, intercultural e bilíngue para os povos indígenas.

A cada ano que passava eu dava uma olhada nos editais publicados na página da instituição Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), precisamente na Linha de Pesquisa 3 - Diversidade Cultural e Educação Indígena, fazia leituras de dissertações e teses defendidas pelos parentes indígenas, que estavam no mestrado e doutorado falando das inquietações do meu povo, isto me aguçava ainda mais a vontade de estar no mestrado.

O tempo passando, entre os anos de 2000 a 2016, ministrei aulas nas mais diversas escolas da Rede Estadual de Ensino situadas no município de Anastácio, como professor convocado no período noturno. Atuei ainda no Cursinho Pré-Vestibular nas Escolas Estaduais Roberto Scaff, Maria Corrêa Dias e Carlos Souza Medeiros.

De 2010 a 2016, no período noturno, atuei na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, a escola da Aldeia Aldeinha, onde em 2011 realizamos um fórum indígena, o qual tivemos o privilégio de ouvir a fala, do então professor, Antônio Brand (*In memoriam*).

No período de julho de 2013 a fevereiro de 2017, fui cedido para a Secretaria Municipal de Administração, para trabalhar no Departamento de Recursos Humanos. O meu retorno à sala de aula na Rede Municipal foi a partir de março de 2017, desde então ministro aulas em duas escolas rurais na minha lotação de concurso. O meu retorno à sala de aula na Rede Municipal de Educação de Anastácio, me proporcionou um pouco mais da vivência diária com os alunos, desde então o aguçar pelo mestrado voltava a fluir em minha mente onde por anos a ideia ficou apagada.

Foto 3: 4º Fórum Indígena/2011 (abertura do evento).



Fonte: Acervo do autor (2011)

O mês de março de 2020, foi o início de um período em que tivemos que dar uma parada nas aulas presenciais, um ano muito assustador que causava medo do estranho que passava a nos cercar, a Pandemia da COVID 19. Em maio de 2020, a entrada no mestrado estava mais perto, porém eu nem imaginava como tudo iria acontecer, pois, no dia 18 de maio de 2020, minha esposa foi convocada para tomar posse em um concurso da Prefeitura de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, para atuar como enfermeira no combate a mais terrível das pandemias já existente.

Com esta situação tive que trabalhar em casa via remoto, me proporcionando tempo para reviver o desejo de estar no mestrado. O tempo passando, dia após dia, acompanhando de perto minha esposa que agora estava à frente no combate a COVID 19, o medo novamente tomava conta de mim, o medo desse mal que causava muitas preocupações com o dia a dia de trabalho no combate à doença, porém tive força e coragem para estar ao lado de minha esposa e observar a cada dia o que passava, a forma como chegava em casa, com o semblante cansada e preocupadíssima com a situação que enfrentava todos os dias na sua vida.

Com isto acontecendo dia após dia, estava eu novamente relendo algumas dissertações e teses dos parentes indígenas sobre nosso povo. O dia passando, os meses também, finalmente fiz a minha inscrição para seleção no mestrado em Educação da UCDB, porém como já tinha tentado entrar em cinco seleção para o mestrado, fiz a inscrição com pouca expectativa, tanto é que só fui fazer a inscrição no último dia, isso porque já havia sido prorrogado o prazo.

O tempo passou e fui convocado para fazer a entrevista, fui entrevistado pelos professores Licínio e Heitor, via google meet, um pouco nervoso e a expectativa tomou conta novamente da minha pessoa. Enfim saiu o resultado, no primeiro momento não tive coragem em olhar o edital com a classificação final, até que, mais ou menos às 16h30 (trinta) e poucos minutos baixei o edital, ao visualizar minha classificação a alegria e a felicidade foram tamanha que as lágrimas tomaram conta de mim novamente, não acreditando no que estava lendo, pulei, saltei, gritei alto, sozinho em casa, chorei bastante naquele momento, pois depois de uns 15 (quinze) anos de espera, meu desejo e sonho começavam a se tornar realidade.

Fui buscar a minha esposa no trabalho e já não aguentava mais a vontade de dizer a ela sobre a vitória, aguardei quieto até chegarmos em casa, sentamos, fizemos nosso lanche da tarde, abri o notebook, dei uma olhada, ela pegou o mouse e começou a dar uma olhada também, de repente deu um grito de alegria, correu para o meu lado, me abraçou e juntos choramos muito, pois sabíamos o que representava para mim o que acontecia naquele momento, pois o sonho começava a se tornar realidade, depois de muitos anos de expectativa, não tínhamos ideia de como isso aconteceria, porém daquela forma jamais imaginávamos, a pandemia em alta e longe do restante da família e agora morando na capital do estado de Mato Grosso do Sul, depois de cinquenta anos morando em uma pequena cidade do interior, Anastácio/MS e de residência na pequena Aldeia urbana Terena Aldeinha, enfim, era o mais novo selecionado do Mestrado em Educação da UCDB, para o ano de 2021-2023, Linha de Pesquisa 3 - Diversidade Cultural e Educação Indígena.

## 2 METODOLOGIA, REFERENCIAL TEÓRICO E NORMATIZAÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA

Para Versiani (2002, p.68), o conceito de autoetnografia também parece produtivo para a leitura de escritas de sujeitos/autores que refletem sobre sua própria inserção social, histórica, identitária e, em especial, no caso de subjetividades ligadas a grupo minoritários, também como um possível modo de conquistar visibilidade política.

Foto 4: Assinatura de autorização para pesquisa junto à comunidade - Cacique Vanderson Silva de Freitas - Mestrando PPGE/UCDB Edemilson Dias (01/12/2021)



Fonte: Acervo do autor (2021)

Diante disto, a pesquisa foi baseada no método autoetnográfico, sabendo que para Ramires (2016), a autoetnografia, através de concepções do sujeito traz uma descrição da cosmovisão de seu povo/comunidade de dentro para fora, onde ele transita praticando e constituindo os saberes conforme os fundamentos cosmológicos. No meu entendimento, esse é o fio condutor da pesquisa autoetnográfica. Sou parte da Aldeia Aldeinha, local onde vivo e sou professor desde anos antes da pesquisa. Pois sou parte da construção dos sonhos desse povo, que por séculos foi submetido à imposição colonial ocidental.

A opção pelo método autoetnográfico se deve, portanto, ao fato da minha pessoa ser indígena da etnia Terena - uma população vista como os excluídos da sociedade, subalternos, colonizados, oprimidos -, neto de Terena, filho de Terena, casado com uma Terena, morador anteriormente na Vila Umbelina (vila basicamente habitada por Terena), estudei em uma Escola chamada Umbelina Jorge nos anos iniciais do Ensino Fundamental, onde a maioria eram estudantes Terena e, atualmente, morador da Aldeia Aldeinha (Aldeia Terena), onde realizei a pesquisa. Além disso, a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é onde estive atuando como professor entre os anos de 2010 e 2016, escola esta que se localiza dentro da Aldeia Aldeinha.

Assim como afirma o parente Ramires (2016, p.38):

A partir do cotidiano, sendo parte do objeto, vindo de dentro para fora, os simples detalhes da nossa rotina articulada com os aportes teóricos já constituídos vão desterritorializar o campo empírico da nossa pesquisa, possibilitando conduzir o desenvolvimento da investigação conforme as demandas que vão surgindo, abrindo caminhos para os novos territórios da pesquisa.

Foto 5: Semana dos Povos Indígenas 2014



Fonte: Acervo do autor (2014)

Anterior a produção de dados, foi realizado um levantamento bibliográfico do tema estudado, trazendo os fundamentos legais da Educação Escolar Indígena, além de uma pesquisa documental na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para análise do seu Regimento Escolar, Proposta Pedagógica, Currículo e prática docente.

Para produção dos dados foram realizadas conversas informais com a liderança da comunidade utilizando um caderno de campo para anotações dos diálogos. Houve, também, a gravação das entrevistas, as quais foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado para posterior transcrição. Essas entrevistas também foram realizadas com gestores, docentes e egressos indígenas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva. Além do registro em áudio das conversas, realizou-se um registro fotográfico com a finalidade de contribuir para o entendimento da pesquisa realizada.

Para esta pesquisa utilizamos principalmente por dialogar com teóricos indígenas como: Alves (2016), Farias (2015), Benites (2014), Ramires (2016), Souza (2013), Lescano (2016), Luciano (2006), Pereira (2017), Gabriel (2020), Figueiredo (2017), dentre outros. Além dos citados, optamos também por dialogar com teóricos não indígenas que são hoje referência no Brasil e no Mato Grosso do Sul em estudos sobre o assunto como: Brand (1997, 2011), Moura (1994), Oliveira (1976), Mangolin (1993), Nascimento (2004, 2010), Almeida (2012), entre outros que contribuíram com esta pesquisa.

Nascimento (2010) destaca as quatro fases da educação escolar entre os povos indígenas no Brasil. A primeira é o período colonial, que tinha como objetivo a assimilação, catequização dos indígenas, a partir da negação da sua diferença, na perspectiva da incorporação à sociedade nacional como mão de obra.

A segunda fase diz respeito ao momento em que o Estado resolveu formular uma política baseada nos ideais positivistas do final do século XIX, procurando integrar o índio à comunhão nacional pela educação, através da atuação do Serviço de Proteção ao Índio.

A terceira fase deu-se a partir das décadas de 1960 e 1970. Segundo Candau, (apud NASCIMENTO, 2009, p. 63), “inicia uma nova etapa de desenvolvimento da educação escolar indígena a partir das experiências alternativas protagonizadas por lideranças comunitárias, em parcerias com universidades e setores progressistas da Igreja Católica”. Passaram a desenvolver experiências com a educação escolar marcadas por outros fundamentos ideológicos: respeito à autodeterminação, currículos diferenciados, metodologias e materiais didáticos específicos, a partir da atuação de entidades não governamentais como: Universidades, OPAN, CIMI, CEDI, CTI e outros (NASCIMENTO & URQUIZA, 2010).

A última fase se caracteriza pela conquista política iniciada logo após a Constituição Federal de 1988, quando foi possível constatar a verdadeira “guinada epistemológica” dos conceitos e práticas da educação escolar indígena no país. Assim, as demandas indígenas se concretizaram como direitos constitucionais, a partir das lutas políticas dos movimentos indígenas, no período das décadas de 1960 e 1970. Nesta Constituição é garantido o direito de ser diferente, assim, veio à tona a expressão das diversidades étnicas como direito à língua, à identidade e ao território.

Portanto a Educação Escolar Indígena em âmbito nacional foi assegurada com base nas legislações em vigor, posteriores à Constituição de 1988, conforme a seguir:

1) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 9.394/1996, em seus artigos nº 78 e 79, das Disposições Gerais, afirma que a Educação Escolar Indígena deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas e recuperação de suas memórias históricas, para valorização de suas línguas e ciências, bem como, possibilitar o acesso a informações e aos conhecimentos ocidentais valorizados pela sociedade envolvente;

2) O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI/1998 orienta a construção de uma educação “intercultural” e oferece subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas além de orientar como desenvolver atividades em diferentes áreas de conhecimento;

3) Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das Escolas Indígenas;

4) A Lei nº 10.172/2001 aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece as Diretrizes, Objetivos e Metas para a Educação Escolar Indígena; neste documento destaca-se a universalização da oferta de programas educacionais aos povos indígenas quanto ao Ensino Fundamental completo, assegurando autonomia para as escolas no âmbito administrativo, pedagógico além do gerenciamento de recursos financeiros com a participação ativa das comunidades nas decisões referentes às escolas indígenas;

5) A Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

6) O Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024) define diretrizes, metas e estratégias que contemplam a Educação Escolar Indígena.

Tendo em vista as legislações nacionais, o estado de Mato Grosso do Sul aprovou as seguintes leis a partir do ano de 2000:

a) O Decreto Estadual de nº 10.734/2002, cria a Categoria de Escola Indígena no âmbito do Sistema Estadual de Ensino;

b) A Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 6767/2002 normatiza o Decreto e fixa Diretrizes para a organização e funcionamento das escolas indígenas no Mato Grosso do Sul;

c) A Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 10.647/2015, fixa normas para oferta da educação escolar indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul;

d) A Resolução da SED nº. 2.960/2015, define no Art. 1º, diretrizes para a “Educação Escolar Indígena na Educação Básica do Território Etnoeducacional Povos do Pantanal”.

Essas legislações garantem o respeito à diferença, especificidades e autonomia, então diante disso passamos a refletir, repensar e refazer o campo educacional para as populações indígenas.

Conforme Lescano (2016, p.93):

A Educação Escolar Indígena ainda é complexa, mas as legislações trazem em sua formulação, ferramentas e caminhos muito explícitos para o seu funcionamento, com passos detalhados para constituir a escola indígena. As leis são fruto de saberes colocados pelos próprios indígenas na luta pelo direito à educação diferenciada, mas, infelizmente, a comunidade ainda não consegue avançar ou mesmo se apropriar e potencializar esse espaço escolar com as características criadas para a escola.

Para Farias (2015) a escola é uma das representações que hoje é muito bem aceita pela cultura Terena, entretanto a comunidade luta para que o sistema educacional escolar compreenda o Terena enquanto povo, com suas representações culturais, e não mais partindo de “fora” para “dentro”.

Benites (2014, p.81), nos diz sobre a participação da comunidade na escola:

Com a participação assídua da comunidade nas reuniões, houve uma grande mudança na sua dinâmica interna, porque se tornou uma vivência contínua ouvir os “outros”, que eram os mais velhos, as mães, os pais e as pessoas que sempre viviam no anonimato. Mas quando começaram a participar das discussões, foram redescobrimo as suas próprias identidades. A aldeia começou a se redescobrir, porque muitas demandas saíam destas discussões e redescobertas. Antes, a comunidade sempre ouvia as autoridades falarem sobre a sua própria demanda, ou melhor, não sabiam o que queriam, porque só recebiam, mas quando se iniciou o processo de reflexão da sua tradicionalidade, começou a visualizar o que queria, a partir das suas lógicas. As gerações mais dependentes das agências externas, aquelas pessoas que conviveram mais com as instituições assistencialistas, começaram a resistir a essa nova postura da política na aldeia. O local dessas discussões era a escola, a partir da proposta de educação escolar indígena.

Gabriel (2020, p.46) “percebe que é através da Educação Escolar Indígena que são transmitidos seus saberes milenares que é de fundamental importância para a preservação de sua cultura e de sua identidade, pois são eles que fazem ser diferentes dos demais povos”. Sendo então diferentes é que a escola tradicional, ou seja, colonizadora, dominadora, começou a ser repensada, onde o indígena era submetido ao ensino ocidental, que visava apenas inserir o índio na sociedade não indígena.

Como diz, Lescano (2016, p.94):

Aquele modelo de ensinamento escolar tradicional deve ser superado. Foi pensando nisso que a escola indígena foi criada: para superar a concepção de escola que já não dá conta da realidade indígena. Essa escola precisa compreender e trabalhar os pilares da educação tradicional, os valores dos guardiões, fazer os adolescentes compreenderem as fases do desenvolvimento humano, segundo nossas concepções. A escola, neste sentido, torna-se um espaço muito importante para o desenvolvimento e o reconhecimento de nossa identidade.

De acordo com Almeida (2012), a educação intercultural propõe um diálogo entre os diferentes conhecimentos por entender que, dessa forma, é possível uma compreensão mais global, capaz de pensar as diferentes culturas e identidades de forma dinâmica e não determinista, bem como assegurar direitos e cidadania. A educação escolar indígena precisa considerar essas três dimensões: as históricas relações de dominação, a incorporação de valores por intermédio das novas relações estabelecidas e os valores emergentes.

A Educação Intercultural vem romper com esse laço de dominação do colonizador, sabendo que o Terena transita entre o mundo ocidental, não indígena, sem deixar de lado toda a sua forma de ser, em todos os aspectos social e cultural.

Benites (2014, p.72) ainda afirma algo que nos faz refletir sobre o papel do professor indígena junto a sua comunidade:

No campo da educação garantiu-se o direito à educação escolar indígena com currículos específicos e diferenciados. Entra em cena o papel dos professores indígenas, com uma formação específica e diferenciada, para garantir os processos próprios de ensino e aprendizagem. A partir deste cenário surge o desafio da construção do novo currículo que vai constituir a própria identidade da escola indígena, num espaço escolar que, anteriormente, buscava a assimilação e a integração do povo indígena à sociedade nacional. Com o novo paradigma constitui-se, como objetivo, o fortalecimento da identidade, da cultura e dos conhecimentos tradicionais de cada povo indígena, dialogando com outros saberes, os saberes ocidentais.

Souza (2013, p.62,63) diz:

Historicamente, a instituição escola sempre esteve presente no interior das comunidades como um intermediador das políticas de imposições de regras e modelos de homem, de sociedade, de educação, com objetivos integracionistas. Mas, atualmente, pode ser uma educação com objetivo de promover a interculturalidade entre os diferentes saberes, partindo do pressuposto de que todos os saberes são ciência, pois, em algum momento, esses saberes responderam/respondem às necessidades humanas. Entendo que isso é um desafio de todos os professores, coordenadores, gestores indígenas e instituições públicas executoras das políticas educacionais. Cabe aos educadores indígenas deixar a mesmidade e perguntar-se como garantir e contribuir para a reconstrução identitária e sustentável, ainda que no contexto das ambiguidades e conflitos provocados pela interculturalidade.

Então diante desse desafio Benites (2014) e Souza (2013), nos afirmam, que agora, hoje, nós professores indígenas temos a responsabilidade frente a nossa comunidade, a continuarmos a construção da Educação Escolar Indígena dentro do território indígena, alvo de luta do nosso povo indígena.

Segundo Pereira (2017) o processo de educação escolar indígena na Aldeinha passou por um longo processo de desenvolvimento e com o crescimento do número de indígenas também foi aumentando a necessidade de um lugar para acolher as crianças no período em que seus pais trabalhavam.

A Escola Guilhermina é um local onde, crianças, jovens, adultos, anciãos, liderança da comunidade, senhoras e senhores, desportistas e sociedade envolvente, se encontram, seja para uma reunião, para festas realizadas pela unidade escolar, ou pela comunidade, e até em jogos escolares realizado pelo executivo municipal, estadual.

Pereira (2017, p.67) ainda afirma em suas colocações sobre a contribuição da Escola Indígena Terena da Aldeia Aldeinha, quanto ao uso da língua Terena:

A escola tem colocado esse assunto com mais frequência nas reuniões com os professores e coordenadores pedagógicos, assunto que antes era sufocado pela imposição de que se aprender a “língua portuguesa” seria mais viável para as crianças da comunidade da Aldeinha, o acordar para a língua Terena começou pela iniciativa da escola já que a comunidade já estava mais conformada com a situação. Portanto, com essas ações da escola, a comunidade teve que caminhar junto, não deixando apenas a reponsabilidade da revitalização da língua apenas para os professores ou apenas para o “professor”. O despertar da comunidade não foi tardio, mas esse processo tem sido de forma lenta, pois diariamente os conflitos de cultura e resistência têm sido frequentes, mas com nossas bases “crianças das series iniciais” temos obtido grandes avanços em relação à língua Terena.

Ainda de acordo com Pereira (2017), acredito que o professor de língua Terena, tem contribuído gradativamente na comunidade, seu carisma e proximidade com os jovens da comunidade e com os alunos diminui esse distanciamento entre eles e a língua.

Ramires (2016, p.92), nos reafirma sobre a língua materna, dizendo que:

Nessa perspectiva, a escola indígena possui papel intrínseco de discutir o contexto contemporâneo da questão da língua materna entre os jovens, garantindo dentro do currículo o espaço maior para práticas pedagógicas, tendo em vista a participação efetiva dos mais velhos da comunidade no intuito de garantir a sustentabilidade da língua materna no que se refere ao fortalecimento da identidade cultural. Os mais velhos acreditam que, através dos trabalhos da escola, a língua materna é valorizada porque a escola está trabalhando firme, por isso a nossa comunidade tem que fortalecer o trabalho de professores indígenas, mas já está tendo muitas misturas, os jovens utilizam muita palavra gíria, e “nós não conseguimos comunicar com eles.

Por meio dos dados catalogados do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva de 2020, coletamos informações que norteiam as ações da unidade escolar o que tem contribuído para o fortalecimento da Aldeia Aldeinha. Uma das ações em destaque diz respeito à relação que a comunidade tem e a definição do luto para o indígena Terena:

O luto para o Terena representa o momento de prestar a última homenagem para a pessoa que partiu (faleceu). Essa perda de um (a) ente é muito significativa para o Terena porque representa um respeito profundo pela pessoa que partiu. Este é o momento de reflexão e apoio à família, aos familiares e aos amigos. Já que se trata de uma perda significativa para a aldeia, porque dentro das limitações de cada um, essa pessoa exerceu um papel importante na comunidade assim como membro ativo da construção da história da aldeia e da escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva. Portanto, quando houver falecimento de algum membro da comunidade indígena Terena da Aldeia Aldeinha, ou de algum membro da equipe escolar, ocorrerá suspensão das atividades escolares. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP/2018).

Enfim, hoje a Escola da Aldeia Aldeinha Guilhermina, como alguns a chamam, tem se tornado ponto de referência para a comunidade em geral, tanto para indígenas, quanto para não indígenas, o que tem fortalecido os Terena da Aldeinha, e a escola tem contribuído com essa solidificação dos Terena desta comunidade, sendo um elo de ligação entre a sociedade envolvente e os demais parceiros, além de abrir espaço para que a educação escolar na Aldeinha

se desenvolva de forma que a comunidade venha a ser reconhecida por todos os envolvidos com a Aldeia Aldeinha.

### **3. MARCOS LEGAIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO MATO GROSSO DO SUL**

A Constituição de 1988, inovou ao garantir às populações indígenas o direito tanto à cidadania plena, liberando-as da tutela do Estado, quanto ao reconhecimento de sua identidade e de sua manutenção, incumbindo o Estado de assegurar e proteger as manifestações culturais das sociedades indígenas. A Constituição assegurou, ainda, o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue.

A LDB 9394/96, assegurou às comunidades indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica e bilíngue, além dos princípios educacionais dirigidos a toda a sociedade brasileira, isto é: igualdade de condições no acesso e permanência na escola; liberdade na aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, arte e saber; pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência das instituições de ensino; gratuidade do ensino público; garantia de padrão de qualidade; entre outros.

A Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, de 05 de outubro de 1989, em seu Art. 249, reconhece as nações indígenas de seu território, assegurando-lhes modos de vida próprios, respeitando sua cultura e sua língua, já o Art.251 assegura às comunidades indígenas o ensino fundamental, ministrado sem língua portuguesa, garantindo-lhes a utilização da língua materna e os processos de aprendizagem. Daí a importância, a partir deste marco legal, para que a Educação entre os indígenas se efetive de fato e de verdade respeitando as demais leis vigentes no estado para que se implemente a Educação Escolar entre os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul.

É importante, ainda salientar que em Mato Grosso do Sul o atendimento educacional às populações indígenas só se efetivou, a partir dos preceitos legais que regem a Educação Escolar Indígena, como por exemplo, a Constituição de 1988, e ainda garantido pela Constituinte do Estado, pela Resolução/SED Nº 1.387, pelo Decreto Nº 10.734, pela Deliberação CEE/MS Nº 6767, pela Lei Nº 2.791 e pelo Documento Orientativo para a Elaboração ou Adequação à Proposta Pedagógica.

A Secretaria de Estado de Educação aprovou a Resolução Nº 1.387, do dia 27 de agosto de 1999, a qual cria o Comitê de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul, e ainda extinguiu o Grupo de Trabalho de Educação Escolar Indígena. O Art. 2º diz que é um órgão colegiado, de natureza consultiva, voltado ao estudo, à formulação de propostas de trabalho e de políticas e diretrizes para a consecução das finalidades da Educação Escolar Indígena.

Nesta Resolução ficaram definidas normas para a atuação do Comitê, assim como afirma o Art. 3º - as atribuições do Comitê de Educação Escolar Indígena são: defender a diversidade cultural indígena de Mato Grosso do Sul, respeitando os processos culturais próprios de cada povo indígena; garantir aos índios em Mato Grosso do Sul uma educação escolar de qualidade; propor políticas visando ao combate do preconceito e qualquer tipo de discriminação em relação aos índios nas escolas não indígenas; garantir às pessoas e/ou representantes de entidades e grupos indígenas ligados à educação escolar indígena o encaminhamento de suas proposições, visando à consecução da Escola Indígena; promover e subsidiar o debate de questões atinentes à educação escolar indígena; acompanhar a execução das atividades das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, no tocante à implementação de ações voltadas para a educação escolar indígena.

No Artigo 3º ficou bem definido a atuação Comitê, no entanto o que vemos é uma realidade muito diferente, pois não conseguimos observar atuação deste órgão, é um colegiado apenas consultivo, não atuando de forma deliberativa, ou seja, pelo que observamos, este trabalha de forma figurada sem conseguirmos ver resultado algum quanto a Educação Indígena diferenciada.

Pelo Decreto Nº 10.734, de 18 de abril de 2002, fica criada a categoria Escola Indígena, na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino. Em seu Art. 2º diz que a Escola Indígena terá normas jurídicas próprias fundamentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas Normas do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, no qual proporcionará a educação escolar intercultural e bilíngue, a valorização plena das culturas dos povos indígenas e a afirmação de sua diversidade étnica. O Art. 3º define a organização, a estrutura e o funcionamento da Escola Indígena, onde considera a participação da comunidade indígena, levando em conta: organização escolar própria, exclusividade de atendimento às comunidades indígenas, suas práticas socioculturais e religiosas e a necessidade de edificação de escolas que atendam aos interesses das comunidades indígenas.

A Deliberação CEE/MS Nº 6767, publicada em 25 de outubro de 2002, fixou normas para a organização, estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas. No Art. 2º. afirma que os objetivos da Escola Indígena são: garantir os meios para a sistematização e valorização dos conhecimentos, costumes e tradições; contribuir para a reorganização das comunidades; garantir participação coletiva na definição e planejamento do futuro da comunidade; assegurar a interculturalidade, a multilinguagem, a produção e disseminação do conhecimento.

A Deliberação afirma que, para a organização, estrutura e funcionamento da Escola Indígena serão observados os seguintes itens: organização escolar própria; atividade docente exercida por professores indígenas de cada etnia; quanto a gestão da escola Indígena, terá que ser considerada a efetiva participação da comunidade escolar; a Escola Indígena terá normas jurídicas próprias, respeitada a legislação vigente; o ensino deverá ser intercultural e bilíngue; as atividades desenvolvidas serão de acordo com sua Proposta Pedagógica, compatível com seu Regimento Escolar; e, ainda, compete à entidade mantenedora, ouvida a etnia interessada, nominar a Escola Indígena.

O documento orientativo para a elaboração ou adequação da Proposta Pedagógica, tem como objetivo subsidiar a elaboração da mesma, direcionada a todos os segmentos da Comunidade Escolar, que visa ao sucesso na aprendizagem dos alunos, devendo ser construída coletivamente, pois a Proposta Pedagógica da Escola é uma proposta política e posicionada, necessitando expressar o compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

A política de Educação Escolar Indígena, propõe um Projeto Político Pedagógico que contemple e respeite as especificidades de cada etnia de Mato Grosso do Sul, no tocante aos fatores que intervêm na Educação Escolar.

A Categoria de Professores Indígenas nos Planos de Carreira do Magistério, é um fator que deve ser observado e ainda não colocado em prática. Mato Grosso do Sul é o segundo estado da Federação em termos de população indígena, no entanto até o momento a categoria de professor indígena ainda não foi contemplada enquanto carreira própria no estado, ou até mesmo nos municípios onde há Escolas Indígenas, algo que precisa ser resolvido e efetivado.

No âmbito estadual temos a Lei nº 4.621/2014 a qual aprova o Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul; a Deliberação CEE/MS nº 10.647, de 28 de abril de 2015, a qual fixa normas para oferta da educação escolar indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências; a Resolução SED/MS nº 2.960, de 27 de abril de 2015 - Povos do Pantanal: define Diretrizes para a Educação Escolar Indígena do Território Etnoeducacional Povos do Pantanal.

Estamos fundamentados na Deliberação CEE/MS nº 10.647, de 28 de abril de 2015, que fixa normas para oferta da educação escolar indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul e dá outras providências, garante a oferta da educação escolar indígena na educação básica, pautada pelos princípios da igualdade social, diferença étnico-racial e da especificidade do bilinguismo/multilinguismo e da interculturalidade, propondo uma pedagogia

de forma orgânica e articulada, garantindo as especificidades e o modo de ser de cada povo e ainda a realidade de cada comunidade (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

Art. 1º Esta Deliberação regulamenta a oferta da educação escolar indígena na educação básica em instituições próprias do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Art. 2º Esta norma está pautada pelos princípios da igualdade social, da diferença étnico-cultural, da especificidade, do bilinguismo/multilinguismo e da interculturalidade. Art. 3º A educação escolar indígena, com base nas diretrizes curriculares nacionais específicas, tem por objetivos: I - proporcionar conhecimentos e práticas indígenas em interlocução com os conhecimentos não indígenas; II – construir a proposta pedagógica de forma orgânica e articulada, garantindo as especificidades dos povos e comunidades indígenas; III - assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo/multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os processos educativos dos povos e comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais; IV - assegurar que a organização e a gestão das escolas indígenas considerem as práticas socioculturais e econômicas dos respectivos povos e comunidades indígenas; V - considerar os dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como aos mecanismos de consulta livre, prévia e informada; VI – incluir, na organização da escola indígena, a colaboração e a atuação de especialistas em conhecimentos tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, artesãos, pajés ou xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, “os mais velhos”, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas; VII - assegurar aos povos e comunidades indígenas uma educação escolar diferenciada com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial (CEE-MATO GROSSO DO SUL, 2015, p.01).

A Resolução SED/MS n. 2.960, de 27 de abril de 2015, define:

Art. 1º- Diretrizes para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica do Território Etnoeducacional Povos do Pantanal, oferecida em instituições próprias. Parágrafo único. Estas Diretrizes estão pautadas pelos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do multilinguismo e da interculturalidade, fundamentos da Educação Escolar Indígena.

Art. 2º- As Diretrizes para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica têm por objetivos: I - orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino do Estado de Mato Grosso do Sul e dos Municípios cooperados no etnoterritório para elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos; II - orientar os processos de construção de instrumentos normativos visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas; III - assegurar que os princípios da especificidade, do multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais; IV - assegurar que o modelo de

organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários; V - fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, do Estado, dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais; VI - normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada; VII - orientar os sistemas de ensino do Estado, e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação/ contratação de especialistas em conhecimentos tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, artesão, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas; VIII - Garantir remuneração financeira do trabalho dos especialistas em saberes tradicionais, bem como transporte da aldeia ao local dos eventos, estadia e alimentação. IX - Zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (Resolução SED/MS n. 2.960, de 27 de abril de 2015)

A partir destas legislações, dentro de um panorama de lutas por direitos humanos e sociais, é que a “Escola Indígena”, “Escola para os Índios”, “Educação Escolar Indígena”, começou a ser pensada. Foi reconhecida a relação da educação com o direito de se apresentarem as várias culturas e experiências sociais e políticas dos povos indígenas e os problemas decorrentes do seu contato com a sociedade envolvente.

Luciano (2006, p.129), afirma:

Assim, a educação indígena refere-se aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores. A educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais, necessários e desejáveis, a fim de contribuir com a capacidade de responder às novas demandas geradas a partir do contato com a sociedade global.

Troquez (2012), diz que a educação para o índio, relacionada à intenção de assimilação dos índios à sociedade envolvente, foi acusada de reforçar a marginalização destes devido a

fracassos no processo de escolarização e por não atender à especificidade do modo de ser dos índios, nem oferecer respostas aos seus problemas em situação de contato.

Sendo assim, ainda falta muito para que se consolide de forma adequada a Educação Escolar Indígena na Aldeia Aldeinha, quanto o afirmar das legislações, pois essas leis são colocadas de forma muito clara, e, infelizmente a realidade quando nos deparamos com a Educação Escolar Indígena na Escola Guilhermina, acontece de forma obscura, o tratamento acontece de forma muito além do que essas leis garantem, ou seja, que ela aconteça de maneira específica, bilíngue/multilíngue e diferenciada.

No entanto, na comunidade indígena da Aldeia Aldeinha foi iniciado a construção de uma escola para atender a aldeia no ano 2001, mesmo com a legislação em vigor essa construção só se efetivou depois de muita insistência e pressão por parte da comunidade, até que a obra fosse concluída em abril de 2004.

Em 2005 a unidade de ensino foi criada pela Secretaria de Estado de Educação, depois que estes ouviram a comunidade, percebendo a sua necessidade, assim, a Escola Indígena foi denominada Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, assegurado por Decreto Estadual.

## 4. CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ALDEINHA E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INDÍGENA

### 4.1 O mito sobre a origem Terena

Cada povo cria mitos e lendas para explicar sua origem, segundo Bitencourt e Ladeira (2000, p. 23,24) resume-se assim a criação do povo Terena:

Diz que antigamente não havia gente. Bem-te-vi, Vituka descobriu onde havia gente debaixo do brejo. Bem-te-vi marcou o lugar aos Orekajuvakái que eram dois homens e estes tiraram a gente do buraco.

Antigamente, Orekajuvakái era um só e quando moço a sua mãe ficou brava, pois Orekajuvakái não queria ir junto com ela à roça, foi a roça, tirou a foice e cortou com ela Orekajuvakái em dois pedaços. O pedaço da cintura para cima ficou gente, e a outra metade também.

Antes de tirar a gente do buraco Orekajuvakái mandaram tirar fogo Iukú<sup>2</sup>. Pensaram quem vai tirar fogo. Foi o tico-tico, Xavokóg. Ele foi e não achou fogo. Depois o coelho, Kanóu<sup>3</sup>, e tomou o fogo dos seus donos, os Tokeóre.

O Konóu chegou onde estava os Orekajuvakái e foram fazendo grande fogueira. Gente levantou os braços e Orekajuvakái tirou do buraco. Toda gente era nua e tinha frio e Orekajuvakái chamaram para ficar perto do fogo. Era gente de toda raça.

Orekajuvakái sempre pensaram como fazer falar esta gente. Mandaram-nos entrar em fileira um atrás do outro. Orekajuvakái chamaram lobinho, Okué<sup>4</sup>, pra fazer a gente rir. Lobinho fez macacada, mordeu no próprio rabo, mas não conseguiu fazer rir. Orekajuvakái chamaram sapinho, aquele vermelho, Kalaláke<sup>5</sup>. Este andou como sempre anda e a gente começou a dar risada. Sapinho passou ida e volta ao longo da fila três vezes. Aí a gente começou a falar e dar risada.

Orekajuvakái ouviram que cada um dá gente falou diferente do outro. Aí separaram cada um para o seu lado. Eram gente de toda a raça. Como o mundo era pequeno, Orekajuvakái aumentou o mundo para o pessoal caber.

---

<sup>2</sup> Yúkú= fogo (segundo o Terena Sr. Elias da Silva Nimbú, essas são as formas correta de escrever)

<sup>3</sup> Konôum = coelho

<sup>4</sup> Úkoe =lobinho

<sup>5</sup> Kararáiti= vermelho

Orekayuvakái deu uns carocinhos de feijão e milho e deu mandioca também e ensinou como se planta. Deu também semente de algodão e ensinou como tecer faixa. Ensinou fazer arco e flecha, ranchinho, roçar e plantar.

#### 4.2 Exetina uke`aku tereno

Heukoeti xane ape exetina uke`aku, koe yutoe ra Ladeira (2000, p. 23, 24)

Yutoeti uke`aku ra xane tereno:

Mekuke ako`onovo xâne. Enepora vituka exoa novo apeya xâne uhoronake yomomo.

Hoenaxoa vituka ina exoakoponoa pi`âti hóyeno koahati Orekeyuvakái motovati kopuhíkea xâne apeti uhorokuke.

Mekuke enepora orekeyuvakái po`hea meku, imaikinovati êno, ako tinovo he`ekâ kavaneke

Kaha`ati evekea kavaneke, pihoné kavane`e enoê veone xupilokoti honoekoane Orekeyuvakái.

Honoekoane kukuke`e pi`a koene xâne poreu.

Tumuneke kopuhikopea xâne uhorokuke. Orekeyuvakái oposíkoné veoponoti y

Pihoné xavokóg ako`o inixapaná. Ahe`okoane konoúm hu`uxone yúku

Unae Tokeóre.

Enepone konoúm seopane xoko orekeyuvakái itukone onokovoku koexopuhíkone tâki xanahíko

Kopuhi`hikone orekeyuvakái ne xanehíko urapike`ê koeti kassaxonehíko ehaxikoane

Onoke`ovo heukoetihiko ne akoti topi koiyevoku xanehíko

Opossikoane kixoaku orekeyuvakái koyuhoye ra xanahíko. Kohirerenehíko

Ikeneke orekeyuvakái ehaxikoné yúcoe, motovati ekoe`ovo xanehíko naxa`a komohíhea araxukapapu

Araxukapa ihí, ita ako ita ekoyeovohíko. Orekeyuvakái ehaxikone kali hovovo harara`iti

Kalalaké. Turixovone yonea kuteàti kixoku yonea uhe`ekonone. Kali hovovo piho alkopovomaka

Xoko kohirereovoku mopo`a ayákukovo. Héu koené xanehíko koyuho`eya ekovokxoné

Kamokenoa orekeyuvakái ako tôpi koiyevoku emoû xanehíko. Haxakone hoúxo koeponé exo`okokoti

Ako tōpi koiyevohíko ne xanehíko epo`oxo kalihapane ne meûm, okayuvakái kapayaikopané meûm

Motovati motoiyeva xanehíko.

Porehíkoané orekayuvakái ake`e pexau, soporo, xupukoxe ina ihíkaxoa noiyea.

Koiparaxoamaka ake`e nevoe motovâti húkea. Motovatimaka itukea xumená, kali pêno Issoyea Yoko noiya.

(tradução do mito na língua terena- Professor Zanone)<sup>6</sup>

### **4.3 Histórico da constituição da comunidade da Aldeia Aldeinha**

Mangolin (1993), afirma que os Terena pertencem ao povo Aruak e hoje já se tem certeza que o Rio Negro no Amazonas, foi o corredor pelo qual vieram os Aruak. A origem destes povos os situam como originários das planícies colombianas e venezuelanas e outra afirmação é de que vieram dos varjões do Equador, os famosos “llanos”. Esses povos agricultores caminhavam em direção ao sol nascente, procuravam melhores terras para a sobrevivência de suas famílias. Houve uma grande dispersão dos Aruak pelo Brasil e, atualmente encontramos nações da família Aruak sub-grupo guaná, da qual os Terenas fazem parte, especificamente no município de Anastácio, na Aldeia Urbana Aldeinha, a 134 Km de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul.

Segundo Moura (1994, p.09):

Os Terenas, fundadores da comunidade de Aldeinha, que trabalhavam na Fazenda Conceição, de propriedade de Aureliano da Costa, mais conhecido por “seu Manequinho”, cuja mão-de-obra era essencialmente Terena, atenderam ao chamamento governamental. Os trabalhadores indígenas da Fazenda Conceição distribuíram-se pelas reservas de Buriti, Limão Verde e Cachoeirinha. A família Jorge, fundadora da Aldeinha, deslocou-se para Buriti, ficando na Fazenda apenas um remanescente, José Coreiro da Costa (In memorian), apadrinhado e criado de “seu Manequinho”, de quem herdou o sobrenome Costa.

A partir da conversão da família Jorge ao protestantismo, os moradores da aldeia de Buriti, que haviam mantido vários contatos com os missionários católicos, sofreram um impacto muito grande diante da interferência do novo grupo religioso e que, posteriormente, foi seguido por outros. Após a conversão da família Jorge, foi gerado um conflito na aldeia

---

<sup>6</sup> Prof. Terena Zanone Cristovão Rodrigues - Mestrando da Educação e Territorialidade na UFGD

entre os habitantes indígenas da área. A família não compreendendo a possibilidade de permanecerem e divulgarem o seu novo credo, decidem abrir mão de seu espaço e partir em busca de um novo lugar.

Migraram por sentirem-se rejeitados por patrícios católicos que não aceitavam os convertidos e difusores do protestantismo na aldeia Buriti. As terras foram adquiridas de um fazendeiro local, sendo denominada, mais tarde, de Aldeia Aldeinha. Ligados por laços religiosos e de parentesco, alojaram-se outros patrícios migrantes atraídos pela religião e pela vida citadina, no intuito de povoar toda a área sem dar margem às invasões.

Segundo Oliveira (1976), o que vem também minando a resistência tribal à mudança da aldeia são as missões religiosas, tanto é que, a partir da década de 30, vários Terenas migram para Aldeinha, índios vindos da Aldeia Bananal em Aquidauana, agora convertidos ao protestantismo, objetivando desenvolver o trabalho de evangelização junto aos seus patrícios.

A Aldeia Aldeinha é uma pequena aldeia da etnia Terena urbana que tem sua origem, segundo Oliveira (1976), em 1933, quando três irmãos Terena, Gregório (Neco), Sebastião e José, estando de passagem por Aquidauana, depois de saírem da Aldeia Buriti, com destino à aldeia Bananal em Aquidauana, decidiram comprar umas terras, por insistência de uma irmã já moradora em Aquidauana, que os queria junto de si, na mesma cidade. Com a venda de umas poucas reses e cavalos compraram cerca de 40 hectares por “um conto e oitocentos mil réis”. Moura (1994, p.10) afirma que:

A partir deste momento a liderança da família está nas mãos de Manoel Gregório – o índio Neco e para sua mãe Umbelina Jorge (In Memoriam). Ambos foram influenciados e arrebanhados pela corrente evangelizadora, convertendo-se a religião protestante e tornando-se evangélicos. Convertidos e conversores intensificaram a divulgação do Evangelho junto ao povo.

A comunidade indígena Terena da Aldeinha inicia o seu povoamento quando os fundadores migram da Aldeia Buriti dispostos a divulgar o protestantismo e de conseguir um novo território após o conflito na área anteriormente abandonada.

Moura (1994), observa que houve uma sistemática interferência religiosa protestante entre os Terena, alienando, proibindo e impondo regras e obrigações. Enquanto observador e pesquisador da etnia destaca que, a partir deste momento, os indígenas adotaram um novo estilo de vida, fazendo com que tivessem uma perspectiva melhor de vida, através deste novo credo religioso e também sem perder as características culturais de um povo Terena que são, organizados, conscientes, sabedores e conhecedores de seus direitos e deveres, e que trazem em

suas vidas as marcas de um passado que tentou aliená-los, portanto, isso só veio a fortalecer os Terena da Aldeinha.

Moura (1994), ainda destaca que, o segundo grupo, denominado de “posseiros” foi formado pelos índios que, migrando de suas reservas, vieram alojar-se junto aos patrícios, atraídos pela religião e pela vida cidadina, adquiriram terras que e posteriormente foram vendidas pelos patrícios proprietários, seja pela necessidade de sobrevivência, seja pelo desconhecimento das regras desta sociedade. Daí em diante, sofreram o duro processo do confinamento pelos novos proprietários que iniciaram o povoamento de suas aquisições.

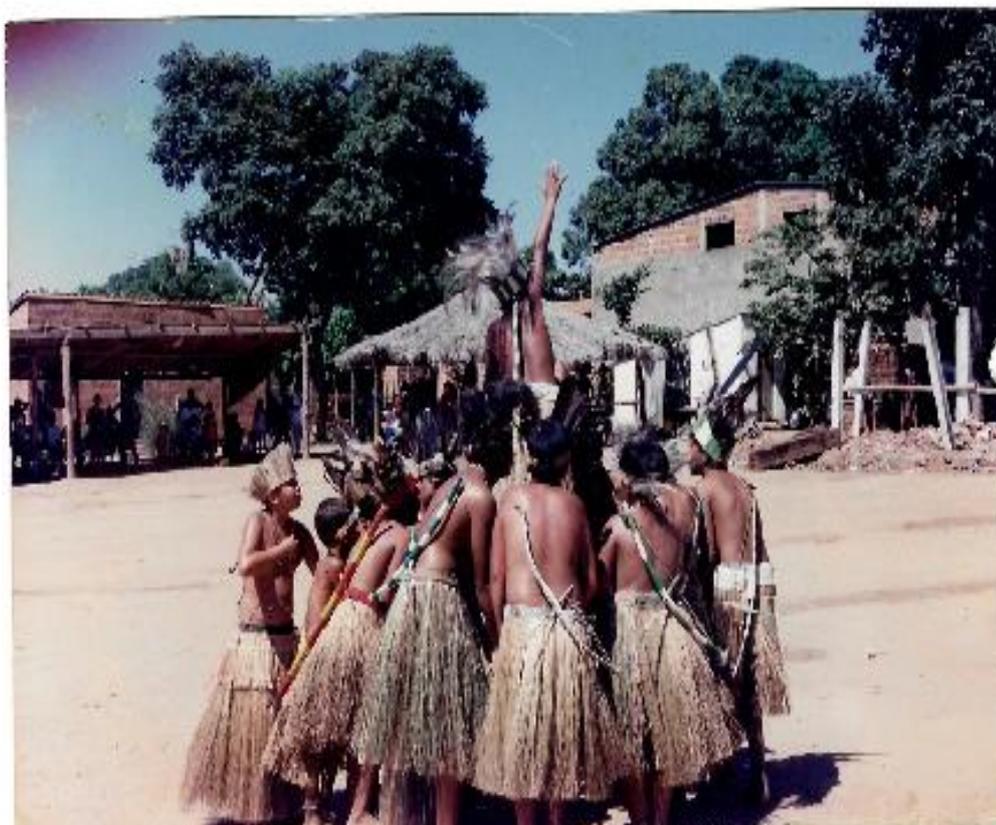
Moura (1994, p.16) observou que:

O primeiro grupo, o dos fundadores e descendentes diretos em linha hereditária, que possuíam a escrituração de toda a área, dividiu-se em lotes pela cidade em expansivo crescimento e buscaram conquistar os espaços sociais e exercer a cidadania anastaciana. Utilizaram-se da política de compadrio e da boa vizinhança e ainda do poder conferido pela sociedade de serem proprietários e introduziram seus filhos na cultura branca através da Escola. Não deixaram de se considerar e serem considerados índios até porque os traços físicos são bem característicos a não ser nas últimas gerações onde as uniões Inter étnicas foram inúmeras.

A partir de 1965, a zona urbana, região onde se concentravam os indígenas da Aldeinha, dividiu-se com a emancipação do município, e acabou envolvendo-os na sociedade e dividindo suas terras. Vários Terena desfizeram-se de seus lotes e os restantes alojados e sem propriedade, foram confinados em quatro hectares (MOURA, 1994).

Dias (2005), observou que o primeiro grupo Terena está dividido fora da aldeia, inserido na vilas e bairros da cidade de Anastácio e ainda reivindicando o direito garantido pela Constituinte de 1988. Enquanto que o segundo grupo está organizado enquanto Aldeia Terena urbana: Aldeinha, ou seja, o “nós tribal”, organizado, unido, reivindicando em comunidade.

Foto 6: Festa do Dia do Índio/1996- Aldeia Aldeinha  
(Kipa'e: dança masculina também conhecida como dança da ema)



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

Segundo, Dias (2005, p.25):

[...] primeiro momento de Aldeinha é marcado pela chegada dos Terenas em Aldeinha, e o segundo momento inicia-se a partir dos anos de 60 quando se alojam os novos patrícios, e, com a emancipação do município em 1964, sofrem ainda um duro processo de confinamento pelos novos proprietários, a partir do segundo prefeito é que é iniciado o loteamento entre as ruas 8 de maio e a rua Índio Neco, local em que muitos Terenas viviam, isso fez que, quem não tivesse condições de adquirir os lotes por meio da compra fosse despejado, os mesmos ficaram cada vez mais afastados pela cidade que se desenvolvia, como observamos em entrevistas feita no dia 14/09/2004, na residência do Sr. Elias da Silva Nimbú. A partir da entrevista verificamos ainda como Aldeinha se consolidou em apenas 04 (quatro) hectares.

Segundo o Sr. Elias (*in memorian*), que chegou em Aldeinha nos anos 60: “Mas em 1960 quando cheguei aqui na Aldeinha já tinha diminuído bastantes, porque a cidade começou a entrar em nossa área...”

De acordo com os dados catalogados por Dias (2005), observamos que antes da emancipação do município já moravam na ex-margem esquerda, vários Terenas, mesmo antes

da chegada do sr. Elias como os senhores Basílio França, Ângelo Campos Leite, Manoela Rosa Dias, Albertina Dias. Fora da aldeia, hoje Vila Umbelina, também já moravam alguns Terenas, Emilio Paulo, Aurélio Jorge (ex-combatente da 2ª Guerra Mundial), José Costa (Zé-Coureiro), Sebastião Delgado (Índio Neco), Paulo Azevedo (todos os citados *in memorian*).

Conforme Dias (2005), o segundo momento de Aldeinha é iniciado em 1960, quando o Sr. Elias fixa residência nas novas terras doadas a ele por seu parente - conhecido como Ventura Jorge -, e se consolida no dia 08 de abril de 1982, às 15 horas na residência do mesmo onde juntamente com o seu pai, Sr. Antônio Nimbú, o Sr. Adão Nimbú e a Sr.ª Eugênia Viturina (ex-professora), reúnem-se para articular a formação da 1ª liderança indígena de Aldeinha, para então assegurar uma área que restava em apenas quatro hectares.

Após muito diálogo e reuniões a 1ª liderança estava assim formada e eleita pela comunidade: 1º cacique - Isaías Delgado; 2º cacique - Jeremias Delgado. Ainda constavam na liderança o tesoureiro e o secretário, cargo este ocupado pelo Sr. Elias que, mais tarde, assumiria o posto de 1º cacique, e seu pai Antônio Nimbú o qual era membro do Conselho Tribal/ Conselho da Tribo. Após 03 (três) anos de gestão, o 1º cacique, o Sr. Isaías Delgado deixa o seu cargo por motivos particulares. Assumiu o cargo, o Sr. Pedro Jorge (*in memorian*) que liderou a comunidade por mais 08 (oito) anos.

A partir de 1982, organizaram-se em uma pequena aldeia denominada de Aldeinha, iniciando-se a partir daí o confronto com a população que aumentava. Encontram-se, ainda hoje, em um processo contínuo de integração à sociedade, enfrentando diversos problemas, mas sem parar de lutar, persistindo no direito de reconhecimento de sua identidade etnia-Terena.

O Terena da aldeinha, enfrentou com a sociedade não indígena vários problemas por estar situada na zona urbana do município de Anastácio, ao mesmo tempo em que a cidade invadia o local que residiam os Terenas. A situação começou a mudar com a organização da Aldeia Aldeinha. Um dos fatores que ajudou a fortalecer o Terena foi a instalação da primeira escola na aldeia, ou seja, uma pequena sala de aula. A partir deste momento a situação tomou outro rumo, pois a identidade étnica Terena da aldeia vem se fortalecendo.

Foto 7: Ex cacique da Aldeia Aldeinha Sr. Elias Nimbú e sua esposa Ivanir Nimbú



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

No dia 17 de janeiro de 1990, o Sr. Elias da Silva Nimbú assumiu o maior posto dentro do território indígena Terena da Aldeia Aldeinha: 1º Cacique, intensificando suas reivindicações junto a FUNAI- Regional em Campo Grande, as quais passaram a ser atendidas a partir de 1992. As reivindicações eram:

- Instalação de um posto da FUNAI em Aldeinha, para poder se desmembrar da aldeia de Limão Verde em Aquidauana;
- Indicação de um chefe de posto para responder pela comunidade em questões burocráticas e as demais como: expedição de documentos em geral (carteira de identidade, certidão de nascimento, casamento, etc.) e representar a comunidade fora da aldeia;
- Assegurar a demarcação da terra indígena Aldeinha;
- Educação escolar para a comunidade, abrindo um espaço para que os alunos passassem a estudar juntamente com os demais indígenas da aldeia.

#### 4.4 A escola da Aldeia Aldeinha e a participação das lideranças da comunidade

A escola da Aldeia Aldeinha tem sua origem quando a primeira escola, uma sala de aula na aldeinha iniciou-se na gestão do Sr. Elias Nimbú (cacique), no ano de 1992, em uma congregação da Igreja Assembleia de Deus, que se localizava na aldeia, após a reivindicação da comunidade junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Foto 8: Escola da Aldeia Aldeinha-1992



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

A FUNAI atende aos pedidos da comunidade nomeando um chefe de Posto para ajudar na aldeia. Já para ministrar aulas para as crianças que ali estudavam, foi indicado que a esposa do chefe de Posto. Ambos eram funcionários da FUNAI.

Neste tempo iniciou-se as aulas com muita dificuldade, sem nenhum tipo de material, sem mesas nem carteiras e nenhum tipo de material didático-pedagógico, as crianças assistiam às aulas sentadas todas no chão, tudo era feito de maneira improvisada.

O segundo professor que ministrou aulas para as crianças da comunidade escolar também era funcionário da FUNAI, este ficou no cargo até a Prefeitura de Anastácio assumir a sala de aula. Através do Decreto nº 262/97, esta sala de aula passou a anexar-se como extensão

da Escola Municipal Jardim Independência, pelo que diz o Artigo 2º, compete à Secretaria Municipal de Educação a colocação do pessoal docente, e dos recursos necessários ao funcionamento da sala, como sempre fez. A partir deste decreto, a FUNAI passa a responsabilidade da educação dos indígenas para outros órgãos, no caso da aldeinha coube a Secretaria Municipal de Educação de Anastácio assumir a escola.

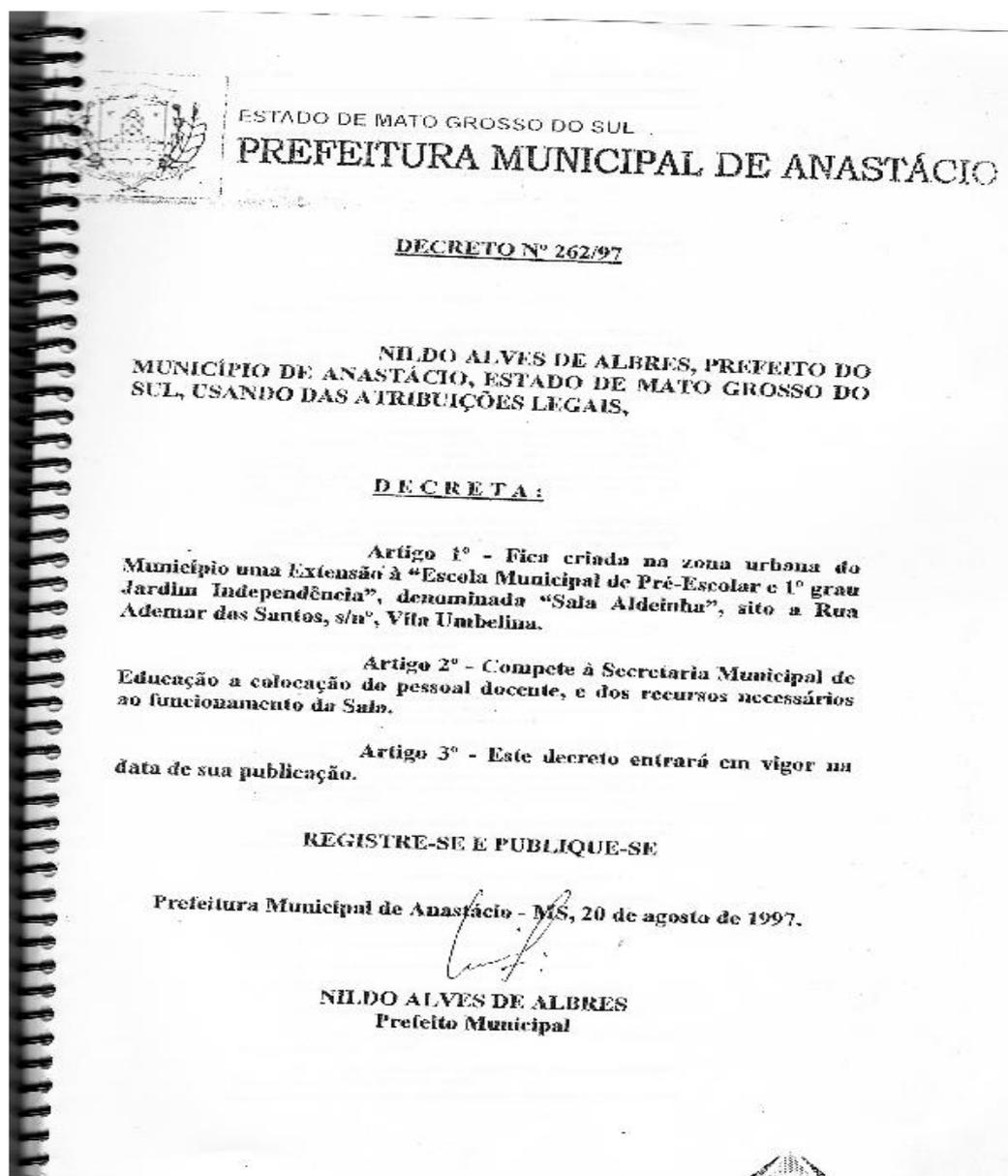
Foto 9: A Escola da Aldeinha (extensão da escola Municipal Jardim Independência) quando funcionava com duas pequenas salas - 1997



Fonte: Foto do acervo do ex Cacique Félix

Os estudantes indígenas estavam matriculados em 06 (seis) escolas estaduais, porém a maioria que era aldeada estudava em uma extensão denominada “Sala Aldeinha” localizada na aldeia, a qual pertence a Rede Municipal de Ensino denominada Escola-Polo Municipal Jardim Independência.

Figura 2: Decreto de que cria a Sala de aula Aldeinha (extensão da Escola Municipal Jardim Independência)



Fonte: Prefeitura de Anastácio

Diante da responsabilidade assumida perante a comunidade da aldeinha, a Constituinte de 1988 e demais Leis em vigor, a Secretaria Municipal de Educação de Anastácio inicia o aperfeiçoamento de seu quadro permanente do Magistério, de professores indígenas para atuarem junto à comunidade escolar de aldeinha, pois a política quanto a Educação Escolar Indígena deveria tomar outro rumo.

Em outubro de 1997, foi encaminhada para o Núcleo de Educação Escolar Indígena de MS, algumas sugestões dos “Referenciais Curriculares Indígenas” para o município de Anastácio, elaborado por professores indígenas deste município. Estes referenciais dariam suporte para uma Educação Escolar Indígena Específica e Diferenciada como: currículo da escola indígena, conhecimento da sociedade brasileira, pedagogia indígena, calendário escolar, avaliação, participação das secretarias de estado e município na colaboração para a Educação Escolar Indígena e função do professor indígena.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em vigor, o estado de Mato Grosso do Sul inicia uma campanha junto aos municípios que atendem as comunidades indígenas. Em 1998, no mês de setembro, a Secretaria Municipal de Educação envia professores de seu quadro permanente para participarem de um fórum de discussões promovido pelo Conselho Estadual de Educação, órgão Coordenador do Fórum Permanente de Educação. O objetivo do Conselho era repassar orientações e informações sobre a modalidade de ensino, no sentido de garantir o reconhecimento da diversidade sociocultural e linguística e a obediência aos parâmetros para regularização das escolas indígenas.

No ano 2000 a Secretaria de Estado de Educação - Núcleo de Educação Escolar Indígena, promoveu em Aquidauana, uma Capacitação de Professores Indígenas denominada “Língua e História Terena”, realizado entre os meses de fevereiro e março de 2000, totalizando 120 horas-aulas. O objetivo era que todos os professores envolvidos trocassem ideias e experiências vividas em cada aldeia Terena da região sudoeste do Estado e que ainda recebessem subsídios teóricos sobre a Língua e História Terena.

Em 2001 o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), promoveu em Miranda-MS um encontro denominado “Educação Ambiental e a Terra dos Terena”. Para este encontro a Secretaria de Educação enviou dois professores indígenas de seu quadro permanente como representantes dos indígenas. Este encontro foi dividido em dois momentos, nos quais foram discutidas questões como: conceitos de ecossistemas, biodiversidades, o cerrado, as matas, as vazantes e o lixo nas aldeias. O objetivo era sistematizar as questões abordadas durante as discussões e iniciar uma proposta para introdução da Educação Ambiental nas Escolas Terena.

Ainda no município de Anastácio foi elaborada uma cartilha e um dicionário na língua Terena denominado Viva kapa ra Vemó ’ u (vamos cuidar para não perder nossa língua). Este trabalho foi realizado por dois professores Terena - não residentes da Aldeinha -, Janete Lili e Valdir João, além de uma professora não indígena Cimara Cabral, sendo publicado no ano de 2001 pela Secretaria Municipal de Educação com recursos do MEC/FNDE- Programa de

Etnocentrismo Indígena, tendo por objetivo valorizar e oportunizar o aprendizado da língua Terena, pela população indígena de aldeinha, uma vez que, conforme o diagnóstico linguístico levantado, demonstra forte tendência a usar apenas a língua portuguesa. Em continuidade ao projeto denominado Viva kapa ra Vemó ' u, a professora não indígena Cimara Cabral, ainda desenvolveu um trabalho denominado “Resgate do Imaginário e da Língua Terena em aldeinha”.

Pelo que observamos, a comunidade neste período não foi ouvida e nem consultada sobre o trabalho a ser desenvolvido pela referida professora não indígena, que iria ministrar aulas na língua materna Terena na Aldeia Indígena Aldeinha. Com isso, concluímos que houve uma grande falta de respeito e compromisso com o povo Terena da aldeinha, e ainda, sem o conhecimento e o respeito da legislação que estava em vigor. Acreditamos que a iniciativa da professora foi louvável, porém segundo a legislação sobre a Educação Escolar Indígena é assegurada a comunidade indígena a transmissão do conhecimento para o seu grupo.

Além disso, sabemos que o desenvolvimento cognitivo de uma criança é entendido por uma pessoa que faça parte do mesmo grupo. Nesse caso, podemos afirmar que a Educação Escolar Indígena deve ser assumida, especialmente na fase inicial da aprendizagem, pela comunidade indígena.

No ano de 2002, mais precisamente entre os dias 18 a 22 de novembro, foi realizado o 1º Encontro para estudar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da Educação Escolar Indígena. Contando com a participação de professores indígenas, o evento ocorreu na CNBB em Campo Grande, MS.

Em atendimento aos preceitos legais que regem a Educação Escolar Indígena, a Secretaria de Estado de Educação, no ano 2002, convidou a Secretaria de Educação de Anastácio, através de representantes indígenas para um encontro denominado “Programa de Formação em Educação Escolar Indígena para Técnicos Governamentais”, realizado entre os meses de fevereiro e março, foram discutidos temas como: os índios e o direito, os direitos indígenas na constituição de 1988, Educação Indígena na LDBEN, Estatutos das Sociedades Indígenas.

Houve, ainda, entre os dias 12 a 15 de maio de 2004, a participação dos professores indígenas na 2ª etapa do Curso de Formação Continuada PCN – Língua e História Terena dos módulos 3 e 5, que foi realizado na cidade de Miranda, MS.

Ainda em 2004, e após vários encontros e discussões dos preceitos legais que regem a Educação Escolar Indígena, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Secretaria de Estado

de Educação, realizou o I Congresso Estadual de Professores Indígenas de MS, entre os meses de junho e julho daquele ano, em Campo Grande, capital do estado.

Com a participação de professores indígenas do município, foram discutidas questões sobre a Educação Escolar Indígena no Estado de Mato Grosso do Sul. Ao final do encontro, foi firmado uma “Carta de Intenções”, fruto do trabalho e anseio dos professores indígenas de cada etnia do Estado. A carta foi firmada entre o Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria de Estado de Educação e as Secretarias Municipais de Educação, cujo objetivo era o de construir políticas públicas para garantir uma Educação Escolar de qualidade para os povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Ficou definido, ainda na ocasião, que o Comitê de Educação Escolar Indígena deveria, a partir daquele momento, acompanhar e apresentar a todos os partícipes um relatório semestral avaliando as ações implementadas.

Foto 10: Liderança da Aldeia Aldeinha - 1994



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP/2018), assim está descrito sobre a História da escola também estar ligada à história do povoamento local:

A comunidade indígena, diante da dificuldade que às crianças enfrentavam na escola fora da Aldeia, percebeu que havia a necessidade de oferecer ensino às crianças que moravam nesta localidade. Vale lembrar que antes da formação da escola a "Aldeinha" teve como: 1º Cacique o S.r Isaías Delgado Silva, Vice Cacique S.r. Jeremias Delgado Silva permanecendo no cargo por oito meses, e sua composta liderança por: 1º secretário: Elias Nimbú, Vice-Secretário: Ivo Alexandre Corrêa; 1º Tesoureiro: Daniel de Almeida, Vice Tesoureiro:

Marcelino da Silva; 1º Presidente do Conselho Tribal: Antônio Nimbú, Vice Conselheiro Tribal: João Paulo. E teve ainda como 2º. Cacique Sr. Pedro Jorge, Vice - cacique Daniel de Almeida que permaneceu nove anos, tendo como lideranças: 1º Secretário: Elias Nimbú, Vice-Secretário: Ivo Alexandre Corrêa; 1º Tesoureiro: Marcelino da Silva, vice Tesoureiro: José Félix; Presidente do Conselho Tribal: Antônio Nimbú, Vice Conselheiro Tribal: Daniel Jorge da Silva, que lutaram juntamente com as lideranças para construção de uma escola, porém recebendo na época pouco apoio político. Somente em 1990, com a eleição do 3º. Cacique Sr. Elias Nimbú, Vice Cacique João Paulo e sua liderança: 1º Secretário: Ivo Alexandre Correia, Vice-Secretário Marcelino; 1º Presidente do Conselho: Daniel Jorge, Vice-Presidente do Conselho: Antônio Nimbú; 1º Tesoureiro: Armando de Souza, vice Tesoureiro: José Félix. O 4º Cacique: José Félix Matilde, Vice Cacique: Elço França Dias e sua liderança: 1º Secretário: Hilson Pereira, Vice-Secretário: Oseias Campos; 1º Tesoureiro: Daniel Jorge, vice Tesoureiro Flávio Martins; Presidente do Conselho Tribal: Paulo Jorge, Membros do Conselho Tribal: Pedro Jorge, Isaias Delgado, Tito da Silva, Antônio Nimbú, Moisés de Oliveira. O 5º Cacique: Flávio Martins Pereira, e suas lideranças. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP/2018).

No ano de 2015 a liderança indígena era composta por:

Cacique: Enéias Campos da Silva, Vice Cacique: José Carlos de Oliveira e sua liderança: 1º Secretario: Jessé Joel Nimbú Corrêa, Vice-Secretário: Marcileia Campos da Silva; 1º Tesoureiro: Almir Pereira Botelho, Vice Tesoureiro: Milton Campos, Presidente Tribal: Daniel Jorge da Silva, Vice-Presidente do Conselho Tribal: Isaias Delgado da Silva. Membros do Conselho Tribal: Danilo Campos, Arildo França, Bruno Jorge, Oséias Campos da Silva, André Luiz Ortiz, Marinez Rodrigues Leandro, Rosenida Jorge, Rosilene Patrocínio. Em 2018 o cacique é Flavio Pereira Martins e o vice cacique é Jessé Joel Nimbú Correia. Presidente do conselho tribal: José Félix Maltide e vice Marcelino da Silva. Presidente da cultura: Hilson Pereira, Cacilda Lemes da Silva. Membros do conselho Valério Martins, João Crispim, Elcio França, Francislaine Barbieri Chaves. Presidente do clube de mães: Dirce Nimbú e vice Zenir Salvador Nimbú. Em 1991 o Sr. Elias Nimbú e Arildo França foram a Campo Grande na FUNAI para buscar materiais escolares por meio de um caminhão de Caçamba. No dia 11 de março de 1992 “foi instalado a pré-escola no barracão da igreja Assembleia de Deus, na residência do s.r. Daniel Jorge, com a presença do s.r. José Godim Lins Neto – procurador educacional da FUNAI, e a professora Ozaida de Oliveira e Lino Luis – Chefe de posto. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP/2018).

No primeiro dia de aula, as crianças tiveram o lanche e receberam os materiais escolares os quais foram providenciados pela FUNAI, em seguida o procurador educacional e professores estiveram comunicando a prefeitura municipal sobre a abertura da pré-escola exclusiva para as crianças indígenas. As instalações escolares eram inadequadas, pois as mesas eram bancos e as crianças ficavam ajoelhadas para escrever em seus cadernos. Esta situação perdurou por dois

anos. A escola tinha como corpo docente a Prof.<sup>a</sup> Ozaida de Oliveira Luiz, Sr. Valdir João, como merendeiras voluntárias, Dona Ivanir Nimbú e Dona Margarida Pereira. Após o Sr. Valdir João assumir o Posto da FUNAI, assumiu como professora, a Sr.<sup>a</sup> Dóris Paulo. No ano de 1993, com apoio do delegado da FUNAI, Raimundo Nonato Rosa, é que conseguiram trazer o primeiro benefício para a comunidade, o Posto Indígena. A escola enfim se estabeleceu para os alunos da pré-escola e da 1ª série recebendo, provisoriamente, o nome de Escola Municipal "Ventura Jorge", em homenagem ao morador mais antigo da Aldeia Aldeinha.

Com o aumento da demanda, em 1994 houve a necessidade de ocupar um espaço maior, instalando-se então, no espaço físico da Igreja Luterana do Brasil, fora da aldeia. As professoras desta época foram: Dóris Paulo Ortiz Terena, Sarita de Oliveira Andrade Terena, Maria José Ferreira e Georcenita.

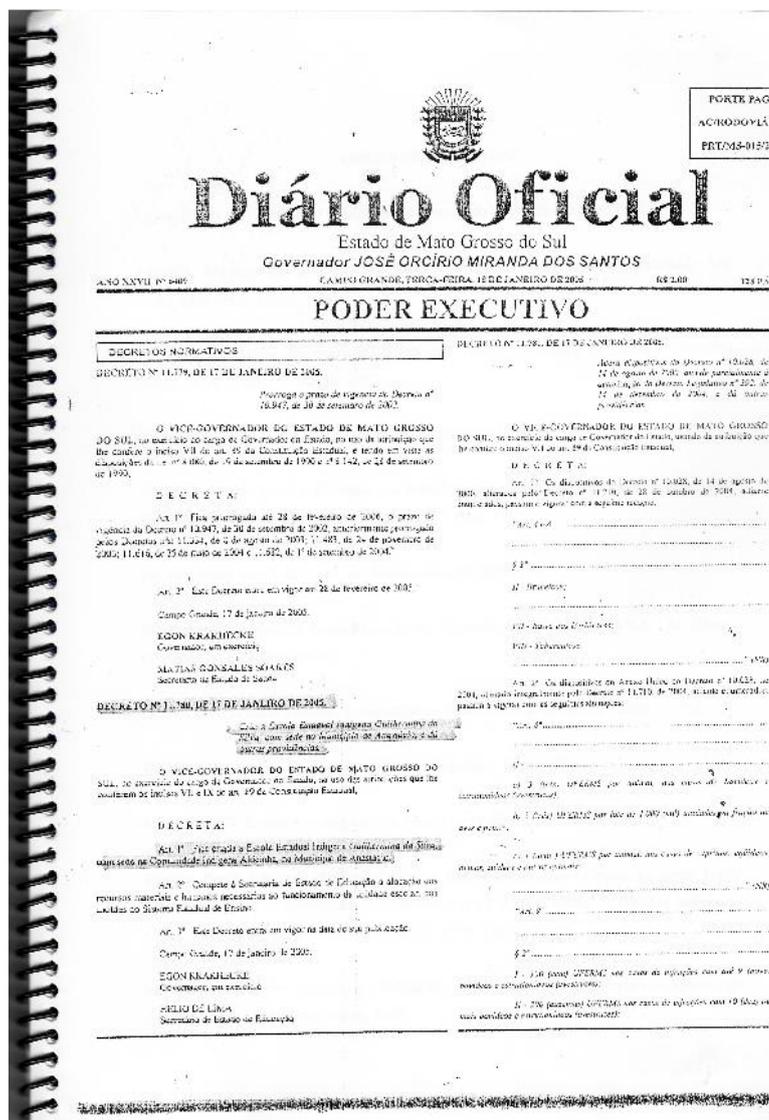
Em 1996, se instalaram nas salas da Igreja Uniedas, ficando ali por dois anos. Em 1998, retornaram para aldeinha com duas salas de aulas construídas pela comunidade, na gestão do cacique Félix, Sr.<sup>a</sup> Aparecida de Oliveira Bugarim como Presidente da Associação de Moradores, onde ficaram assim distribuídas: 1ª e 2ª séries no período matutino, 3ª e 4ª série no período vespertino, e Alfabetização para Jovens e Adultos no período noturno, com professores cedidos pela Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Anastácio.

Em 1998, com a eleição do cacique Flávio Pereira, a comunidade, juntamente com a liderança, finalizou a construção do projeto da escola. Neste período ela passou a ser extensão da Escola Municipal Jardim Independência, tendo como parceira a Prefeitura Municipal de Anastácio no pagamento de água, luz, funcionários e materiais escolares.

Em 2001, com a reeleição do cacique Flávio Pereira, inicia-se o projeto para a construção de uma escola indígena, obra essa que foi custeada pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul em conjunto com a Associação de Moradores, tendo como presidente o Sr. Antonio da Silva. Em 2002, foi demolida a escola devido à precariedade para construção de um novo prédio, assim a escola volta para a Igreja Uniedas.

Em 2003, iniciou-se a construção da escola com estrutura de madeira, que foi vetada pela comunidade, sendo encaminhado um novo projeto para o Estado. Já em 2004, inicia-se a construção de fato da escola que atenderia o anseio da comunidade, contendo: quatro salas de aula, uma sala de professores junto à secretaria, uma cozinha com despensa, um refeitório, dois banheiros para atender os alunos especiais e uma quadra de esportes.

Figura 3: Decreto de criação da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva-(2005).



A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, foi criada pelo Decreto 11780 de 17 de janeiro de 2005 - D.O. nº 6409 de 18/01/2005 e credenciada pela Resolução - SED 2810 de 27 de dezembro de 2013 de 27/12/2013 D.O. Nº 8585 de 30/12/2013. A autorização de funcionamento vem através da Resolução/SED nº 2810 de 27 de dezembro de 2013 de 27/12/2013 D.O. Nº 8585 de 30/12/2013. Assim escola foi inaugurada no dia 19 de abril de 2005.

Foto 11: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva/2008



Fonte: Foto do acervo da Escola (2008)

A Escola Guilhermina é fruto de toda uma comunidade indígena Terena urbana “Aldeinha”, porém com esta luta tivemos vários momentos vividos por nossos antepassados, que não deixaram de pensar no futuro da comunidade, principalmente olhando para as crianças que não tinham um local para estudar e pensaram de forma corretíssima em investir na educação escolar de nossa comunidade. A conquista e a construção da escola na aldeia têm fortalecido o povo Terena a se afirmar e se identificar como Terena, algo que há alguns anos a comunidade não o conseguia, uma vez que era tratada de forma preconceituosa e com menosprezo pela sociedade envolvente. Hoje, temos um local no qual conseguimos nos afirmar enquanto uma sociedade Terena dentro de um espaço urbano, rodeados por uma sociedade não indígena. A valorização tem acontecido e o local que as crianças não tinham para estudar, atualmente tem trazido resultados, pois o Terena da aldeinha tem se inserido na sociedade envolvente.

## **5. CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA, DA ALDEIA ALDEINHA PARA O FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE TERENA SEGUNDO OS GESTORES, DOCENTES, EGRESSOS INDÍGENAS DA ESCOLA, ANCIÕES E LIDERANÇAS DA ALDEIA.**

### **5.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)**

Foto 12: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva (fachada modelo cocar)



Fonte: Foto do autor (setembro/2022)

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva recebeu este nome em homenagem a uma das primeiras famílias a se instalar na aldeinha, oriunda Aldeia Buriti, mãe de nove filhos que posteriormente, tanto seus filhos quanto seus netos, vieram a se tornar lideranças na comunidade da aldeinha.

Observando a foto na fachada da Escola, notamos que na entrada do portão há um modelo de cocar, algo de afirmação cultural indígena Terena, como frente de destaque o “cocar”, para ser notado que é uma Escola Indígena Terena na Aldeia Aldeinha.

Pelos dados pesquisados na Escola mais precisamente no PPP, passaram pela direção da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, os professores:

1º Sarita de Oliveira Andrade (Terena); 2º Silvio Rocha Gimenes (não-indígena); 3º Giselaime Moraes Jorge (Terena); 4º Suely Lopes de Oliveira (não-indígena) e 5º Nely Malheiros de Souza (não-indígena). Atualmente, neste corrente ano a diretora é Nely de Souza Malheiros Anderson. A escola oferece o ensino regular do 1º ano ao 9º ano, no período diurno e Educação de Jovens e Adultos (EJA Conectando Saberes Indígenas) no ensino fundamental e ensino médio no período noturno. Dessa forma, a escola começa uma nova página da sua história, buscando o objetivo de realmente ser um instrumento para a comunidade indígena e na sociedade de formar cidadãos críticos e conscientes. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO-PPP/2018).

A autonomia neste momento se torna primordial para que a Educação Escolar Indígena alcance a concretização das diretrizes apontadas pela legislação vigente. Quanto à democratização da gestão, a Escola Indígena deve passar por modelos de participação, vivenciados por cada etnia, o que não pode acontecer é impor-se o modelo e regras praticados pela escola da sociedade envolvente, como por exemplo, a indicação do quadro de professores, a indicação para a direção sem consultar e/ou eleição pela comunidade, elaboração do currículo sem a participação de cada etnia indígena. Ou seja, já que há uma legislação em vigor e quem vai reger a Escola Indígena, dizendo que quem irá administrar Educação Escolar Indígena serão os próprios indígenas, essa autonomia e o respeito pela Escola Indígena diferenciada tem que ser colocada em prática para que se concretize de fato esse direito.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva de 2018, apresenta informações que tem norteado as ações da unidade escolar contribuindo para o fortalecimento da Aldeia Aldeinha, tendo como missão garantir a continuidade do conhecimento da etnia Terena dentro da formação cidadã indígena e não indígena, comprometidos e conscientes de seu papel. Preparando-os com ações inovadoras para o acesso e a permanência na sociedade, como cidadãos críticos e formadores de opiniões em sua comunidade e na sociedade envolvente.

Foto 13: A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva



Fonte: Foto do autor (setembro/2022)

O objetivo é que os alunos formados pela Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, sejam incentivados a dar continuidade aos seus estudos e a decidirem conscientemente o seu futuro. Que sejam cidadãos atuantes em sua comunidade e na sociedade, comprometidos com a preservação da identidade étnica e cultural do povo Terena.

Portanto, o PPP da escola afirma que não somente o indígena venha a ser cidadão consciente de seus direitos e deveres, também os estudantes não indígenas venham a valorizar a comunidade e a Escola Indígena Guilhermina, sendo ela uma formadora de cidadãos.

A comunidade Terena da aldeinha obtém seu sustento familiar através de serviços informais, como: pedreiro, servente de pedreiro, serviços em fazendas, changas, trabalhos artesanais. Há uma falta de assistência às famílias que ficam na aldeia enquanto os homens estão ausentes. E devido à questão econômica, em que os moradores vivem, e à necessidade de sobreviver, a escola apresenta um índice significativo na distorção ano/idade, pois os alunos interrompem os estudos durante o ano letivo, principalmente no 2º semestre, período no qual surgem os chamados trabalhos temporários de fim de ano (como a colheita de maçã em fazendas da região), retornando no ano letivo seguinte. Dessa forma alguns adolescentes acabam aceitando regimes de trabalho que prejudicam sua frequência na escola.

A gravidez precoce também tem sido outro fator de evasão escolar. As mulheres trabalham como empregadas domésticas, tanto no município de Anastácio, quanto no município

vizinho, Aquidauana, deixando seus filhos muitas vezes aos cuidados dos irmãos mais velhos que também são crianças, por falta de uma creche que atenda às necessidades indígenas. Outro fator que se apresenta são alunas que para estudar, trazem seus filhos por não terem com quem deixar.

O Terena da aldeinha, já sofreu vários tipos de preconceito, com a sociedade envolvente, muitos de nossos patrícios eram analfabetos, as mulheres trabalhavam como empregadas doméstica, isso levantou um dado muito preocupante de fatos que aconteciam em tempos anteriores, a “gravidez precoce”. Tanto é que no PPP essa problemática é colocada como um fator de preocupação da comunidade escolar, algo que o Terena da aldeia sofria, lutando para que essa situação não venha acontecer na atualidade, algo de extrema relevância para a comunidade da Aldeinha.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), o trabalho está sendo executado por meio de projetos e ações escolares que visam incentivar, envolver os estudantes e docentes. Ao interagirem no processo de ensino e aprendizagem, pautados numa metodologia ativa, conforme seu período de funcionamento.

Todavia as ações e/ou projetos garantidos no PPP, são passíveis de acréscimos, adequações ou inserções de temas conforme a necessidade escolar como: educação no trânsito e semana dos povos indígenas. Outros temas e projetos que envolvem a unidade escolar são: Bullying, respeito à pessoa idosa, sexualidade, consciência negra, dia nacional de luta das pessoas com deficiência (21 de setembro), valorização do surdo, projeto de leitura, produção textual, teatro na escola, temas transversais (prevenção da saúde, violência, drogas, suicídio/depressão, auto estima, gravidez precoce e entre outros), oficinas aos professores (prática com contexto indígena e não indígena), formações continuadas, formações específicas voltadas para cultura indígena, formações específicas para funcionários da escola, reuniões bimestrais, família e escola, concretizando sonhos, parcerias com órgãos públicos e ONGs, avaliações internas e externas, diagnóstico da aprendizagem do estudante e/ou da turma, aulas de campo, recuperação paralela, atividades cívicas e culturais, projeto dia das mães, ação saberes indígenas na escola, projeto esportivo intercultural, combate à evasão escolar, sala de recurso multifuncional, Tradutor-Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (TILS/LIBRAS), professor de apoio escolar ao estudante da educação especial.

Foto 14: Semana dos Povos Indígenas (2012)



Fonte: Acervo do autor (2012)

Conta ainda com a comunidade educativa-pais, critérios e formas de avaliação de aprendizagem, instrumentos avaliativos utilizados, processo de recuperação de aprendizagem, avaliação institucional externa: IDEB, SAEMS, SAEB, ENEM, Prova Brasil, Avaliação Diagnóstica Conselho de Classe

Figura 4: Tabela de Resultados e Metas do IDEB

Parâmetros da Pesquisa

<b>Resultado:</b> Escola	<b>UF:</b> MS
<b>Município:</b> ANASTÁCIO	<b>Nome da Escola:</b> EE INDIGENA GUILHERMINA DA SILVA
<b>Rede de ensino:</b> Estadual	<b>Série / Ano:</b> Todas

4ª série / 5º ano 8ª série / 9º ano 3ª série EM

Escola ↕	Ideb Observado					Metas Projetadas									
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
EE INDIGENA GUILHERMINA DA SILVA	2.9	2.6	3.9	3.9	4.3	4.1	3.7	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Ainda segundo o PPP, para avaliar foram criados alguns indicadores de qualidade, importantes no aspecto da realidade escolar. São eles: ambiente educativo (conscientização), prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, ambiente físico da escola, acesso e permanência na escola.

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, está situada em um contexto urbano, atrelada ao Sistema Nacional e Estadual de Educação, assim, a Educação Escolar Indígena é um fator a ser observado, pois em se tratando de comunidade indígena, como os órgãos oficiais têm avaliado os alunos indígenas? Ou seja, há uma via de mão dupla ao avaliar a Educação Escolar Indígena dentro de um sistema não indígena: Como é avaliado? Quem vai avaliar? Quais os fatores em jogo? Qual a finalidade? Uma situação a ser tratada, a autonomia da escola.

Entretanto o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Indígena Guilhermina, é um processo contínuo, o qual vai reformulando-se conforme as necessidades da comunidade escolar, respeitadas as especificidades locais, e pelo que temos observado, a escola tem se reunido neste ano de 2022, para reformular o PPP, fato que deveria ser feito em 2020, porém devido o COVID 19 não ocorreu.

## 5.2. As entrevistas

Foto 15: Entrevista com o professor Terena Gedeão Jorge- Gedê /maio de 2022



Fonte: Acervo do autor (2022)

No dia 21 de maio de 2022, foi realizada a entrevista com o ex docente da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, Gedeão Jorge, conhecido como Gedê, em sua residência, na qual falamos sobre a contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, para o fortalecimento da comunidade terena. Na semana seguinte à entrevista, o mesmo foi internado em um hospital de Campo Grande/MS. Infelizmente no dia 10 de agosto de 2022, no início da manhã, recebi a notícia que, Gedê, como gostava de ser tratado, veio a óbito, nos deixando um grande legado entre amigos e familiares, a perda nos deixar a saudade do Terena o qual aprendi a admirar, pois juntos passamos por momentos que jamais se apagarão da minha memória. Foram encontros inesquecíveis no futebol, jogando e representando a Aldeia Aldeinha, tínhamos um time que se chamava Descendente Futebol Clube, formado por Terenas e descendentes.

Foto 16: Descendente Futebol Clube da Aldeia Aldeinha



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

Várias outras situações como também o JEB's (Jogos Escolares Brasileiros em Brasília- Distrito Federal/1987), no qual realizamos juntos o Fórum Indígena na Escola Guilhermina da Silva e vários encontros em Campo Grande/MS, para discutirmos a implantação da Educação Escolar Indígena no Estado de Mato Grosso do Sul, além de encontros para

garantirmos a implementação na Escola da Aldeia Aldeinha, foram momentos de extrema relevância para mim, pois Gedê nos deixa um grande legado sobre o quanto somos importantes, e o tanto que devemos nos orgulhar do nosso jeito Terena de ser, Terena mesmo.

Gedeão Jorge, 66 anos de idade, casado, pai de 4 filhos, todos adultos entre 44 a 49 anos de idade, cristão, licenciado e Bacharel em Geografia (1990), Especialização em Planejamento Urbano e Ambiental (1997), mestrado em Desenvolvimento Local, não concluído, atuou como professor na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, na disciplina de Geografia do 6º ao 9º ano, EJA 1º e 3º Ciclo, entre os anos de 2005 e 2012, trabalhou 7 anos na Escola Guilhermina, também exerceu o magistério na Escola Evangélica Lourenço Buckman; na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como professor substituto; no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul enquanto tutor. É indígena da etnia Terena, quanto à língua materna de sua etnia indígena, diz que fala 20%, entende 70%, ele relata não falar a língua materna de sua etnia indígena devido à falta de comunicação em sua comunidade. Segundo ele, a comunicação, no seu entender, é a melhor forma de aprender uma língua ou manter um idioma vivo, no entanto, em sua família não tem falantes da língua, afinal seus filhos não estudaram na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, onde é ofertado o ensino da língua materna Terena, uma vez que a escola foi implantada recentemente.

a) Pergunto a ele sobre quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) ele utilizava na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, a qual ele afirma que utilizava todas.

b) Esses instrumentos normativos auxiliam em seu trabalho como docente na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Gedeão me afirma que esses instrumentos eram as normas para basear o ensino e aprendizagem.

c) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena? Ele responde que não totalmente, pois é vinculada ao estado, penso que é por falta de autonomia e respaldo. E os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva nem sempre foram indígenas da etnia Terena, por falta de formação, além de que os conteúdos da cultura Terena trabalhados em sala de aula eram repassados ao professor da Língua Terena, da mesma forma o conteúdo da cultura Terena em sala de aula, sendo repassado ao professor. Ele ainda explica que os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva nem sempre foram indígenas da etnia Terena, devido a quantidade de alunos a qual era insuficiente.

Em se tratando da Escola não cumprir totalmente o que as legislações dizem, é um fato observado na fala do professor Gedeão (*in memoriam*), o qual coloca que essa situação ainda acontece, além disso, para que a autonomia da Educação Escolar Indígena seja respeitada, ainda falta muito, e aquilo que foi até o momento conquistado pela comunidade - a “Escola da Aldeia”- não tem ocorrido da forma correta, sem contar o direito da escola, presente na comunidade, em ter sua autonomia garantida.

d) Pergunto ainda a ele se a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena. Resposta a qual ele diz que não, pois os próprios pais preferem outras escolas.

e) Considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? Ele comenta que não, mesmo com dificuldades, ela implementa a cultura Terena. Além de tudo, a Escola, mesmo com suas dificuldades, tem fortalecido em suas atividades cotidianas a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena. Ele ainda diz que não existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola ou raramente, pois o indígena Terena é muito receptivo, também coloca que a Escola desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena, enquanto disciplina. A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola no grafismo, nas comemorações. Sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola o mesmo é voltado para a manutenção e fortalecimentos da cultura Terena, usufruindo das práticas e costumes da comunidade.

A Aldeia Aldeinha está localizada na zona urbana do município de Anastácio, sendo assim, a Escola Guilhermina agrega alunos indígenas e não indígenas, sendo este um fator de grande relevância para a comunidade Terena da aldeinha e para os envolvidos com a unidade escolar, sendo assim, a forma de ser da população presente na aldeia é vista e observada pela sociedade não indígena que frequenta a Escola da aldeinha.

f) Quando perguntado se a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem cumprido a legislação própria, sobre a educação escolar indígena diferenciada, específica e bilíngue para a escola indígenas ele responde que é impossível, pois ainda não há material didático elaborado pela própria escola, pois é necessário um período remunerado para elaboração desses materiais.

Em sua entrevista ainda disse, quanto à importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha, afirmou que ela é uma conquista da comunidade, para interagir o índio com o conhecimento dos não indígenas, e que a escola tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha no ensino e aprendizagem secular, além dos benefícios que a Escola traz para a comunidade da aldeia inserindo os que realmente querem

desenvolver suas aptidões no mercado de trabalho. Relatou também que: A Escola Indígena nem sempre tem espaços de diálogos com anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para ouvir suas demandas trazidas para a escola, como a dança, pintura e artesanatos.

Temos conhecimento das incansáveis lutas da liderança da comunidade e da própria comunidade para se ter uma escola dentro da aldeia é um fator que a aldeia preza muito. Olhando para o passado recente, e observando os dias de hoje, a Escola Guilhermina tem ajudado os alunos indígenas os quais ainda estudam lá e aqueles passaram pela escola, o que tem dado resultados positivos para a própria comunidade. Há alguns anos não tínhamos mão de obra qualificada para se trabalhar na unidade escolar, agora em 2022, vários ex-alunos da Guilhermina tem retornado para a escola, voltando formados em cursos superiores e alguns já em pós-graduações, seja no Lato Sensu, com especialização, ou Stricto Sensu trazendo títulos de mestres e doutores para a comunidade que tanto os apoiou. Então, dessa forma, a comunidade tem recebido grandes contribuições dos envolvidos com a escola na aldeia, o que tem fortalecido a comunidade aldeinha.

Foto 17: Entrevista com a professora Terena Ana Carina Paulo



Fonte: Acervo do autor (2022)

A entrevista com a docente Ana Carina Paulo dos Santos, sobre contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, para o fortalecimento da comunidade Terena foi realizada no dia 28 de julho de 2022.

A professora tem a idade de 54 anos, é divorciada, mãe de 03 filhos com as idades sendo: 31, 29 e 25, de religião protestante, licenciada em Ciências da Matemática e da Natureza,

professora de matemática na turma da EJA na Escola Guilhermina, trabalhando na escola há 14 anos, de 2005 a 2014 e entre 2021 e 2022, trabalhou ainda de 2018 a 2020 no EMI Araporã, no município de Dourados, e em 2021 na EM Pólo Km 21 em Anastácio/MS. É indígena da etnia Terena, não fala a língua materna de sua etnia indígena porque seus pais não são falantes, uma vez que sua mãe saiu da Aldeia Córrego do Meio quando tinha 3 anos de idade, e sua avó não permitia que falassem a língua materna, achando que iria prejudicá-los mais tarde. Em sua família quem é falante da língua Terena são sua mãe, sua irmã mais velha (*in memorian*) e seus filhos, que estudaram na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva.

a) Pergunto a ela quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) utiliza na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva. Ela cita-me a “LDB - Lei 9.394/96, RCNEI”.

b) E como esses instrumentos normativos auxiliam em seu trabalho como docente na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Afirma que auxilia no “planejamento das aulas”.

c) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena? Me disse que “sim”.

d) Os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Porque? Disse: “não, porque no início não havia muitos professores formados na comunidade indígena”.

e) Quais os conteúdos da cultura Terena trabalha em sala de aula? Disse: “o grafismo, instrumentos de medidas de antigamente, formas das casas”.

f) Como trabalha os conteúdos da cultura Terena em sala de aula? Disse: “de acordo com o referencial curricular do estado, procuramos sempre inserir o conteúdo da cultura, para que possamos trabalhar de uma forma intercultural/interdisciplinar”.

g) Todos os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Respondeu “não, pois a nossa escola está situada na zona urbana e atendemos não só os indígenas, como também os não indígenas moradores próximo à aldeia”.

h) A Escola deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena? Comentou que “não, porque vivemos em uma comunidade que fica na zona urbana e há muita miscigenação”.

i) A Escola Estadual deveria deixar de ser uma escola indígena? Respondeu que “não, porque aqui temos o direito de trabalhar e a valorização da nossa cultura Terena”.

j) Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola? "Não, procuramos trabalhar sempre o respeito e a valorização de cada um".

k) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? "Sim, tendo como componente curricular a disciplina Língua Materna".

l) A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Afirmou que "sim, na vida e nos familiares dos alunos".

m) Sobre a importância da Escola para a comunidade da Aldeia Aldeinha, me disse que: "há valorização e o crescimento da comunidade em relação à educação".

n) A Escola tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? Respondeu que "sim, trabalhamos com projeto valorizando e resgatando a cultura".

o) Quais são os benefícios que a Escola traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha? O "incentivo à formação de vários alunos na formação acadêmica, gerando variedades de área de trabalho".

Uma das ações da escola que podemos observar na fala da professora Ana Carina, colocado por Gedeão (*In memorian*), e afirmado no Projeto Político Pedagógico, tem acontecido. Muitos alunos Terena que passaram pela unidade escolar, têm voltado para atuar na comunidade, egressos da Guilhermina, agora tem voltado como docentes da escola. Isso fortalece a comunidade, levando a escola a se tornar referência dentro do município de Anastácio/MS, e ainda inserindo os que querem se qualificar na sociedade envolvente, trabalhando tanto na unidade escolar quanto fora dela.

Foto 18: Entrevista com a diretora da Escola Estadual Indígena professora Josefa Luzia da Silva (não indígena)



Fonte: Acervo do autor (2022)

A entrevista realizada com a atual diretora da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, Josefa Luzia da Silva (não indígena), sobre a contribuição da unidade escolar para o fortalecimento da comunidade Terena, ocorreu no dia 14 de junho de 2022 na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva.

A professora Josefa Luzia da Silva (não indígena), é solteira, mãe de dois filhos, sendo eles com idades de 30 e 36 anos, católica, licenciada em letras, língua portuguesa e literatura, ocupa o cargo de diretora na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, há 4 meses. Já trabalhou em outras escolas, sendo: a Escola Estadual Maria Corrêa Dias e Roberto Scaff, ambas no município de Anastácio, trabalhando, respectivamente, 2 e 3 anos nas unidades escolares da cidade.

a) Quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) são utilizados na gestão da Escola? Respondeu-me, “o regimento escolar, Projeto Político Pedagógico e outros”.

b) Como esses instrumentos normativos auxiliam na gestão da Escola? “São documentos que direcionam e normatizam o planejamento e ações da escola”.

c) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a Educação Escolar Indígena? Ela me afirmou que “sim, através da matriz curricular destinada à Educação Escolar Indígena” e que “os gestores da Escola nem sempre foram indígenas”.

d) Você acha que todos os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveriam ser em sua totalidade professores indígenas da etnia Terena? Me disse: “sim, porque são os principais conhecedores da cultura indígena”.

e) Quanto aos alunos e alunas da unidade escolar sempre foram indígenas da etnia Terena? Afirmou que não, além de comentar que “a escola não deve fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena, devido à localização urbana e por não manter o atendimento exclusivo dos conhecimentos”.

f) Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? “Não, pois vamos aplaudir a ampla diversidade dentro da unidade”.

g) Os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas? Disse: “Acredito nisso. A cultura Terena está no sangue do nosso povo indígena”.

h) Há conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da escola? Respondeu-me, “não, pois as nossas ações estudantis sempre se voltam ao respeito para com o ser humano”.

i) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, por estar dentro do espaço urbano de Anastácio, deveria deixar de ser uma escola indígena? Afirmou que “não, porque seguimos a nossa matriz curricular sempre priorizando a cultura Terena”.

j) Como a Escola desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? Disse, “através da grade curricular do aluno temos a disciplina língua Terena”.

k) Como a cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? A mesma comentou-me que isso ocorre por meio do “uniforme, cocar na fachada da escola, projetos e comidas típicas”.

l) Como a unidade escolar em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena? Me afirmou que esta prática se realiza por intermédio de projetos como: “Releituras de obras existentes passadas para os valores indígena”. Me disse ainda que “o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é voltado para a manutenção e fortalecimentos da cultura Terena através de projetos previstos” e que “a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva ainda não tem

cumprido a legislação específica sobre a Educação Escolar Indígena diferenciada específica e bilíngue para as escolas indígenas”.

m) Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha? Disse que, hoje, a escola é o polo irradiador da cultura em nosso município, além disso afirma que a Escola tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha através de atividades voltadas ao pronto atendimento da demanda, seja no direcionamento a resolução dos problemas sociais e edificação do projeto de vida, e que a comunidade e a escola estão juntas para trazer benefícios como cursos profissionalizantes para os alunos da unidade escolar.

n) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem espaços de diálogos com anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para ouvir suas demandas? Comentou assim: “O cacique (também gestor da escola) mantém um diálogo direto com os anciões e lideranças, e que também os anciões anseiam por estudar. Tenta-se uma sala para alfabetização, não foi possível, mas tentaremos novamente e sempre”.

O rumo da escola indígena está apontado com a legislação vigente, tanto que, a respeito da gestão escolar, as legislações nos afirmam que, a indicação para a direção não pode ocorrer sem consulta e/ou eleição pela comunidade. Portanto, não se pode é impor o modelo e regras praticados pela escola da sociedade não indígena, e pelo que observamos, enquanto pesquisador, professor da escola em anos anteriores e membro de uma comunidade indígena Terena, isto não tem se concretizado na escola da aldeia, essa situação não tem acontecido, ou seja, já que há uma legislação em vigor e quem vai reger a escola indígena, a educação escolar indígena serão os próprios indígenas, essa autonomia e o respeito pela escola indígena diferenciada tem que ser colocada em prática para que se concretize na escola da Aldeia Aldeinha.

A autonomia deve e tem que ser primordial para que se concretize de fato o direito à Educação Escolar Indígena na Aldeia Aldeinha, precisamente na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva.

Foto 19: egressa Terena, Prof.<sup>a</sup> Mestre Evelin Tatiane/ Doutoranda PPGE UCBD.



Fonte: Acervo do autor (2022)

No dia 09 de julho de 2022, foi realizada a entrevista com a egressa da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, indígena Terena, Evelin Tatiane da Silva Pereira, professora na referida escola, mestre em Educação pela UCDB, e doutoranda PPGE /UCBD em 2022, 37 anos, conhecida como Hekere Terenoe (nova pequena estrela), católica. Não é falante da língua Terena, apenas seu pai e tios é que falam a língua indígena. Estudou na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva entre os anos de 2006 e 2007, na época era a escola mais próxima de sua casa, somente o professor de literatura não era indígena os restantes todos eram indígenas.

Em seu relato me disse:

Que todos professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveriam ser da etnia Terena e o corpo técnico administrativos. E quanto aos alunos conforme o último censo da escola agrega a etnia Terena, xinguanos e do povo Waurá do Mato Grosso e alunos não indígena, cerca de 50% indígenas e 50% não indígenas (Evelin Tatiane).

Depois do seu relato iniciamos a entrevista sobre a escola Guilhermina e suas contribuições para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha.

a) Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria ter somente alunos e alunas indígenas da etnia Terena? Ela responde que existe uma certa dificuldade em apoiar essa ideia devido a localização urbana, a escola não agrega apenas alunos da comunidade, os alunos que estão em torno da nossa comunidade, precisamos acolher respeitando as diferenças culturais e as especificidades de cada um.

b) Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva não deveria ser uma escola indígena? Segundo a mesma, a escola tem que permanecer nessa questão de ser escola indígena, e não estar somente implantada com o nome, somente levar o nome de escola indígena ela tem que ser escola indígena em todos os aspectos cultural, educacional, intercultural e bilíngue.

c) A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? De que forma?

Como sou egressa agora estou retornando a escola, eu penso que nesses dois últimos anos que a gente veio no ano atípico de pandemia, o ano passado estávamos na entrega de APC todas as normativas de biossegurança, e esse ano a gente consegue vir com aulas presenciais, a questão cultural dentro da escola em parceria junto com a comunidade, cada vez ela tem se revitalizado, ela está mais frequente não somente na questão do nome da escola, mais também nas ações nas atividades culturais e na reafirmação de cultura, principalmente porque nós temos o aluno indígena na escola, indígena que não assume essa identidade de ser indígena, então a gente tem feito esse trabalho principalmente com os jovens da questão de se apropriar da nossa etnia (Evelin Tatiane).

d) Quais os conteúdos da cultura Terena que os professores e professoras têm trabalhado em sala de aula?

Esse ano foi a lotação do novo ensino médio, aí nós temos as unidades curriculares dentro dessas unidades curriculares, os professores de área estão trabalhando as especificidades de nossa cultura, tem uma unidade que fala sobre a questão do pantanal, nossa professora de arte ela está responsável por essa unidade, ela vem trabalhando o grafismo do corpo dos animais do pantanal, e fazendo os alunos transcrever, então cada professor de área ele vem trabalhando a questão da cultura, com o professor de História, ele vem historicizar não somente a questão do Terena no Mato Grosso do Sul, mas sim trazer para nossos alunos que nós temos os Guarani, o Kadiwéu, Kinikinau, os Guató, trazendo essa vivência, o professor de geografia ele tem trabalhado o mapeamento hídrico da nossa cidade, porque que hoje a comunidade da aldeinha ela não faz o usufruto do recurso hídrico do rio Aquidauana, então cada professor ele procura se adequar buscando essa ligação entre os componentes curriculares dos ocidentais pra trabalhar como nossos processos culturais dentro da comunidade (Evelin Tatiane).

e) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena?

Atualmente temos o professor de língua materna o professor Jessé, ele trabalha oficinas com os alunos incentivando a fala, o cumprimento que seja a rotina principalmente no fundamental I, que as crianças do fundamental I, ela está naquela perspicácia de aprender corretamente a fala cotidiana, os cantos, até uma proposta que ele está vendo e de trazer um aulão agora nas férias da língua Terena para as pessoas que têm interesse dentro e fora da comunidade (Evelin Tatiane).

f) Existem conflitos entre estudantes indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Nesse ano que a gente está na escola, a gente nunca percebeu nenhum processo de discriminação do colega para com o outro, em relação de ser indígena ou não indígena, mediante que já estão acostumados, são alunos que já estão estudando desde do quinto, sexto, sétimo ano, já estão no ensino médio, ele já tem essa relação de carinho, atenção, afeto e respeito ao outro, respeitar a cultura do outro também é importante (Evelin Tatiane).

g) Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

Desde o projeto para a implantação da escola, a comunidade toda ela esteve envolvida foi um processo de discussão muito intensa entre comunidade, liderança e pessoas não indígenas que a gente precisa ter esse diálogo essa negociação, a implantação da escola ela foi um passo muito importante para a comunidade em si, antes o não indígena falava porque o índio, ainda usa o termo o índio, para que o índio na escola, então a partir desses avanços, desses diálogos, a persistência, a insistência das lideranças das pessoas que acompanhavam o processo de fundação e implementação da Guilhermina da Escola, hoje a comunidade ele é consolidada, ela é perpetuada, legitimidade através da escola, porque tudo o que ocorre dentro da comunidade, seja uma reunião, seja uma pastelada, seja uma confraternização, jogos, tudo começa e acaba dentro da escola, então a escola em si ela vem sendo o ponto de fortalecimento da nossa comunidade hoje, desde a implantação de seu prédio (Evelin Tatiane).

h) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A escola ela tem sido a referência para as pessoas dentro da comunidade, não só de agregar os alunos, os alunos da comunidade, mas às vezes assim tem situações que a escola consegue atender a comunidade, às vezes precisa fazer

uma entrevista de emprego, precisa tirar xérox, a escola está ali para ajudar, os professores estão ali para orientar, fazer documentos, através do usufruto da internet da escola, então essa parceria entre escola e liderança e comunidade ele só tem a fortalecer (Evelin Tatiane).

i) Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

Hoje a comunidade ela agrega os nossos alunos desde o fundamental I, o fundamental II, o ensino médio regular e a EJA que é o ensino de jovens e adultos que hoje atualmente é denominado conectando saberes, a principal contribuição hoje para a comunidade é que a gente consegue atender todas as faixas etárias de idade das famílias, as vezes nós temos mães de família que trabalham durante o dia, nós temos alunos que só conseguiram o trabalho mediante o retorno a sala de aula, então o número de evasão caiu bastante, porque as mães estão saindo pra procurar emprego, os rapazes estão procurando emprego, deixam um pouco de lado a questão de sair para usina, para o corte de cana, para a colheita de maçã, ou até os chapeiros que a gente fala que são os serviços esporádicos, para retornar a escola, porque eles já estão visando o crescimento profissional e a melhor qualidade de vida para suas famílias, então a Guilhermina tem todo esse olhar atento especial, principalmente aos nossos alunos do noturno, que são adultos e precisam realmente aperfeiçoar seu estudo, a contribuição principal da escola para a comunidade em relação a essa situação e estar fazendo esse acompanhamento e entender a especificidade de cada aluno (Evelin Tatiane).

j) Os anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha têm participado de atividades na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

É bem comum em qualquer comunidade quando você vai é sempre ter criança, ancião e cachorro dentro da escola, então qualquer coisa que ocorre dentro de uma escola, a criança vê ela já espalha, e o ancião está ali só para perpetuar, dar as orientações, hoje nós temos anciões que acompanha sim a escola, muitos já não vão devido o problema de saúde, muitos estão se recuperando da COVID, está com sequela então a gente se sente privado de alguns anciões em relação a isso, e alguns anciões que já se tomaram que já não fazem parte mas conosco aqui, porém, deixaram um legado muito importante na construção e andamento da escola (Evelin Tatiane).

k) Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva por estar dentro do espaço urbano de Anastácio deveria deixar de ser uma escola indígena?

A Escola Indígena Guilhermina da Silva ela não teria como deixar de ser uma escola, primeiro que antes da emancipação do nosso município ser Anastácio, aldeinha já era emancipada, desde a década de 30 existem escritos antropológicos, Cardoso relata que passou aqui na década de 30 e já estávamos

nós aqui , então se existe algo que de certa forma interrompa esse processo seria o crescimento desordenado da população não indígena em torno de nossa comunidade, e talvez teríamos de pensar que a aldeinha hoje está sendo sufocada, então em hipótese alguma agente pode deixar de ser aldeinha, de ser comunidade indígena e que a Escola Indígena Guilhermina sempre vai ser sempre a Escola Indígena Guilhermina da Silva, conforme as liderança e os cacique da época e a comunidade também votaram para implantação dessa escola, então tem que permanecer isso, até por questão do nosso processo de revitalização, permanência e continuidade de nosso povo, das nossas crianças, e da nossa Educação Escolar Indígena aqui no município de Anastácio (Evelin Tatiane).

Conforme a fala da egressa da Escola Guilhermina, Evelin, é notória a importância da unidade escolar para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha, como afirmado na sua fala e na dos demais envolvidos com o cotidiano da aldeinha, observo igualmente, enquanto pesquisador na escola, na comunidade, como indígena Terena e morador da Aldeia Aldeinha, além da observação dos dados catalogados, que a implantação da escola dentro da aldeia vem fortalecendo a comunidade, pois a escola é um ponto de referência para os Terenas da aldeinha, e a mesma tem dado essa contribuição de extrema relevância para o fortalecimento da identidade étnica dos Terenas da Aldeia Aldeinha nos seguintes quesitos: na língua, enquanto disciplina regular; na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres com a Aldeia Aldeinha; na preservação da cultura; além de orientar e direcionar os estudantes da escola para o ingresso em cursos superiores; e, por fim, na forma de ser e pensar enquanto indígenas Terena.

Foto 20: Entrevista com o professor Terena Eliezer Gregório



Fonte: Acervo do autor (2022)

Durante a entrevista com o docente indígena, Eliezer Cece Gregório, da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, falamos sobre a contribuição da escola para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha. Eliezer tem 36 anos de idade, solteiro, cristão, tendo uma filha de 10 anos de idade que estuda na Escola Guilhermina, habilitado em Geografia Licenciatura desde 2010, com mestrado em Geografia, concluído em 2016, professor contratado em 2022 na Escola Guilhermina, estando presente no local há dois, trabalhou ainda na EEI Pastor Reginaldo Miguel por 02 anos, EEI Professor Domingos Veríssimo Marcos por 03 anos, e no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Ele relata que não fala o idioma Terena, devido seus pais que não falam, no entanto ele diz compreender a língua.

a) Como primeira pergunta temos: quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) são utilizados por você na gestão da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Pergunta a qual ele responde dizendo: “Leis, portarias, diretrizes e normativa da SED, Lei Diretrizes Bases da Educação”.

b) Como esses instrumentos normativos auxiliam em seu trabalho como docente na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Eliezer relata que lhe auxilia nas práticas pedagógicas.

c) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena? “Em partes. Cumpre no sentido de adaptar os conteúdos do referencial curricular do estado para a realidade do público da escola. ”

d) Os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? “Não, por não ter professores formados em áreas específicas”.

e) Quais os conteúdos da cultura Terena que você trabalha em sala de aula? “Trabalhamos em projetos relacionados à semana dos povos indígenas, e na adaptação de conteúdo específicos que podem trazer a realidade do aluno e da sua comunidade”.

f) Como você trabalha os conteúdos da cultura Terena em sala de aula? “Através de textos, atividades práticas e projetos que relatam a história e o modo de vida do povo Terena”.

g) Todos os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? “Não, por conta de a escola estar situada em contexto urbano e receber clientela de estudantes não indígenas”.

h) Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena? “Não, porque o acesso à educação é um direito de todos”.

i) Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? “Não, porque a maioria dos alunos da escola ser de origem indígena e ser importante a interação destes alunos com os demais grupos sociais”.

j) Você considera que os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas? “Sim, devido a escola estar localizada em uma área urbana, porém sem deixar de lado seu *modus vivendis*”.

k) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena? “Sim, através da disciplina língua materna, questão indígena, conteúdos em sala de aula, em projetos de aprendizagem, e o fortalecimento da cultura que passa a ser cada dia mais evidenciado”.

l) Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? “Não, pois a escola quando recebe os alunos não indígenas repassam as especificidades da escola para garantir a boa interação entre eles”.

m) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? “Sim, através das aulas de língua materna e de um projeto voltado para elaborar materiais didáticos na língua materna para os professores utilizarem em sala de aula”.

n) A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? De que forma? “Sim. Na preservação da língua materna, e em constantes trabalhos de revitalização da cultura de forma geral”.

o) O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é voltado para a manutenção e fortalecimentos da cultura Terena? “Sim. Através de trabalho em datas comemorativas, e outras questões que a comunidade participa efetivamente, das decisões do ambiente escolar para que seja valorizada a cultura Terena”.

p) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem cumprido a legislação específica sobre a educação escolar indígena diferenciada, específica e bilíngue para as escolas indígenas? “Sim. Através da inserção no currículo escolar, de disciplinas específicas como língua materna e questões indígenas”.

q) Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha? “É importante para revitalização e preservação da cultura Terena como um todo diminuindo o processo de aculturação da comunidade”.

r) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? “Sim. Através do uso de anciões, e líderes da comunidade em palestras e oficinas na escola”.

s) Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha? “Traz no sentido de ter uma escola que vai ao encontro com as especificidades de seus alunos”.

t) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem espaços de diálogos com anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para ouvir suas demandas? “Às vezes. Como exemplo, a ajuda para revitalizar a associação da comunidade a fim de angariar recursos para a mesma”.

Foto 21: Entrevista com dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega



Fonte: Acervo da Dona Ivanir Cardoso Nimbú - Dona Nega

O meu primeiro contato para a entrevista com a dona Ivanir aconteceu dia 10 de agosto, estive em sua residência explicando sobre o meu projeto de pesquisa para a mesma, fui muito bem recebido pela dona Neguinha, como gosta de ser tratada. Marcamos a nossa conversa para o dia seguinte, fiquei muito entusiasmado e feliz em poder ser ouvido e atendido, pois há muito

tempo não tinha contato com ela, pois estivemos um tempo recluso em nossas residências em decorrência da Covid, e por ela ser do grupo de risco não poderia receber visitas. Porém no dia marcado, infelizmente, aliás, felizmente, nossa cidade foi abençoada com uma chuva muito intensa, após um período de seca, no qual a falta de chuva durava alguns meses, o que já estava nos causando vários problemas.

Antes da entrevista/conversa, relembramos várias situações vividas por ela ao lado do seu esposo, desde a chegada da família Nimbú na aldeinha em 1982, relembramos em nossas falas vários momentos que também a minha pessoa já havia vivido enquanto Terena. A nossa conversa foi muito boa e prazerosa ao ouvir as várias História contadas por ela, como por exemplo do time de futebol ao qual seu Elias (*in memorian*) dirigiu, no qual eu tive a oportunidade de fazer parte da equipe do Descendente Futebol Clube, representando a Aldeia Aldeinha. As partidas de futebol eram disputadas na cidade de Anastácio e Aquidauana, como também a primeira Igreja Luterana Indígena fundada na aldeia, e as partidas de voleibol em frente à residência da dona Neguinha, onde se reuniam, nas tarde de domingo, vários jovens de Anastácio, da aldeinha e ainda da cidade de Aquidauana, foi um tempo muito bom, como ela mesma coloca com um sorriso no rosto, muito feliz em ser lembrada por mim nesta etapa de minha vida a qual estou agora vivenciando enquanto Terena da aldeinha, além das lutas incansáveis por ela presenciada, junto com a liderança que a aldeia já teve.

Enfim, a entrevista aconteceu dia 17 de agosto de 2022, na residência da Dona Ivanir Cardoso Nimbú, a mesma é anciã e uma das lideranças da Aldeia Aldeinha, esposa do ex-cacique da aldeinha Sr. Elias Nimbú (*in memorian*), ela é indígena da etnia Terena, cristã, moradora na aldeia desde 1982, mãe de duas filhas, uma de 46 anos, chamada Cristiane e a mais nova de 36 anos de idade chama-se, Ana Ruth. Em relação à língua Terena, a mesma me relata que fala pouco, mas entende um pouco mais, isso aconteceu devido aos afazeres do dia a dia, comentou ela.

Me disse que, na sua família, atualmente, o professor Jessé, o qual atua na Escola Guilhermina como professor de língua Terena, o Eli Nimbú, seu cunhado, e a dona Enir, é que são falantes da língua Terena. A dona Ivanir teve a oportunidade em 2020 de concluir o Ensino Fundamental, 9º ano, na Escola Guilhermina da Silva, nesse período contou com o apoio do seu genro, o Sampaio, o mesmo ajudava ela no deslocamento para escola, devido suas condições de não poder andar longe por conta de seu estado físico e com o aparecimento da pandemia, o mesmo ficou responsável em trazer as atividades e acompanhá-la em seu dia a dia como estudante.

Suas filhas não estudaram na Escola Guilhermina, porque na época a escola ainda não existia na aldeia, estudando assim, nas Escolas Roberto Scaff e Carlos Medeiros, onde concluíram o Ensino Médio. Conversamos sobre várias situações que a mesma teve como experiência, disse muito sobre o seu companheirismo com seu esposo, sobre suas lutas incansáveis em poder ajudar os Terena da aldeinha, principalmente quando o mesmo era cacique na aldeia, falou ainda sobre os momentos que teve que reivindicar recursos e direitos para a comunidade em alguns momentos da sua vida buscando auxílio em Brasília e em Campo Grande. Ela ainda pontua sobre a sua inquietação em poder ajudar a comunidade, em relação a aposentadoria dos mais idosos, pois muitos Terena da aldeia não tinham nenhum tipo de documento, o qual somente passou a ser gerado com a implantação do posto da Funai, reivindicação essa conseguida com muita luta do falecido companheiro de dona Ivanir.

Ela ainda expressa durante a nossa conversa sobre o início de sua luta em prol da aposentadoria de muitos patrícios Terena, tendo que fundar uma associação de mulheres para poderem confeccionar artesanatos, a qual comprovaria um vínculo empregatício para as mulheres, que conseguiriam, por meio do trabalho na Associação de Mulheres Artesãs da Aldeia Aldeinha, solicitar a aposentadoria, situação está que a deixou extremamente feliz, uma vez que pode ajudar a comunidade e vários Terena a se aposentarem, segundo a mesma.

A luta pela comunidade e, conseqüentemente pelo estabelecimento da escola na aldeia continuou com várias lideranças como o ex cacique Flávio, o Eli Nimbú, o Toninho Nimbú, o ex-cacique Félix, todos ajudaram para construção da escola na comunidade, pois sempre que eram convidados ou convocados iam a Campo Grande lutar pela implantação da unidade de ensino indígena da aldeinha e em outras aldeias do estado de Mato Grosso do Sul. Isso aconteceu através das nossas liderança e caciques que correram atrás para construção das escolas e várias outras situações atendidas.

Com a implantação da Escola Guilhermina ela tem convidado os anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para conversar sobre a escola, o Elias sempre era convidado para falar na aldeia principalmente no dia dos povos indígenas, a mesma também em alguns momentos apresentava o artesanato que fazia na Associação de Mulheres Artesãs da Aldeia Aldeinha.

Na escola hoje temos muitos parentes dando aula, os diretores que passaram por lá e a coordenação pedagógica nem sempre eram indígenas, mas, sob o meu ponto de vista, a escola, por ser indígena, deveria ser toda comandada por nós indígenas, entre os alunos sempre houve uma mistura entre não indígenas conosco da aldeia. Ainda na minha concepção, a escola deveria

atender somente nós da aldeinha, e que em nenhum momento deveria deixar de ser uma escola indígena, mesmo estando na cidade.

Hoje o professor Jessé dá aula de língua Terena na escola, e através das apresentações da nossa cultura no dia dos povos indígenas, através do artesanato, das danças, das pinturas e outras coisas que acontecem na escola, reforçamos a nossa cultura Terena e o jeito Terena de ser presente em nossa comunidade, que deve ser cada dia mais fortalecido, sempre tendo o auxílio da Escola Guilhermina.

A escola é importante para a comunidade da Aldeia Aldeinha, ela tem contribuído muito para o fortalecimento da comunidade, no passado tinha pouco professor indígena na escola, atualmente existem mais docentes indígenas lecionando por lá, assim como a cobertura da quadra de esportes, quadro negro reformado, sala de tecnologia adequada pois antes era tudo misturado, a escola foi reformada esse ano. Tudo isso, é fruto da luta diária das lideranças e da comunidade que não deixam de perseverar pelo desenvolvimento da Aldeia Aldeinha.

Os benefícios são muitos, se uma família da aldeia precisa da escola para fazer uma reunião com sua família, a escola cede o espaço da quadra coberta, se precisamos de tirar cópia de algum documento, a escola também tem nos ajudado, e muitas outras coisas que tem beneficiado a nossa aldeia, como as reuniões da liderança que são realizadas na escola, tudo em prol de nossa comunidade.

A Escola Guilhermina é o resultado das incansáveis reivindicações das lideranças da Aldeia Aldeinha, que lutaram no passado, para que tivéssemos um local onde os alunos indígenas e a comunidade tivessem como referência, o espaço hoje é a “Escola”, sendo conquistada ao longo do tempo, construída em 2005, dentro das 3 (três) quadras que restaram para a Aldeia Aldeinha, já que a cidade invadiu quase todo o espaço que os Terenas possuíam. Hoje a escola, é reconhecida pela sociedade envolvente, um espaço conquistado pela comunidade da aldeinha, e bem colocado na fala da dona Evanir “dona neguinha”, uma liderança anciã na aldeia.

Foto 22: Entrevista com ex cacique Flávio Pereira Martins



Fonte: Acervo do autor (2022)

Entrevista feita dia 14 de outubro de 2020, com os ex-cacique e liderança da Aldeia Aldeinha ancião Flávio Pereira Martins, o qual me disse que é residente na aldeia desde o ano de 1970 e falante da língua Terena. Depois de conversarmos um pouco sobre vários assuntos, expliquei ao mesmo da importância que ele representa para mim nesta etapa da escrita, do objeto de estudo que é quanto à escola e a sua contribuição para a comunidade aldeinha. Fiquei muito feliz pois me disse que é um trabalho de grande importância para a comunidade, pois a escola foi um dos objetivos na sua gestão na época a qual foi cacique da aldeia.

A entrevista se baseou em algumas perguntas como:

a) O senhor participou de alguma atividade na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul? “Participei desde o começo da fundação da escola, eu que participei, a gente que conseguiu o projeto dessa escola e tá até hoje em funcionamento”.

b) Quais foram as lideranças que mais se destacaram na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul? “As lideranças que participaram comigo era antigamente o Daniel Jorge, era o Elcio França, seu Elias, Pedro Nimbú, Antônio Nimbú, o genro do Antônio que faleceu, é o que, o pai do Jessé, então essa foi a liderança nossa, forte antigamente aqui na aldeia”.

c) Quais foram as principais reivindicações das lideranças da Aldeia Aldeinha para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

A questão quando eu assumi o cargo de cacique no ano de 2000, é porque eu fiz uma reunião com a liderança da aldeia, com o presidente do conselho tribal, e eu perguntei coloquei na mesa o qual que eles queriam que a gente corresse atrás, porque quando a gente ganha a eleição a gente tem que fazer alguma coisa pra comunidade, então é o seguinte, como eles não puderam responder o que queria, que nós não temos área de terra, nós não temos pra questão de plantação, eu falei bom, a minha cobrança hoje é pedir, correr atrás do projeto pra que a gente construísse uma escola indígena dentro da aldeia (Flávio Pereira).

d) O senhor considera que as reivindicações para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul foram atendidas?

Graças a Deus foi atendida né, porque a gente foi numa reunião no começo lá em Miranda, ajuntou toda escola indígena lá em Miranda, e aonde a professora Nilda, professora Sandra, então vários professores que me ajudaram nessa parte, e a gente lançou o projeto e Graças a Deus que foi aprovado essa escola indígena, que hoje nós temos ela dentro do território indígena aqui da Aldeinha (Flávio Pereira).

e) A criação da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva foi resultado da luta das lideranças indígenas pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

Foi uma luta tremenda né, porque todas as coisas não é fácil, a gente tem que partir pra cima, e pra sair o resultado nesse sentido Graças a Deus, foi aprovado essa estrutura, foi muito boa, primeiro saiu uma estrutura fraca, depois a gente entrou pelo Ministério Público que a gente conseguiu construir essa linda escola de alvenaria e hoje tá aí dentro da aldeia (Flávio Pereira).

f) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem convidado os anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para conversar sobre a escola? “Olha professor, quando da minha gestão do meu trabalho eu convidava sempre a comunidade, as liderança principal, as lideranças que tem que participar desse trabalho da educação, porque a onde a gente vê que a educação é o principal da vida dos povos indígenas”.

g) O que o senhor acha que ainda falta na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Professor, falta muita coisa ainda, porque o que eu fico olhando que a nossa escola precisa de professor bom profissionalmente, e diplomado, para que a nossa escola seja uma escola padrão né, que possa ser um cartão postal dentro do nosso município, porque nós temos essa capacidade, os índios estudados é pra que a gente possa melhorar cada vez mais a educação (Flávio Pereira).

h) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a Educação Escolar Indígena?

Pelo que eu tenho visto ela não tem é cumprido muito né, porque deixou a desejar um pouco, que muitas vezes é que a escola indígena ela é uma escola diferenciada, ela tem um trabalho diferente da escola que não é índio né, então hoje nós precisamos melhorar isso, precisa a legislação, precisa a gente cumprir, porque falta muita coisa, porque que eu falo isso, porque a educação é o pivô, é o principal de nós entender, pra que que nós que a educação na vida do índio, do povo, dos professores, dos alunos é aqui é da escola que vai sair doutor, engenheiro, várias pessoas que possa sair da Escola Guilhermina melhorando essa condição de trabalho (Flávio Pereira).

i) Os diretores e coordenação pedagógica da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena?

Não professor, é uma coisa que eu bato bastante, eu não aceito, porque se é o nosso trabalho indígena ela tem que ser indígena, e hoje nós não temos, é a minha indignação sempre falo para os professores que tem que ter pessoas preparadas para coordenar a nossa escola, por exemplo para direção, a diretora nós usamos hoje muito como não tem pela escola é a governadoria ela dá privilégio pra quem não é índio e deixa nós pra trás (Flávio Pereira).

Seu Flávio é muito seguro em sua preocupação quanto à escola indígena, pois seu conhecimento está pautado em legislações a respeito de como tem que ser tratada a comunidade escolar da Aldeia Aldeinha.

A Deliberação CEE/MS Nº 6767, de 25/10/2002, diz: organização escolar própria; quanto a gestão da escola indígena terá que ser considerada a efetiva participação da comunidade escolar; a escola indígena terá normas jurídicas próprias; compete à entidade mantenedora, ouvir a etnia interessada, nominar a escola indígena. No entanto, sua visão, seu conhecimento e o afirmar quanto às legislações em vigor, é o que tem nos trazido até aqui para tratarmos a escola que desejamos e queremos para os Terena da Aldeia Aldeinha.

j) O senhor considera que os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos

e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas? “Sim, eu acredito que a nossa cultura ela tem que trabalhar juntamente com a educação, não sair, porque a nossa educação ela é muito rica, é bonita dentro do nosso estado, dentro do nosso município, a cultura indígena tem que permanecer, e os pais têm que aceitar a nossa cultura”.

k) Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? “Não, eu não vejo isso, porque a nossa escola é dentro da área urbana, nós temos que aceitar tanto o índio e o não índio, porque nós não podemos discriminar é ninguém, se vir a procurar nós temos que apoiar e estudar não temos discriminação nenhuma”.

l) O senhor acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, por estar dentro do espaço urbano de Anastácio, deveria deixar de ser uma escola indígena? “Não, ela tem que permanecer, tem que permanecer como escola indígena, o povo indígena é diferenciado dentro da sala de aula”.

m) A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? “Tá, tá presente, a gente nunca pode deixar da cultura dentro da escola”.

n) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena? “Tem, é por obrigação ela manter isso juntamente com os alunos, pais, mães, as crianças na cultura”.

o) O senhor participou da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? “Eu já participei várias vezes do projeto político pedagógico dentro da escola, a gente tem que colocar muitas coisas boas para o nosso cotidiano, o que vem acontecendo dentro da aldeia”.

p) Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A coisa mais importante que a gente trouxe essa escola, pra nossa aldeia foi o seguinte, como eu disse no começo que nós não tinha área de terra pra trabalhar, a gente correu para adquirir esse projeto foi aprovado, o que eu vejo a educação é o principal aonde nós aprendemos, e os nossos alunos aprendem também, o que que é a educação, ali aprendemos, é entender nossos direitos, tudo política dentro da Escola Guilhermina, isso é muito importante a gente estar inserido na escola indígena (Flávio Pereira).

q) A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? “É uma coisa que ainda não conseguiram trazer, mas é de obrigação por lei a escola fazer projeto pra comunidade desfrutar desse bem da educação”.

r) Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

O benefício que a gente vê hoje, a educação é nos ter essa escola que os alunos não precisa ir longe para estudar né, esse foi um benefício positivo que os alunos hoje tá estudando dentro da Escola Guilhermina, eu deixo pra vocês que é positivo é o seguinte, que vários professores que dá aula dentro da comunidade na escola já foi formado começando daí (Flávio Pereira).

s) Quais as demandas que anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha tem trazido para a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? “Na verdade, é, eu por esses dias que a gente, essa gestão que hoje é o Vanderson eu não tenho participado, mas é obrigação dos ancião todo participar, e saber o que vem ocorrendo dentro da Educação Indígena Guilhermina da Silva”.

A escola é uma conquista de vários líderes da aldeinha, e muitos deles já não estão conosco dentro do território da aldeia, e uma das lideranças que está conosco é seu Flávio excacique, uma liderança que tem deixado um legado de extrema relevância para a comunidade da aldeia, fica claro e evidente em sua fala a sua preocupação com a Educação Escolar Indígena, e que sua grande conquista foi a Escola Guilhermina no período da sua gestão, escola essa construída dentro do espaço territorial onde se localiza a aldeinha, além de conhecermos ele pessoalmente, por sermos moradores da aldeinha, patrícios Terena, e sabedor que sou das suas incansáveis lutas enquanto um líder Terena nato, ficando ainda mais evidente seu cuidado e atenção para com a comunidade da aldeia.

É visível em sua fisionomia, enquanto conversávamos e em momentos que já estivemos juntos, seja na escola da aldeia, ou mesmo em outros locais, sua preocupação com uma Educação diferenciada dentro da aldeinha, pois sempre esteve na luta em prol de uma Educação Escolar Indígena voltada para os povos indígenas de tal forma como garante a legislação, uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica para o Terena da aldeinha.

Por exemplo a Deliberação CEE/MS Nº 6767, de 25 de outubro de 2002, fixou normas para a organização, estrutura e funcionamento das Escolas Indígenas, observamos nessa legislação sobre Educação Escolar Indígena que:

A gestão da Escola Indígena terá que ser considerada a efetiva participação da comunidade escolar, a Escola Indígena terá normas jurídicas próprias, respeitada a legislação vigente, o ensino deverá ser intercultural e bilíngue, as atividades desenvolvidas serão de acordo com sua Proposta Pedagógica, compatível com seu Regimento Escolar e, ainda, compete à entidade

mantenedora, ouvida a etnia interessada, nominar a Escola Indígena (Deliberação CEE/MS Nº 6767).

A mesma Deliberação CEE/MS Nº 6767, afirma quanto a autonomia, primordial para a Educação Escolar Indígena, que:

Quanto à democratização da gestão a escola indígena, deve passar por modelos de participação, vivenciados por cada etnia, o que não se pode é impor o modelo e regras praticados pela escola da sociedade envolvente, como, por exemplo, a indicação do quadro de professores, a indicação para a direção sem consultar e/ou eleição pela comunidade, elaboração do currículo sem a participação de cada etnia indígena (Deliberação CEE/MS Nº 6767).

Ou seja, já que há esta e outras legislações em vigor, e quem vai reger a Educação Escolar Indígena serão os próprios indígenas, a autonomia e o respeito pela Educação Escolar Indígena diferenciada tem que ser colocada em prática, para que se concretize de fato e de direito. Fazer-se ouvir a voz e a vez dos que vivem nas fronteiras zona urbana/aldeinha, envolvidos pela sociedade não indígena. Além disso, lutamos para que a Educação Escolar Indígena venha acontecer, dentro do espaço indígena Terena na Aldeia Aldeinha como preconizam as legislações, já que a almejada escola já temos.

Pelo que observo há ainda alguns entraves no que se refere a Educação Escolar Indígena: a escola localizada em um contexto urbano; agrega alunos indígenas e não indígenas; as legislações não são cumpridas de forma eficaz; a língua materna para uma comunidade onde a grande maioria não fala o idioma Terena; a cultura tem estado em mais evidência na semana dos povos indígenas; a matriz curricular e o contexto escolar oriundo da escola não indígena; a autonomia ainda se encontra atrelada ao sistema educacional oficial. Então, é algo ainda muito desafiador para todos os envolvidos com a escola e a comunidade da aldeinha, para que se possa cumprir e se efetivar a Educação Escolar Indígena na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva de fato e de direito.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado buscou entender a contribuição da Educação Escolar Indígena na Aldeia Aldeinha a partir da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para o fortalecimento da comunidade Terena, bem como se a Educação Escolar na aldeia atende aos interesses e necessidade da comunidade.

Quanto ao entendimento da Educação Escolar Indígena na Aldeia Aldeinha buscou-se levar em conta todos os fatores sociais em jogo como: as legislações, conhecer a história da educação na diversidade dos povos indígenas, trabalhar as formas de produção, a circulação de produtos e objetos, buscando reconhecer que a criança quando chega à escola já passou por um processo de aprendizagem na vida comunitária.

Entendemos que para construir a autonomia da escola indígena os gestores, a área administrativa, o pessoal de apoio (merendeiros, guardas, auxiliares de serviços gerais), todos devem ser indígenas. As aulas na escola indígena devem ser ministradas pelos professores indígenas da comunidade, a prática docente que atenda às necessidades do Terena da Aldeinha, diretrizes curriculares diferenciadas, contando ainda com assessoria e orientação pelas Secretarias de Educação.

Para isto, consultei documentos oficiais, observei o contexto na unidade escolar (alunos, professores, gestores, funcionários em geral, pais, espaço físico, estrutura física). Estive em contato com a liderança, anciãos e comunidade em geral, isto me proporcionou em ver de que forma a comunidade da Aldeinha se fortalece a partir da inserção da escola na aldeia, observo como os Terenas da Aldeinha tem se identificado em seu dia a dia junto à sociedade envolvente, pois a escola presente na aldeia, os Terenas se posicionam em toda a sua forma de ser, “Terena mesmo da Aldeia Aldeinha”, e afirmando isso com toda propriedade, em todos os espaços culturais e sociais.

A comunidade Terena da Aldeia Aldeinha é legitimada através da Escola Guilhermina, portanto a escola vem sendo o ponto de fortalecimento da comunidade, desde a implantação/construção de seu prédio, contribuindo para o fortalecimento da comunidade Terena através de ações como: inserindo os alunos que desenvolvem suas aptidões para o mercado de trabalho; incentivando a entrada de egressos indígenas em cursos superiores; gerando variedades de área de trabalho e alguns retornando para a escola como docentes; inserção da cultura no cotidiano da escola; presença e participação dos familiares, dos anciões e liderança na escola em atividades diárias; edificação de projetos que valorizam e afirmam a língua e a cultura da comunidade indígena Terena; a escola sendo o polo irradiador da cultura

Terena na escola, e se espalhando para aos arredores da comunidade, no município de Anastácio e outras regiões; o atendimento da demanda, seja no direcionamento e resoluções dos problemas sociais; e na edificação do projeto de vida.

Neste sentido, a pesquisa buscou entender o que a comunidade tem esperado da escola, como no tocante ao uso da língua indígena como língua de instrução, os usos linguísticos da comunidade, as atividades dos falantes da língua materna e pensar estratégias de ampliação e/ou manutenção da língua indígena na comunidade.

Uma das ações que têm afirmado e legitimado o Terena da Aldeia, é no tocante ao uso da língua materna na escola e na comunidade, haja visto que há uniões interétnicas. A escola localizada na zona urbana do município, rodeada e frequentada por uma sociedade não indígena, há uma miscigenação de alunos indígenas e não indígenas.

Sabemos que, quanto ao ensino da língua materna Terena, deve ser através de pessoas da comunidade da aldeia para assegurar a continuidade da língua indígena. Diante disto, a língua indígena Terena está sendo ensinada como disciplina no currículo da escola, por um professor indígena falante. O mesmo tem trabalhado em sala de aula e em oficinas, incentivando a fala, o cumprimento como rotina, principalmente para as crianças das séries iniciais que aprendem corretamente a fala cotidiana, além das aulas para pessoas que têm interesse dentro e fora da comunidade. Isto é um fator de relevância para a escola/comunidade contribuindo e fortalecendo o entorno, para que a cultura, no tocante a língua materna Terena, seja de afirmação identitária para o Terena da Aldeinha.

Ou seja, não é ainda a escola ideal, mas, mesmo assim, faz diferença na comunidade local e contribui para a educação escolar indígena regional, na medida em que os professores participam das discussões e da produção dos documentos estaduais. Outro fator importante a evidenciar é a produção acadêmica de professores ligados a esta escola.

Enfim, a comunidade da Aldeia Terena Aldeinha está passando por um processo contínuo de mudanças, e a escola tem dado sentido a essas mudanças, isso se faz necessário. Porém, espera-se que os demais parceiros envolvidos com o cotidiano da aldeia desenvolvam trabalhos que respeitem as diferenças dos Terena em toda a sua forma de ser, e que a autonomia educacional seja respeitada pela sociedade envolvente para o fortalecimento da identidade e cultura dos indígenas Terenas da Aldeia Aldeinha.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. **A construção do processo escolar dos Terena da Aldeia Buriti**. Campo Grande, 2012. 129p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2012.

ALVES, Gerson Pinto. **O protagonismo da Escola Polo Indígena Terena Alexina Rosa Figueiredo, da Aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul, no processo de retomada do território da terra Indígena Buriti**. Campo Grande. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glauce Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da Aldeia Te'yikue**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2014.

BITTENCOURT, Circe Maria; LADAEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.

BRAND, Antonio Jacó. **Os acadêmicos indígenas e as lutas por autonomia de seus povos**. In: SEMERARO, Giovanni et al. Gramsci e os movimentos populares. Niterói: UFF, 2011.

\_\_\_\_\_. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. 1997. 382f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. MEC. **PCN- Programa Parâmetros em Ação. Educação Escolar Indígena. As leis e a Educação Escolar Indígena**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, 2002.

BRASIL.MEC. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria. **Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação “outra”**. 1ª ed. Rio de Janeiro, 7 letras. 2016.

CANCLINI, Nestor Garcias. **Cultura Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade**/Nestor Garcias Canclini; Tradução Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução prefácio à 2. Ed. Gênese 4. Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. – (Ensaio Latino-Americanos. 1)

CHAMORRO Graciela; Isabelle COMBÈS. **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais**. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

DIAS, Edemilson. **Panorama da educação escolar indígena da aldeia aldeinha, “sala aldeinha” -zona urbana do município de Anastácio. (1.992-2.005)**. Monografia de Especialização em História Regional- U.F.M.S, Aquidauana, MS-2005.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. EDUFBA Salvador, 2008.

FARIAS, Edineide Bernado. **A criança indígena Terena da aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul: O primeiro contato escolar**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, 2015.

FIGUEIREDO, Maioque Rodrigues. **O protagonismo dos professores Terena da Aldeia Tereré - Terra Buriti -Sidrolândia (MS): na construção do bem viver comunitário**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

GABRIEL, Jabes. **Experiências com a ação Saberes Indígena na escola indígena Cacique Armando, Aldeia Córrego do Meio, município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS, 2020.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LARROSA Jorge & Skliar Carlos. **Habitantes de Babel**. Políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LESCANO, Claudemiro Pereira. Tavyterã Reko Rokyta: **Os pilares da educação Guarani Kaiowá nos processos próprios de ensino e aprendizagem**. Campo Grande: UCDB, 2016.

LUCIANO, Gersem dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção Educação para todos. Brasília: MEC/Secad; LACED/Museu Nacional, 2006.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: Viveremos por mais 500 anos**. Campo Grande: Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MEYER, Dagmar Estermann e PARAISO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisa pós crítica ou sobre como fizemos nossas investigações**. In.: MEYER, D. E. e PARAÍSO, M. A. (Orgs.). Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MOURA, Noêmia dos Santos Pereira. **Uma aldeia terena urbana: aldeinha. Aquidauana, 1994. Monografia de Especialização em História**. Centro Universitário de Aquidauana

NASCIMENTO, Adir Casaro. **Escola Indígena: Palco das diferenças**. Campo Grande: UCDB, 2004. (Coleção teses e dissertações em educação, v. 2).

NASCIMENTO A. C. e URQUIZA A.H. **Currículo, Diferenças e Identidades: tendência da escola indígena Guarani e Kaiowá**. In: Currículo sem Fronteira. 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Do índio ao bugre: processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PEREIRA, Evelin Tatiane da Silva. **Contribuições da Escola no processo de revitalização da língua terena na Aldeia Aldeinha, em Anastácio, Mato Grosso do Sul**. Campo Grande. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco.

RAMIRES, Lidio Cavanha. **Processo próprio de ensino-aprendizagem Kaiowá e Guarani na Escola Municipal Indígena Nãdejara Pólo da Reserva Indígena Te'ýikue: saberes Kaiowá e Guarani, territorialidade e sustentabilidade**. Dissertação (mestrado em educação) -Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

SANTOS, Camila Matzenauer dos & BIANCALANA Gisela Reis. **Autoetnografia: um caminho metodológico para a pesquisa em artes performativas**. Revista Aspas | Vol. 7 | n. 2 | 2017.

SOUZA, Teodora. **Educação escolar indígena e as políticas públicas no município de Dourados/MS**. Campo Grande: UCDB, 2013.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Documentos curriculares para a educação escolar indígena: da prescrição às possibilidades da diferenciação**. Tese de doutorado em Educação, UFMS, 2012.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. **Autoetnografia: uma alternativa conceitual**. Letras de Hoje. Porto Alegre. v.37, nº 4, p.57-72, dezembro, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade, Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In. CANDAU, V. M. (org.) Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. (12-43)

## 8 APÊNDICES



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
*Inspira o futuro*

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) MESTRADO E DOUTORADO

Campo Grande /MS, 08 de novembro de 2021

Ao Cacique da Aldeia Aldeinha do município de Anastácio  
Sr. Vanderson Silva de Freitas

Apresentamos Edemilson Dias, aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O referido mestrando desenvolve o projeto de pesquisa intitulado **"A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA PARA A COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL"**, na Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena.

Tendo em vista a elaboração de sua Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros, solicitamos à Vossa Senhoria autorização para que o mestrando possa realizar sua pesquisa com a liderança e com a comunidade indígena da Aldeia Aldeinha.

Certos do atendimento a nossa solicitação,

Atenciosamente

*Prof. Dr. José Licínio Backes*

Prof. Dr. José Licínio Backes

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado

*Miriam C. Pereira*

MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário - CEP: 79117-900 - CAMPO GRANDE - MS - BRASIL  
CNPJ/MF: 03.226.149/0015-87 - Fone: 55 67 3312-3300 - Fax: 55 67 3312-3301 - www.ucdb.br

ESTADO DE MATO GROSSO DOS SUL  
MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO

AUTORIZAÇÃO

Eu, Vanderson Silva de Freitas, Cacique da Aldeia Aldeinha, município de Anastácio-MS, autorizo Edemilson Dias, aluno do Mestrado da UCDB, a realizar a sua pesquisa junto à liderança e a comunidade da Aldeia Aldeinha.

*Vanderson Silva de Freitas* Vanderson Silva de Freitas  
CACIQUE  
Aldeia Aldeinha  
Anastácio - MS

VANDERSON SILVA DE FREITAS

Cacique da Aldeia Aldeinha

ANASTÁCIO-MS, 30 DE NOVEMBRO DE 2021.



UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
Inspira o futuro

29/062179/2021

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)  
MESTRADO E DOUTORADO**

Campo Grande /MS, 08 de novembro de 2021

À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (SED-MS)

Ilma Sr<sup>a</sup>. Maria Cecília Amêndola da Motta,  
Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul

Apresentamos Edemilson Dias, aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O referido mestrando desenvolve o projeto de pesquisa intitulado "A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA PARA A COMUNIDADE TERENA DA ALDEIA ALDEINHA NO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO, MATO GROSSO DO SUL", na Linha de Pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena

Tendo em vista a elaboração de sua Dissertação de Mestrado sob orientação do Prof. Dr. Heitor Queiroz de Medeiros, solicitamos à Vossa Senhoria autorização para que o mestrando possa realizar sua pesquisa na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, no município de Anastácio/MS.

Para a realização da pesquisa será utilizado: pesquisa documental na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva (regimento escolar, proposta pedagógica, currículo e prática docente); entrevistas com gestores, professores e docentes; registro fotográfico.

Informamos que o resumo da pesquisa seguirá anexo para maiores esclarecimentos.

Para maiores informações sobre a pesquisa entrar em contato com o mestrando Edemilson Dias no telefone (67) 99960-7967

Certos do atendimento a nossa solicitação,

Atenciosamente

*Jose' Licio Backes*  
Prof. Dr. José Lício Backes

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado



MISSÃO SALESIANA DE MATO GROSSO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
Av. Tamandaré, 6000 - Jardim Seminário - CEP: 79117-900 - CAMPO GRANDE - MS - BRASIL  
CNPJ/MF: 03.226.149/0015-87 - Fone: 55 67 3312-3300 - Fax: 55 67 3312-3301 - www.ucdb.br

3318-2350

Ofício n. 5/CFOR/GAB/SED/2022

Campo Grande/MS, 3 de Janeiro de 2022.

Senhor Coordenador,

Em atenção ao teor da solicitação de autorização, de 8 de novembro de 2021, protocolizado sob o n. 29/062179/2021, e consoante documentação apresentada, informa-se que esta Secretaria considera que não há impeditivo para a realização da pesquisa **"A contribuição da escola estadual indígena Guilhermina da Silva para a comunidade terena da aldeia aldeinha no município de Anastácio, Mato Grosso do Sul"**, a ser desenvolvida pelo mestrando Edemilson Dias.

Segundo o projeto da pesquisa, o *corpus* será construído a partir de pesquisa documental, entrevistas com gestores e professores, com o objetivo geral de "Analisar junto à comunidade Terena da Aldeia Aldeinha em Anastácio no estado de Mato Grosso do Sul, bem como junto aos gestores, docentes e egressos indígenas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, se a escola tem contribuído com o fortalecimento da comunidade da aldeia".

Para essa finalidade, devem ser observadas as seguintes orientações sobre o desenvolvimento da pesquisa, para que seja possível sua realização:

- Agendamento prévio no setor responsável pelos arquivos a serem pesquisados, e aprovação da gestão da escola, no sentido de preservar a rotina da instituição, de modo a evitar qualquer alteração decorrente da realização das ações;
- Por envolver os profissionais da escola, é necessário que os responsáveis tenham conhecimento de todas as atividades que serão realizadas e autorizem formalmente a participação na pesquisa;
- Ocorrências não previstas, durante a realização das ações programadas, devem ser relatadas para que sejam tomadas as medidas necessárias;
- Considerada a importância do trabalho a ser desenvolvido, sugere-se que, ao final, os resultados da pesquisa sejam compartilhados para posterior análise e possíveis encaminhamentos.
- Dado o momento de crise sanitária mundial, orienta-se que sejam atendidos os protocolos de biossegurança, a fim de preservar saúde de pesquisadores e respondentes.

Ao Senhor  
JOSÉ LICÍNIO BACKES  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação/Mestrado e Doutorado/UCDB  
Avenida Tamararé, n. 6000, Jardim Seminário  
79117-900 - CAMPO GRANDE/MS

Elaborado por: JRM/MS

Este ofício possui anexo(s)

Encaminhado ao(s) email(s): [edemilsoncorreadias44@gmail.com](mailto:edemilsoncorreadias44@gmail.com)

Rua Dos Dentistas, 500, Tiradentes - CEP 79043080 - Campo Grande/MS - CNPJ - 02585924000122 - Telefone: (67)3341-0462 - Email: [cfor.sedms@gmail.com](mailto:cfor.sedms@gmail.com)

Protocolo:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Este documento é cópia do original. Para conferir o original, acesse o site [www.edemilsoncorreadias44@gmail.com](http://www.edemilsoncorreadias44@gmail.com), e informe o código 01144.951-3 no campo "utilize aqui seu documento".

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)**

**Projeto de Pesquisa de Mestrado:** A contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha no Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul

**Mestrando:** Edemilson Dias

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ANCIÕES E LIDERANÇAS DA ALDEIA**  
**ALDEINHA**

Nome: \_\_\_\_\_ Tem apelido? \_\_\_\_\_

Como gostaria de ser identificado (a) na pesquisa?

Idade? \_\_\_\_\_ Quanto ao gênero como você se identifica? Homem – Mulher - Outros

Qual seu estado civil?

Você é indígena Terena? \_\_\_\_\_ Nasceu onde? \_\_\_\_\_

A quanto tempo mora na Aldeia Aldeinha?

Você fala a língua materna Terena?

Se não fala a língua materna da etnia indígena porque isso aconteceu?

Em sua família tem alguém falante da língua Terena? Quantos e quem são eles?

Você tem alguma crença religiosa? Qual?

Você estudou em escolas de não indígenas? Quais cursos e em que ano concluiu?

Você tem filhos (a)? Quantos (as)? Qual a idade deles (as)?

Seus filhos estudaram ou estudam na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Se não estudaram ou estuda na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva, por que essa opção?

Em qual escola eles estudaram ou estudam?

Você participou de alguma atividade na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul? Em que anos aconteceram essas atividades?

Quais atividades você participou na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

As atividades na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul tiveram a participação de lideranças de quais etnias?

Quais foram as lideranças que mais se destacaram na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

Houve divergências entre as etnias indígenas na luta pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul ou vocês conseguiram trabalhar juntos?

Quais foram as principais reivindicações das lideranças da Aldeia Aldeinha para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

Você considera que as reivindicações de vocês para a estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul foram atendidas?

Quais reivindicações foram atendidas?

Quais reivindicações não foram atendidas?

A criação da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva foi resultado da luta das lideranças indígenas pela estruturação da Educação Escolar Indígena em Mato Grosso do Sul?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem convidado os anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para conversar sobre a escola?

Você já foi convidado para participar de alguma atividade na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

O que você acha que ainda falta na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena?

Como cumpre ou porque não cumpre?

Os diretores e coordenação pedagógica da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena?Porque?

Você acha que todos os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria ser em sua totalidade professores indígenas da etnia Terena? Por que?

Todos os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena?Porque?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena?Porque?

Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? Porque?

Você considera que os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas?

Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Quais conflitos?

Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva por estar dentro do espaço urbano de Anastácio deveria deixar de ser uma escola indígena?Porque?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? De que maneira?

A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? De que forma?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena?

Você conhece o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Você participou da construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? De que forma?

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é voltado para a manutenção e fortalecimento da cultura Terena? De que forma?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem cumprido a legislação específica sobre a educação escolar indígena diferenciada, específica e bilíngue para as escolas indígenas?

De que forma?

Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? De que forma?

Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

Quais as demandas que anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha tem trazido para a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)**

**Projeto de Pesquisa de Mestrado:** A contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha no Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul

**Mestrando:** Edemilson Dias

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM DISCENTES E EGRESSOS INDÍGENAS DA ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA**

Nome: \_\_\_\_\_ Tem apelido? \_\_\_\_\_

Como gostaria de ser identificado (a) na pesquisa?

Idade? \_\_\_\_\_ Quanto ao gênero como você se identifica? Homem – Mulher - Outros

Você tem alguma crença religiosa? \_\_\_\_\_ Qual?

Você é indígena? \_\_\_\_\_ Qual sua etnia?

Você fala a língua materna de sua etnia indígena?

Se não fala a língua materna de sua etnia indígena porque isso aconteceu?

Em sua família tem alguém falante da língua Terena? Quantos e quem são eles?

Você está estudando que série? Matutino, Vespertino ou Noturno?

Desde quando você estuda/estudou aqui na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Você já estudou em outra escola?Quais?

Por que você resolveu estudar na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Os seus professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva são todos indígenas da etnia Terena?

Você acha que todos professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveriam ser da etnia Terena?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem mais alunos e alunas indígenas Terena ou mais não indígenas?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria ter somente alunos e alunas indígenas da etnia Terena? Porque?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva não deveria ser uma escola indígena? Porque?

A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

De que forma?

Quais os conteúdos da cultura Terena que seus professores e professoras têm trabalhado em sala de aula?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? De que maneira?

Seus pais querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que vocês fossem mais integrados aos costumes dos não indígenas?

Existe conflitos entre estudantes indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Porque?

Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? De que forma?

Quais os benéficos que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

Os anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha têm participado de atividades na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Quais?

Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva por estar dentro do espaço urbano de Anastácio deveria deixar de ser uma escola indígena? Porque?



Qual sua formação acadêmica de graduação e qual o ano de conclusão da mesma?

Você fez alguma especialização?

Qual e em que ano concluiu?

Você fez mestrado?

Qual e em que ano concluiu?

Você fez doutorado?

Qual e em que ano concluiu?

Qual o cargo/função que você ocupa na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Você sempre trabalhou nessa escola?

Quanto tempo (anos/meses) você trabalha aqui nessa escola?

Qual outra (s) escola (s) você já trabalhou?

Quanto tempo (anos/meses) você trabalhou nessas escolas?

Você é indígena?

Qual sua etnia?

Você fala a língua materna de sua etnia indígena?

Se não fala a língua materna de sua etnia indígena porque isso aconteceu?

Em sua família tem alguém falante da língua Terena?

Quantos e quem são eles?

Seus filhos estudam na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Se não estudam, por que essa opção?

Quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) que você utiliza na gestão da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Como esses instrumentos normativos auxiliam em seu trabalho como docente na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena?

Como cumpre ou porque não cumpre?

Os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Porque?

Quais os conteúdos da cultura Terena você trabalha em sala de aula?

Como você trabalha os conteúdos da cultura Terena em sala de aula?

Todos os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Porque?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena? Porque?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? Porque?

Você considera que os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena?

Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Explique sua resposta mesmo sendo positiva ou negativa.

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? De que maneira?

A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?  
De que forma?

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é voltado para a manutenção e fortalecimento da cultura Terena? De que forma?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem cumprido a legislação específica sobre a educação escolar indígena diferenciada específica e bilíngue para as escolas indígenas?

De que forma?

Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? De que forma?

Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem espaços de diálogos com anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para ouvir suas demandas?

Quais as demandas que anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha tem trazido para a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)**

**Projeto de Pesquisa de Mestrado:** A contribuição da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade Terena da Aldeia Aldeinha no Município de Anastácio, Mato Grosso do Sul

**Mestrando:** Edemilson Dias

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM GESTORES DA ESCOLA ESTADUAL  
INDÍGENA GUILHERMINA DA SILVA**

Nome: \_\_\_\_\_ Tem apelido? \_\_\_\_\_

Como gostaria de ser identificado (a) na pesquisa?

Idade? \_\_\_\_\_ Quanto ao gênero como você se identifica? Homem – Mulher - Outros

Qual seu estado civil?

Você tem filhos (a)? \_\_\_\_\_ Quantos (as)? \_\_\_\_\_ Qual a idade deles (as)? \_\_\_\_\_

Você tem alguma crença religiosa? \_\_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Qual sua formação acadêmica de graduação e qual o ano de conclusão da mesma?

Você fez alguma especialização?

Qual e em que ano concluiu?

Você fez mestrado?

Qual e em que ano concluiu?

Você fez doutorado?

Qual e em que ano concluiu?

Qual o cargo/função que você ocupa na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Você sempre trabalhou nessa escola?

Quanto tempo (anos/meses) você trabalha aqui nessa escola?

Qual outra (s) escolas) você já trabalhou?

Quanto tempo (anos/meses) você trabalhou nessas escolas?

Você é indígena?

Qual sua etnia?

Você fala a língua materna Terena?

Se não fala a língua materna da etnia indígena porque isso aconteceu?

Em sua família tem alguém falante da língua Terena?

Quantos e quem são eles?

Seus filhos estudam na Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Se não estudam, por que essa opção?

Quais instrumentos normativos (leis, decretos, portarias, diretrizes curriculares, outras) que você utiliza na gestão da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

Como esses instrumentos normativos auxiliam na gestão da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva??

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva cumpre a legislação sobre a educação escolar indígena?

Como cumpre ou porque não cumpre?

Os gestores da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Porque?

Você acha que todos os professores e professoras da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria ser em sua totalidade professores indígenas da etnia Terena? Por que?

Todos os alunos e alunas da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva sempre foram indígenas da etnia Terena? Porque?

Você considera que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria fazer o atendimento exclusivo para indígenas da etnia Terena? Porque?

Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva deveria deixar de ser uma escola indígena? Porque?

Você considera que os pais dos estudantes indígenas querem que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva trabalhe para o fortalecimento da cultura Terena com seus filhos e filhas ou gostariam que eles fossem mais integrados aos costumes e cultura dos não indígenas?

Existe conflito entre as crianças e jovens indígenas e não indígenas no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva? Explique sua resposta mesmo sendo positiva ou negativa.

Você acha que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva por estar dentro do espaço urbano de Anastácio deveria deixar de ser uma escola indígena? Porque?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva desenvolve atividades voltadas para o ensino da língua Terena? De que maneira?

A cultura Terena está presente no cotidiano da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

De que forma?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva em suas atividades cotidianas tem fortalecido a identidade cultural dos alunos e alunas indígenas Terena?

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva é voltado para a manutenção e fortalecimento da cultura Terena? De que forma?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem cumprido a legislação específica sobre a educação escolar indígena diferenciada específica e bilíngue para as escolas indígenas?

De que forma?

Qual a importância da Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem fortalecido a comunidade da Aldeia Aldeinha? De que forma?

Quais os benefícios que a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva traz para a comunidade da Aldeia Aldeinha?

A Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva tem espaços de diálogos com anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha para ouvir suas demandas?

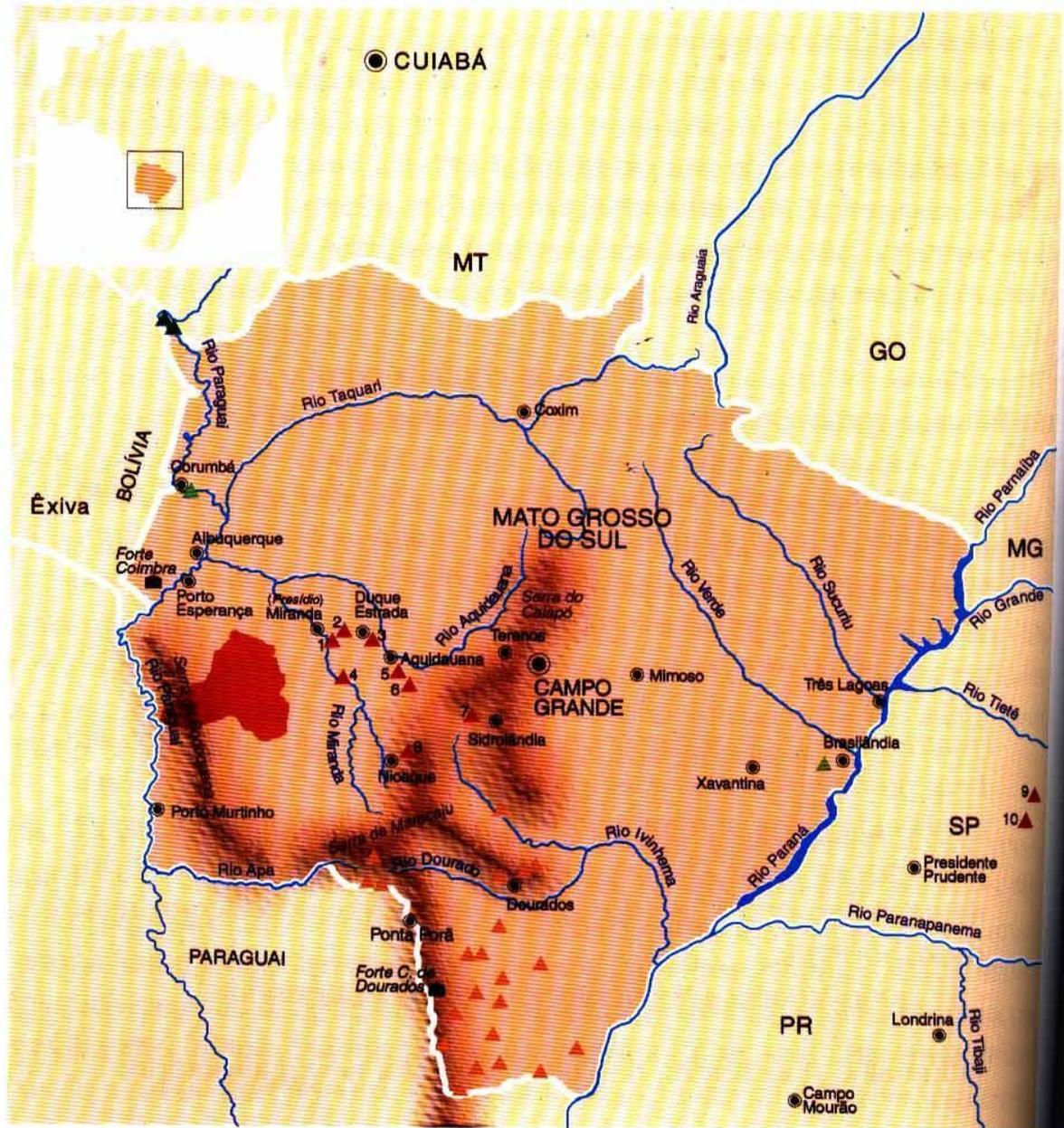
Quais as demandas que anciões e lideranças da comunidade da Aldeia Aldeinha tem trazido para a Escola Estadual Indígena Guilhermina da Silva?

## 9 Anexos

### Linha do Tempo dos Terena



## 4. A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO



### Legenda

▲ TERENA

1. Al Pilade Rebuá
2. Al Cachoeirinha
3. Al Taunay/Ipegue
4. Al Lalima
5. Al Aldeinha

6. Al Limão Verde
7. Al Buriti
8. Al Nioaque
9. Al Icatu
10. Al Araribá

▲ KADIWÉU

▲ GUARANI

▲ GUATÓ

▲ OFAIÉ-XAVANTE

▲ KAMBA